

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Lívia Carolina Vieira

**Das Escolas Isoladas ao Grupo Escolar: a instrução pública primária em
Mariana - MG (1889-1915)**

São Carlos

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Lívia Carolina Vieira

**Das Escolas Isoladas ao Grupo Escolar: a instrução pública primária em
Mariana - MG (1889-1915)**

**Dissertação apresentada para
obtenção do título de Mestre em
Educação do Programa de Pós-
Graduação em Educação da
Universidade Federal de São Carlos,
na área de Fundamentos da
Educação. Orientada pela Profa.
Dra. Marisa Bittar**

São Carlos

2011

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

V658ei

Vieira, Livia Carolina.

Das escolas isoladas ao Grupo Escolar : a instrução pública primária em Mariana - MG (1889-1915) / Livia Carolina Vieira. -- São Carlos : UFSCar, 2011.
169 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

1. Educação - história. 2. Grupo Escolar. 3. Programa de ensino - escolas isoladas. 4. Brasil - história - república velha, 1889-1930. I. Título.

CDD: 370.9 (20ª)

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Marisa Bittar

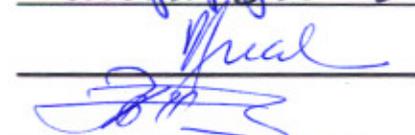
Prof. Dr. Amarilio Ferreira Junior

Profª Drª Rosana Areal de Carvalho

Prof. Dr. Carlos Roberto Massao Hayashi



Marisa Bittar.



Dedico essa dissertação a minha mãe, que nunca mediu esforços para educar seus filhos. Por ser a maior incentivadora dos meus projetos e ponto de equilíbrio nos momentos de incertezas.

AGRADECIMENTOS

Ao Marcus, que colaborou para a elaboração dessa dissertação como leitor crítico e que como companheiro suportou minhas oscilações de humor tão frequentes, com a paciência e amor que foram imprescindíveis;

A minha mãe pela presença em minha vida. Pelas produtivas conversas sobre o desafio de ensinar;

À professora Rosana Areal por me enveredar pelos caminhos da História da Educação e por me presentear com a possibilidade de estudar o Grupo Escolar de Mariana. Ela está presente em muitas das reflexões dos documentos utilizados nesta dissertação;

À orientadora, a professora Marisa Bittar, pelos importantes ensinamentos sobre a História da Educação do Brasil e do Mundo, pela leitura crítica e por todas as sugestões para a construção desse trabalho.

Ao Professor Amarílio, por mostrar que a disciplina de “Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação” é importantíssima para aqueles que desejam pesquisar a área da Educação, e por ter aceitado o convite para compor a banca de qualificação e defesa, contribuindo na elaboração dessa dissertação.

Ao Professor Massao pela prontidão que atendeu meu convite para compor a banca e suas importantes contribuições para o texto apresentado.

À amiga Carol por dividir comigo as incertezas do processo de elaboração da dissertação e por ter se tornado uma amiga para todas as horas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos pela oportunidade de desenvolver este estudo.

À CAPES por conceder a bolsa de estudos.

RESUMO

Esta dissertação está inserida na área de Fundamentos da Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos. Trata-se de um estudo do campo da História das Instituições Escolares, que teve como objeto de estudo o Grupo Escolar de Mariana-MG (uma escola pública e primária). O recorte temporal escolhido tem início em 1889, visando acompanhar as primeiras iniciativas do governo republicano na cidade frente à educação pública primária, e se estende até o ano de 1915- ano em que José Ignácio deixou a direção do Grupo e se mudou para Ituiutaba-MG. A motivação para a instalação do Grupo, a composição social dos professores e alunos, e o currículo foram observados. Mostrar como se encontrava o ensino público e primário no município em período anterior a criação do Grupo, nas chamadas Escolas Isoladas, também foi uma preocupação desta dissertação. Para tal foram consultados diferentes arquivos: Arquivo Público Mineiro, Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, Acervo da Escola Estadual Dom Benevides e jornais. Procuramos relacionar o contexto particular –O Grupo Escolar de Mariana- a um contexto mais amplo do cenário estadual e, em alguns momentos, de âmbito nacional. As conclusões apontaram para o fato de que a educação realizada no Grupo Escolar de Mariana era excludente. Nele estudavam principalmente os filhos dos declarados “republicanos” com boas condições financeiras, enquanto nas Escolas Isoladas estavam os mais pobres e moradores dos distritos e freguesias da cidade. A qualidade e a estrutura do local de ensino eram bem superiores no Grupo. Os resultados possibilitam o início de uma construção da história do mesmo, reunindo diversos documentos, que poderão auxiliar outros pesquisadores que se interessem em estudar a educação primária no período da Primeira República, e até mesmo o Grupo Escolar de Mariana e/ou as Escolas Isoladas que ainda tem muito a ser estudado.

Palavras-chave: Primeira República. Grupo Escolar. Escolas Isoladas.

ABSTRACT

This dissertation is inserted in the area of foundations of Education of the Program of Post-Graduation in Education of the Federal University of São Carlos. A study of the field of History of School institutions, which has the object of study Mariana-MG Primary School (a public and primary school). The period chosen has beginning in 1889, to monitor the first initiatives of the government republican of the city in relation to primary public education, and extends until the year 1915- year in which José Ignácio has left the direction of the Group and moved to Ituiutaba-MG. The motivation for the installation of the Group, teachers, students and curricula were observed. Show how was the public education and primary schools in the municipality in the period before the creation of the Group, in calls Isolated Schools, was also a concern of the dissertation. For such was been consulted different archives: Archive Public Miner, Archive of the Municipal Council of Mariana, Acquis of the State School Dom Benevides and newspapers. Tried to relation the particular context –The School Group of Mariana- a wider context of the state scenario and, in some moments, nationally. The conclusions pointed to the fact that education carried out in the Group School of Mariana was elitist. It studied mainly the children of declared "republicans" with good financial conditions, while in isolated schools were the poorest and residents of districts and parishes of the city. The quality and the structure of the place of teaching were much better in the Group. The results allow the beginning of a construction of the history of the same, bringing together various documents, which may assist other researchers interested in studying the primary education in the period of the First Republic, and even the School Group of Marian and/or the isolated schools that still has much to be studied.

Keywords: First Republic. Primary School. Isolates Schools.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Tabela de distribuição da produção científica sobre Grupos Escolares por Região Brasileira (p.139)

Tabela 2. Tabela de distribuição das produções por instituição e programa (p.140)

Tabela 3. Tabela das Escolas Isoladas de Mariana entre 1886- 1891 (p.61)

Tabela 4. Lista de matrículas nas Escolas Isoladas da cidade de Mariana em 1890 (p.67)

Tabela 5. Tabela das Escolas Isoladas de Mariana entre 1903-1907 (p.70)

Tabela 6. Horários e Disciplinas nos Grupos Escolares (p.150)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição dos inventários segundo atividades (p.40)

Figura 2. Primeiro local de funcionamento do Grupo Escolar de Mariana (p. 86)

Figura 3. Fotografia da atual Escola Estadual Dom Benevides, antigo Grupo Escolar de Mariana (p.91)

Figura 4. Fotografia do interior da atual Escola Estadual Dom Benevides, antigo Grupo Escolar de Mariana (p.92)

Figura 5. Professoras e funcionários do Grupo Escolar em 1909 (p.95)

Figura 6. Trabalhos manuais confeccionados por alunas do Grupo Escolar de Mariana em 1913 (p.111)

Figura 7. Regulamento nº1 de Instrução Pública da cidade de Mariana (p.141)

SUMÁRIO

Introdução	11
1. Capítulo 1: A Transição do Império para a República	16
1.1- A economia	16
1.2- O contexto político	28
1.3- A cidade de Mariana	36
2. Capítulo 2: A Educação em Mariana na Transição do Império para a República	46
2.1- A educação em Minas Gerais	46
2.2- As Escolas Isoladas em Mariana no início da Primeira República	58
3. Capítulo 3: A República e o Grupo Escolar em Mariana	75
3.1- A criação dos Grupos Escolares em Minas Gerais	76
3.2- O Grupo Escolar de Mariana	81
3.2.1- O Prédio	85
3.2.2- Os Mestres	92
3.2.3- Administração e Fiscalização	100
3.2.4- Os Alunos	103
3.2.5- O Currículo	108
4. Considerações finais	123
Referências	129
Anexos	139
Apêndices	164

INTRODUÇÃO

Contar é muito difícil. Não pelos anos que passaram. Mas pela astúcia que tem certas coisas passadas- de fazer balancê de se remexerem dos lugares.

Guimarães Rosa

A formação em História na Universidade Federal de Ouro Preto proporcionou a descoberta do objeto desta pesquisa- O Grupo Escolar de Mariana. Esta dissertação surgiu do contato com o acervo Escola Estadual Dom Benevides e a infinidade de questionamentos que a leitura de seus documentos fez brotar. Como se deu a criação e a instalação do primeiro Grupo Escolar? Quando ele surgiu? Quem eram os professores? E os alunos? Algumas dessas dúvidas começaram a serem esclarecidas na iniciação científica **“O Grupo Escolar de Mariana: instrução e política”** financiada pelo CNPq e orientada pela Profa. Dra. Rosana Areal de Carvalho na Universidade Federal de Ouro Preto. Nesse primeiro estudo privilegiamos os personagens de destaque no cenário do Grupo Escolar de Mariana: o diretor José Ignácio de Sousa e o patrono do Grupo Gomes Henrique Freire de Andrade. A pesquisa trouxe então a tona muitos outros questionamentos e a necessidade de resgatar a história do Grupo Escolar desde o período que antecede sua instalação. Partes desses questionamentos serão aqui discutidos.

Durante o processo de elaboração desta dissertação, uma importante etapa foi o levantamento de dissertações e teses que auxiliassem no estudo que aqui se propõe fazer. Buscando por dissertações e teses no Banco de Teses CAPES dos anos (2004, 2005, 2006, 2007 e 2008¹) que tivessem como assunto “Grupo Escolar”, foram encontradas 8 teses e 17 dissertações². Separadas por região, identificamos a quantidade desenvolvida em cada uma (ver Anexo A). Constatamos que a produção dos Programas de Pós-Graduação em Educação que abordaram os Grupos Escolares no período da Primeira República tem se concentrado na região Sudeste, enquanto que para as regiões do centro-oeste e norte não foi encontrada nenhuma pesquisa. O resultado talvez se deva ao grande número de Programas de Pós-Graduação em Educação na região Sudeste. Outro provável motivo está no fato de que muitos estudantes de todo o Brasil seguem para o Sudeste para fazer a Pós-Graduação. Verificou-se

¹ A escolha desses anos se deve ao fato de ter ingressado no mestrado em 2009 e realizar o levantamento nesse ano, adotando como referência os 5 anos anteriores.

² Ver Apêndice 1

ainda a qual instituição as pesquisas estavam ligadas (ver Anexo B). Nessa segunda tabela podemos observar que os estudos da região Sudeste encontrados na busca concentraram-se no estado de São Paulo. Outra informação que merece destaque é o fato de que nem todos pertencem aos Programas de Pós-Graduação em Educação. O trabalho da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo é do Programa de Pós Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, e apesar de muitos trabalhos abordarem alguns aspectos históricos das instituições escolares nenhum estava vinculado a um Programa de Pós-Graduação em História.

As fontes utilizadas nos trabalhos, em geral, foram: legislações, correspondências, fotografias, documentos escolares, jornais, entrevistas a ex-alunos, professores e administradores. Quanto ao referencial teórico, a maioria trabalhos, adotaram a chamada História Cultural. Paolo Nosella e Ester Buffa fizeram a seguinte observação sobre o referencial utilizado em muitos estudos de instituições escolares, “*A expressão **cultura escolar** tem sido usada como uma categoria abrangente destes estudos. Dominique Julia tem sido muito citado pelos estudiosos desta temática*³”. Isso se confirmou nesse levantamento, já que dos 6 trabalhos nos quais os autores deixam explícito o referencial, Dominique Julia aparece em 4 e os outros dois afirmam trabalhar com o conceito de *cultura escolar*. Marisa Bittar e Amarílio Ferreira Jr analisaram o campo da história da educação nas últimas décadas do século XX, e concluíram que as pesquisas passaram a contar com “a hegemonia da Nova História” - “*privilegiar a história das mentalidades, da vida cotidiana, das mulheres, do microacontecimento educacional etc.*”. Muitos abandonaram a preocupação com os movimentos que explicam a totalidade societária, e atualmente se encontram “*micro-objetos fragmentados e isolados dos fenômenos econômicos, sociais e políticos*”⁴.

No entanto, existem outros estudiosos das instituições escolares preocupados em realizar análises a partir de pressupostos metodológicos marxianos, como Paolo Nosella e Ester Buffa. Para os esses autores,

... o fundamental do método não está na consideração abstrata dos dois termos, escola e sociedade, relacionados a posteriori, mas na relação constitutiva entre eles, pois esses termos só existem nessa relação. A dialética não é uma relação

³ NOSELLA, Paulo, Buffa, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar?** 2009, p.10.

⁴ BITTAR, Marisa; FERRERA JR, Amarílio. **História, Epistemologia Marxista e Pesquisa Educacional Brasileira.** 2009, p. 489-511.

*mecânica que descortina, para além da aparência (escola), uma essência metafísica (sociedade). Ao contrário, é uma condição recíproca de existência*⁵.

Diante da divergência e da observação dos referenciais identificados nos trabalhos do Banco de Teses CAPES, refletimos sobre a escolha do que referencial que utilizaria nesta pesquisa. Optamos por não trabalhar propriamente com o conceito de *cultura escolar* e apesar de não seguir com rigor a um referencial teórico-metodológico, tivemos a preocupação em relacionar o objeto de estudo- o Grupo, ao contexto da realidade do estado de Minas Gerais e do Brasil do período, para a partir dessas comparações, tecer conclusões.

Essa dissertação se configura no que Dermeval Saviani chamou de “monografia de base”- *“Monografia de base é, em consequência, um estudo do tipo indicado que organiza as informações disponíveis sobre determinado assunto, preparando o terreno para futuros estudos mais amplos e aprofundados”*⁶. Segundo ele, é importante que os mestrandos se debruçam sobre temas ainda não suficientemente explorados, e realizem um levantamento das informações disponíveis, organizando-as. *“A existência dessas monografias de base permitirá ao estudante de doutorado ou a um pesquisador mais experiente realizar, a partir das informações primárias já devidamente organizadas, sínteses de amplo alcance que seriam inviáveis ou demandariam um tempo excessivo”*⁷. Portanto, procuramos levantar e apresentar os documentos relativos ao Grupo Escolar de Mariana, realizando, na medida do possível, conclusões.

O tema instituições escolares apesar de muito estudados ainda apresenta muitas lacunas a serem preenchidas quanto ao ensino promovido em muitas localidades. Em Mariana, não existe nenhum estudo sistematizado sobre a educação primária da cidade no período do final do império e início da República, nem mesmo sobre a sociedade, economia e política foram identificados estudos. Daí partiu o interesse em sistematizar e apresentar os primeiros levantamentos acerca da instrução pública e primária do período. Essas considerações iniciais colaboram para a realização desta pesquisa, visto a lacuna que ainda existe quanto à origem e estruturação do ensino público nas cidades brasileiras.

⁵ NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005. p. 362

⁶ SAVIANI, Dermeval. *Educação do senso comum à consciência filosófica*. 2009, p.164.

⁷ SAVIANI, Dermeval. *Educação do senso comum à consciência filosófica*. 2009, p.165.

O levantamento no Banco de Teses CAPES revelou que os estudos privilegiaram um roteiro de pesquisa com algumas preocupações delimitadas, como a criação e o desenvolvimento dessas instituições, a arquitetura do prédio escolar, sua organização espacial, os docentes e os discentes. Há muito para se analisar sobre os reais objetivos desses Grupos Escolares e a quem eles atendiam. É também preciso identificar o período em que os Grupos Escolares, efetivamente, se estabeleceram nas demais regiões.

É importante resgatar a história das instituições escolares, dos Grupos Escolares para entendermos os diferentes caminhos que a educação percorreu ao longo da história brasileira, podendo assim compreender e dialogar com a escola que temos hoje. A educação atualmente tem sido considerada um desafio para a sociedade, principalmente quando pensamos em uma escola pública e de qualidade para todos. Buscar o cruzamento da história das próprias cidades com a sua história da educação, mais especificamente observando as instituições escolares, poderá ajudar ainda, na elaboração de políticas educacionais. Para tal, é necessário um estudo da história que não busque apenas reconstruir a memória, mas levantar discussões acerca de projetos que almejam de fato a qualidade do ensino, e para que grupo de crianças essa “qualidade do ensino” esteve/está restrita.

O presente estudo resgata o período que antecedeu a criação do primeiro Grupo Escolar de Mariana-MG (1889-1909) e acompanha os primeiros anos de funcionamento do mesmo (1909-1915). O período escolhido contempla as reformas que (re)organizaram o ensino primário em Minas Gerais após a Proclamação da República e estendeu-se até o término do exercício do primeiro diretor do Grupo que se mudou para Ituiutaba-MG (1915).

O objetivo foi resgatar a história fundadora do Grupo Escolar observando em que se diferenciou das antigas Escolas Isoladas⁸. Uma comparação difícil de ser realizada pela dificuldade em se encontrar documentos produzidos nas Escolas Isoladas. Desta questão maior procurou analisar a fundação, os professores, os alunos, o prédio, o currículo e outras questões ligadas ao aprendizado realizado no Grupo Escolar.

⁸ Foi a Lei de 15 de outubro de 1827 que determinou a criação de “*Escolas de Primeiras Letras*” (mais tarde conhecidas também como escolas isoladas), deveriam ser fundadas “*em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos*”. No artigo 6º da lei tem-se que os professores deveriam ensinar a “*ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática, a gramática de língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana proporcionadas à compreensão dos meninos*”. In: SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**, 2008.

A hipótese foi de que por trás das propostas recheadas dos ideais republicanos, de uma educação primária e gratuita, manteve o caráter excludente da educação e o objetivo de formar nas escolas públicas os filhos da classe dirigente, principalmente os filhos dos republicanos. Em busca de confirmar ou refutar a hipótese acredita ser importante a aproximação do nosso objeto, buscando através dos documentos tecer conclusões.

Como estratégia de trabalho no Capítulo 1, traçamos um panorama geral da Primeira República (1889-1930), procurando observar o contexto econômico e político do Brasil, enfatizando o estado de Minas Gerais e a realidade da cidade de Mariana. Em seguida, no Capítulo 2, realizamos um estudo da legislação educacional no período anterior a fundação do Grupo Escolar (1909), apresentando as primeiras ações no âmbito educacional pós Proclamação da República, em Minas Gerais, para então, discutir a organização e funcionamento das Escolas Isoladas em Mariana. Por último, no Capítulo 3, analisamos a legislação que instaurou o modelo dos Grupos Escolares em Minas Gerais, em 1906, acompanhando o que mudou no ensino primário público da cidade com a criação do Grupo Escolar de Mariana: seu processo de instalação, o prédio, os mestres, os alunos, a administração e fiscalização, o cotidiano.

É necessário considerar que toda a análise histórica esta carregada de subjetividade inerente a realização dessa pesquisa é resultado dos questionamentos que consegui fazer aos documentos que tive em mãos, que não deixam de se relacionar as limitações e análises que consegui alcançar. Os documentos foram observados sempre de forma a confrontar a realidade nacional, ou pelo menos a proposta formalizada nas reformas educacionais e leis. Assim foi importante relacionar a instituição escolar- o Grupo, ao contexto social, econômico e político.

Capítulo 1: A transição do Império para a República

Neste capítulo será elaborado um panorama geral da economia, da política e de alguns traços da sociedade brasileira no período de transição do regime monárquico para o republicano, procurando destacar condicionantes que influenciaram todo o período da Primeira República (1889-1930), com atenção especial para o estado de Minas Gerais.

1.1- A economia

Caio Prado Júnior destacou que a economia brasileira acabou se organizando sob o sentido inicial da colonização, de caráter exploratório, das grandes propriedades, da monocultura e do trabalho escravo. Junto da grande propriedade monocultora instalou-se no Brasil a escravidão negra, contribuindo para tal alguns fatores. Portugal não tinha população suficiente para abastecer a mão-de-obra da colônia, e somou-se a isso a falta de interesse, a princípio, do português, de emigrar para se tornar um trabalhador assalariado do campo, “*no fim da era colonial, cerca de um terço da população colonial era composta por escravos negros*”. Foi exatamente a economia agrária e baseada na escravidão que possibilitou ao Brasil sustentar a estrutura econômica e social no período⁹.

A produção açucareira no Brasil colonial se valeu do trabalho escravo. Com a finalidade de atender aos mercados europeus, as preferências dos donatários concentraram-se, desde o início da colonização, na manufatura do açúcar. As técnicas eram rudimentares e demandavam um numeroso pessoal, “*engenhos de 50 escravos são reputados medíocres no final do século XVIII, mas considerava-se o mínimo de 40 escravos indispensáveis para que o engenho pudesse moer ‘redondamente’ durante 24 horas do dia*”¹⁰.

As atividades agrárias se caracterizavam pelo baixo nível técnico, ou seja, contavam com um sistema de agricultura extensiva- propriedades com o predomínio da mão-de-obra humana e baixa mecanização. O Brasil manteve esses traços característicos da produção por muito tempo,

O Brasil continuou três séculos depois do início de sua colonização, aquela mesma colônia visceralmente ligada (já não falo de sua subordinação política e

⁹ PRADO, Caio Jr. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 2004, p.119-122.

¹⁰ CANNABRAVA, Alice P. **A grande propriedade rural**. 2004, p.209.

administrativa), à economia da Europa, simples fornecedora de mercadoria para o seu comércio.

(...) fatores (...) que vão condicionar a formação e toda a evolução da economia brasileira, esta última assim se organiza e tal se tornará, no fim da era colonial, a natureza íntima de sua estrutura.¹¹

As mudanças na economia foram lentas, e só começaram a ocorrer a partir do século XVIII, período em que outra atividade passou a interessar a metrópole substituindo assim, a produção açucareira em crise: a mineração. Com algumas técnicas diferenciadas, tornou-se uma atividade parecida com a agricultura, pois se valeu da exploração em larga escala, em que as grandes unidades eram trabalhadas por escravos¹². A mineração deixou disponíveis alguns fatores positivos que puderam ser utilizados posteriormente pelos cafeicultores como, estradas (ligavam Minas Gerais aos portos do Rio de Janeiro, Parati e Angra dos Reis), e meios de transporte (tropas de mulas- que poderiam inicialmente transportar o café até os portos). Com relação à mineração em Minas Gerais: estudos desenvolvidos desde os anos 80 tem mostrado que tal atividade era bastante variada no que diz respeito ao tamanho do investimento – propriedade e número de escravos, indo desde aventureiros que trabalhavam, praticamente, sozinhos a grandes proprietários de escravos. Por isso mesmo a sociedade mineradora era mais variada na sua composição do que a sociedade açucareira, por exemplo. Destaca-se, ainda, o caráter urbano da mineração.

A afirmação de Caio Prado Jr. de que a agricultura é “*o nervo econômico da civilização. Com ela se inicia (...) e a ela se deve a melhor porção de riqueza*” representava bem a realidade brasileira da época. Pois, quando a mineração começou a declinar, a agricultura voltou a ganhar prestígio e conseguiu reassumir o cenário de exportação com a produção do café.

No século XIX, depois da crise da mineração e com o surgimento da livre concorrência, a produção agrícola brasileira voltou-se para um novo produto a ser exportado: o café. As limitações do modelo agrário exportador não demoraram a surgir e influenciar o mercado. A larga produção e a utilização de poucas técnicas geraram, num período não muito tardio, a crise cafeeira. Como o produto destinava-se a exportação, o crescimento ou a estagnação da nossa economia dependia da evolução do mercado internacional.

¹¹PRADO, Caio Jr. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 2004, p.125 e 127.

¹²HOLLANDA, Sérgio Buarque. **A mineração: antecedentes luso-brasileiros**. 2004, p.228-258.

Paralelamente, outra produção surgiu, por volta de 1880, na Amazônia: a borracha. Até o início do século XX foi o segundo maior produto exportado pelo Brasil, ficava atrás somente da exportação do café. No entanto entrou rapidamente em crise por causa da produção inglesa e passou a não ser mais expressiva no mercado mundial. Suas características de produção não se diferenciaram das características gerais já apontadas: uma extração primitiva e rudimentar¹³.

De acordo com Francisco de Oliveira, a economia da Primeira República pode ser vista como uma “*extensão da economia do Segundo Império, do ponto de vista da completa inserção da economia brasileira no padrão da divisão internacional do trabalho produtores de manufaturas versus produtores de matérias-primas*”¹⁴. A produção cafeeira foi o maior representante desse modelo, mas seu grande crescimento só foi possível graças a investimentos e empréstimos oriundos de capitais estrangeiros. Essa foi, portanto, a atividade que perpassou o final do século XIX e predominou o período da Primeira República (1889-1930)¹⁵.

Os produtores de café para se manterem precisaram se adaptar às mudanças impostas no fim do século XIX e início do XX, principalmente, com a abolição da escravatura em 1888. A mão-de-obra tornou-se uma grande preocupação. Agravou-se tal situação com a medida tomada pelo Governo Central, nesse final de século XIX, com relação à imigração, pois transferiu a responsabilidade de sua promoção aos estados, se abstendo do financiamento da mesma. Conforme o interesse das províncias cada uma fazia seus investimentos. Como a imigração era necessária para a lavoura os que mais investiram foram os estados de São Paulo, Minas Gerais e o Sul do país.

*Com a Proclamação da República, visando dinamizar a vinda de imigrantes europeus, tentou-se pôr a colonização e imigração debaixo da tutela dos Estados, obedecendo aos desígnios do federalismo que considerava o poder central incompetente para atender às necessidades regionais e locais. Estados com recursos suficientes para atrair imigrantes lucraram com essas medidas, como é o caso de São Paulo.*¹⁶

¹³ Para saber mais: PRADO, Maria Lígia Coelho; CAPELATO; Maria Helena Rolim. **A borracha na economia brasileira da Primeira República**. 2004, p.285-307.

¹⁴ OLIVEIRA, Francisco de. **A Emergência do modo de produção de mercadorias**. 1997, p. 393.

¹⁵Essa demarcação de datas pode mudar segundo alguns autores, e não significa necessariamente que em 1889 ou 1930 houve grandes mudanças. Neste estudo, porém, adotamos como marco a Proclamação da República e a Revolução de 30.

¹⁶PETRONE. Maria Tereza Schorer. **Imigração**. 2004, p.97.

A imigração nesse contexto acabou sendo feita pelos próprios cafeicultores, e a produção cafeeira deu um grande salto, “*a produção brasileira, que havia aumentado de 3,7 milhões de sacas (de 60 kg) em 1880-81 para 5,5 em 1890-91, alcançaria em 1901-02 16,3 milhões.*”¹⁷

Os maiores produtores de café foram São Paulo, Minas Gerais e o Rio de Janeiro, que além da produção cafeeira, se destacaram também no âmbito da política nacional, como será discutido posteriormente. Minas Gerais participou como a segunda maior produtora de café,

*A partir de 1900, Minas tinha em média um terço da produção de São Paulo, tornando-se o segundo maior produtor brasileiro. (Nove municípios mineiros estavam entre os vinte principais produtores de café em 1920). No entanto, na abundante literatura sobre o café do Brasil, Minas é tratado como área periférica. São Paulo tinha uma grande vantagem na cultura do café: terra melhor e mais abundante, muita mão-de-obra imigrante e excelente serviço de ferrovias da fronteira do café até o porto de Santos.*¹⁸

Segundo John Wirth, o estado de Minas Gerais, apesar de ser um dos grandes produtores de café, não obteve grande expansão no mercado em outras áreas. Na verdade, o estado de Minas, criou uma relação de dependência em relação a São Paulo e ao Rio de Janeiro, pois enviava matéria-prima a preços baixos e comprava de volta “*alimentos processados e bens industriais de alto valor*”. Isso gerou uma situação de dependência com o mercado dos outros estados, e com o tempo esta situação agravou-se, pois, “*após 1930, São Paulo tornou-se exportador líquido para o resto do Brasil e a balança comercial de Minas em relação ao vizinho piorou*”¹⁹.

Apesar dos atrasos na economia, Minas Gerais conseguiu se projetar no cenário nacional, devido em grande parte a uma característica marcante: sua habilidade política de governar e manter-se representada no ministério e nas Câmaras legislativas. Isto fez com que o estado conseguisse se aliar aos outros estados mais fortes economicamente. Durante a República Velha, Minas Gerais ocupou três vezes a presidência federal²⁰ e possibilitou aos outros estados alcançarem o poder, pois além do apoio para governar em 1891,

¹⁷FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 1997, p. 185.

¹⁸WIRTH, John D. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937**. 1982, p.81.

¹⁹WIRTH, John D. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937**. 1982, p.77.

²⁰Afonso Pena (1906-1909), Wenceslau Brás (1914-1918) e Artur Bernardes (1922-1926).

*o estado mais populoso da nação, Minas Gerais possuía o maior eleitorado e ocupava o primeiro lugar no número de cadeiras no Congresso- 37, em relação às 22 de São Paulo e Bahia, e às 16 do Rio Grande do Sul. (Desde a constituinte de 1933, até o golpe de 1937, a composição das bancadas estaduais permaneceu idêntica à de 1891).*²¹

As dificuldades econômicas atravessadas pelo estado mineiro estavam diretamente ligadas ao fato de que Minas, diferentemente de São Paulo, não se preparou para receber o imigrante e a produção do café sofreu uma grande queda com o fim da escravidão. Esta questão implicou na necessidade iminente de modificações nas relações produtivas nos anos subsequentes a abolição. Para se entender as implicações da abolição em âmbito nacional e regional é necessário analisar todo o processo que ficou evidente no 13 de maio de 1888, com a abolição da escravatura.

Caio Prado Júnior, destacou que *“naturalmente o que antes de mais nada, e acima de tudo, caracteriza a sociedade brasileira de princípios do séc.XIX, é a escravidão”*. Uma escravidão que acabou por reduzir o homem *“à mais simples expressão, pouco senão nada mais que o irracional”*²². Os senhores, em sua maioria, não mostravam cuidados com os escravos, e uma vez escravizados, estes formaram na colônia *“um corpo estranho e incômodo”*, além de contribuir para formação de uma barreira que separava as classes sociais²³, já que para o escravo era praticamente impossível ascender socialmente. Essa barreira foi identificada por outros autores e é constantemente revisitada pelos pesquisadores. Emília Viotti²⁴ demonstrou que a barreira entre as classes sociais se fez notar no século XIX, onde nas ruas se via escravos, mulatos e negros livres a vender toda sorte de mercadorias, mas era muito difícil ao mulato ascender. Pouquíssimos conseguiram alguns destaques, como o político Nilo Peçanha e o escritor Machado de Assis.

Foi no século XIX, mais especificamente na segunda metade, que o Brasil intensificou a discussão quanto a necessidade da transição do trabalho escravo para o trabalho

²¹ WIRTH, John. **O Poder dos Estados. Análise Regional**. 2004, p.89.

²² PRADO, Caio Jr. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 2004, p.269- 277.

²³ No Dicionário de Política, o autor Alessandro Cavalli, que trata do conceito de “classe social”, apontou para a dificuldade em se encontrar um consenso dos estudiosos quanto a definição do mesmo. Mas todos estariam de acordo em pensar que *“as classes sociais são uma consequência das desigualdades existentes na sociedade”*. Daí pode-se fazer delimitações quanto a aplicação do conceito de classe, uma vez que *“1)torna possível excluir tudo o que entra na categoria das desigualdades naturais; 2)faz referência apenas às desigualdades que não são casuais e se revelam de modo sistemático e estruturado. Isso não impede, porém, que haja desigualdades naturais que adquirem relevância na sociedade e se convertem, por isso, em desigualdades sociais”*. In: BOBBIO Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 1998, p.169-170.

²⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 1999, p.242-247.

livre. Mas antes de concretizada a abolição em 1888, inúmeros fatores buscavam e apontavam para esse fim.

Paula Beiguelman²⁵ mostrou que desde que se consolidou a Independência do Brasil (1822) foi solicitado pela Inglaterra um tratado que estipulasse em breve tempo o fim do tráfico negreiro. Arrastado e modificado diversas vezes em 1845 a Inglaterra transforma o projeto sobre o tráfico brasileiro em lei, o *Bill Aberdeen*²⁶. Assim o governo inglês estava autorizado a mandar proceder por qualquer tribunal o julgamento de embarcações brasileiras que trouxessem o pavilhão brasileiro, capturadas nos mares pelos navios britânicos. No entanto, ainda se passaram cinco anos para que uma lei de extinção do tráfico fosse elaborada, e a autora mostra como essa foi feita de maneira obscura. Eusébio de Queirós adotou o sistema de “carretilhas” em que a proposta total era desmembrada em projetos parciais, os quais não deixavam claro o sentido global. Depois de muitas divergências entre os conservadores e os liberais, o projeto é transformado em lei no dia 4 de setembro de 1850. Começou então, a vigilância da Inglaterra e do Partido Liberal no Brasil para que a lei fosse cumprida. Os anos passaram e acirrou-se a disputa pelo poder entre Liberais e Conservadores. Editou-se a lei do *Ventre Livre*²⁷, a dos *Sexagenários*²⁸ e em 1888 “*com a constituição de um novo ministério, tirado da dissidência*”, o Partido Conservador não podia mais rejeitar a abolição, pois, significaria o insucesso que poderia levar a queda do Partido. Sob essas condições é que o Brasil optou pela abolição apesar de ainda existirem grandes controvérsias entre os diferentes grupos da sociedade sobre o assunto.

Emília Viotti, no livro **Da Monarquia à República: momentos decisivos**, em que sintetizou várias versões da historiografia existentes sobre a Proclamação da República, apresentou outros fatores que incentivaram a transição do trabalho escravo para o livre. Segundo ela, com a expansão dos mercados no século XIX se reduziu a agricultura de subsistência. Acrescentou ainda que a lei de terras no Brasil em 1850 ao decretar que só poderiam adquirir terras aqueles que as comprassem, mudou a atitude com a relação às terras

²⁵BEIGUELMAN, Paula. **O encaminhamento político do problema da escravidão no Império**. 2004, p. 189-219.

²⁶Ou *Aberdeen Act*, permitia o ataque, por parte dos navios ingleses, aos navios de traficantes até mesmo em portos brasileiros.

²⁷ A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871 determinou livres os filhos de mulher escrava, nascidos no Império desde a data da lei. Para ler essa lei na íntegra acessar: www.direitoshumanos.usp.br

²⁸ A Lei do Sexagenário, de 15 de julho de 1884 determinou que o escravo de 60 anos, cumpridos antes ou depois da lei, adquiria *ipso facto* a liberdade. Para ler essa lei na íntegra acessar: www.direitoshumanos.usp.br

e incentivou o ideal da mudança do trabalho escravo para o livre. Dentro desta proposta o dinheiro arrecadado pelo Estado deveria servir também para subsidiar a imigração. Essa postura acabou gerando conflitos, pois se posicionava contrária aos interesses dos fazendeiros que plantavam café e priorizavam a escravidão. Com a Lei *Euzébio Queiroz*, que determinou o fim do tráfico de escravos em 1850, sabia-se que a escravidão estava com os dias contados.

No quarto capítulo do livro acima referido, Viotti descreveu que os últimos desembarques de escravos de que se tem notícia datam de 1856. O fim do comércio dos mesmos sentenciou o fim da escravidão. Nesta fase iniciou-se um comércio interno em que os escravos do norte eram deslocados para o sul, mas não tardaria para que esta situação se tornasse insustentável. A Revolução Industrial²⁹ também foi outro fator que condenou o sistema escravista, e a emancipação dos escravos estava diretamente ligada ao ritmo de transformação do sistema colonial de produção.

Por outro lado, havia a resistência de muitos fazendeiros, que segundo Viotti, consideravam a escravidão perfeitamente legítima e justificável. Mesmo entre os Inconfidentes de 1789³⁰ e os revolucionários de 1817³¹, que insurgiram contra o sistema colonial, não havia igual ponto de vista a respeito dessa instituição (escravidão). Uns eram favoráveis à abolição, outros propunham medidas paliativas. Os revolucionários de 1817, embora se manifestassem, em princípio, favoráveis à emancipação, guardavam o direito de propriedade. A escolha pela abolição gerava muita discussão, pois envolvia diferentes interesses dos grupos de maior expressividade econômica e política no cenário nacional.

A questão escravista só começou a mudar de fato a partir de 1870. O sistema escravista já havia desaparecido em outras áreas do mundo, e houve uma pressão para que acontecesse a abolição no Brasil. Em 1865 não se tinha mais escravidão nos Estados Unidos,

²⁹ Iniciada na Inglaterra, a Revolução Industrial expandiu-se para outros países a partir do início do século XIX, e acabou por promover a consolidação do sistema capitalista, ao estruturar o modo de produção na separação entre capital e trabalho: o burguês, proprietário do capital (máquina, fábrica, matéria-prima, conhecimento técnico, fontes de energia) precisa comprar a força de trabalho do operário (proletário) para realizar um determinado trabalho braçal atrelado a máquina.

³⁰ Motivados pela insatisfação quanto aos impostos cobrados, parte da elite mineradora tinha o objetivo de obter a independência de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Muitos dos inconfidentes eram escravistas.

³¹ Em Pernambuco, os altos impostos, a opressão militar e o excesso de monopólios facilitaram o surgimento de idéias favoráveis à independência. Preparada a revolta foram descobertos, mas reagiram, com o apoio de parte das tropas e ocuparam Recife formando lá um governo provisório de cinco membros representado: o clero, o comércio, o exército, a magistratura e a agricultura. A Paraíba, o Rio Grande do Norte, o Ceará e Alagoas aderiram a revolta, mas as forças portuguesas conseguiram reocupar a região e prender os chefes da revolução.

em 1873 aboliu-se em Porto Rico e em 1880 em Cuba, o que aumentava a pressão para que o Brasil não se valesse mais do trabalho escravo.

No livro **Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil**, que apresentou as cartas de Ina von Binzer, podemos notar uma forte discussão que era vivenciada no Brasil quanto a conceder ou não a liberdade aos escravos. A preceptora alemã deixou transparecer a tensão vivenciada no período que antecedeu a abolição da escravatura, e suas cartas são um retrato da época. Na carta de 14 de agosto de 1881, descreveu a amiga Grete que os “pretos” desempenhavam o papel principal na economia brasileira, pois todo o trabalho era feito por eles, toda a riqueza adquirida por suas mãos, *“acho que no fundo são mais senhores do que escravos brasileiros (...) gostaria de saber o que fará essa gente, quando for decretada a completa emancipação”*³². Em outra carta, a de 12 de abril de 1882 escreveu que era impossível se pensar o transtorno que causaria ao Brasil a substituição de tantos escravos nas fazendas num país sem uma classe operária formada (ainda que existisse em determinadas regiões do Brasil o trabalho artesão). Assim ela posicionou-se *“compreendo muito bem e acho muito justo que fazendeiros, antes liberais, se recusem a desistir sem luta, ou pelo menos sem um prazo longo, do trabalho escravo mantido até agora.”*³³

O latifúndio escravista impedia o próprio desenvolvimento da pequena propriedade. As grandes propriedades escravistas acabavam afastando as correntes de imigração estrangeira. Os imigrantes iam para outros países onde pudessem ter perspectivas econômicas mais promissoras. No Brasil muitas regiões ainda não estavam de fato povoadas e as estradas eram muito precárias, ficando muitas vezes as áreas povoadas isoladas umas das outras, o que afastava ainda mais a corrente de imigração. Posto isso, fica evidente a dificuldade de se desenvolver uma economia de mercado e manutenção da estrutura econômica colonial que se permaneceu por muito tempo. A economia brasileira diante das circunstâncias impostas pelo latifúndio, monocultura, sistema escravista permaneceu submetida ao sistema colonial, mantendo-se com os produtos agrícolas.

Para mudar esse cenário seria necessário que se abolisse a escravidão até mesmo para se estabelecer um mercado consumidor.

³²BINZER, Ina von. **Os meus romanos**. 1994, p.40.

³³BINZER, Ina von. **Os meus romanos**. 1994, p.101.

*Em São Paulo, o Partido Republicano Paulista, composto em sua maioria por fazendeiros de café do Oeste Paulista (...) acabou de aprovar, em 1887, um parecer decidindo que os republicanos libertariam seus escravos até 14 de julho de 1889.*³⁴

Voltando à obra de Viotti³⁵, percebemos que a expansão da cultura cafeeira coincidiu exatamente com a crise do sistema escravista. Para agravar o problema da falta de mão-de-obra a maior parte dos imigrantes ia para os Estados Unidos pelas condições favoráveis que encontravam por lá. O Brasil não oferecia boas condições aos imigrantes: lendas, clima diferenciado, escravidão, a religião católica era a religião oficial do Estado, economia subdesenvolvida, tipicamente rural e latifundiária, com poucas vias de comunicação e transporte. Dos que vieram para o Brasil entre os anos de 1870 e 1900, a maioria foi encaminhado às lavouras de café para trabalhar no lugar dos escravos.

Para solucionar a necessidade de mão-de-obra nas lavouras, o método adotado para a promoção da imigração durante o império foi uma política demográfica que acabou por criar núcleos coloniais de povoamento e não resolveu o problema. A fim de garantir a mão-de-obra dos imigrantes nas fazendas os fazendeiros estabeleceram o *sistema de parceria*³⁶, “*De acordo com essa concepção, importava, antes de tudo, atender às solicitações da grande lavourassem perder de vista a conveniência de se adaptarem os colonos às condições particulares da produção rural no país*”³⁷. Esse, no entanto, não obteve sucesso e assim que os imigrantes pagavam suas dívidas abandonavam as fazendas.

*Por volta de 1860 o sistema de parceria tendia a ser abandonado, aparecendo em muitas fazendas a locação de serviços, para depois surgir uma nova forma de contrato, que perdurou durante muito tempo e pelo qual a renda do colono provinha de uma soma fixa para cuidar de mil pés de café e, além disso, recebia uma soma determinada por alqueire de café colhido. Continuava, pois, o colono diretamente interessado no volume da colheita embora em menor escala do que no sistema de parceria.*³⁸

Muitos eram os motivos, dentre eles, a não adaptação ao clima, pouco lucro obtido, distância entre as fazendas e os centros urbanos, o árduo trabalho das lavouras de café e a dificuldade dos fazendeiros para aceitar os padrões de comportamento dos trabalhadores livres.

³⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 1999, p.337.

³⁵ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 1999, p.195-233.

³⁶ Os custos do transporte do imigrante europeu até as fazendas no Brasil eram pagos pelo fazendeiro. Os imigrantes pagavam as despesas com trabalho. Esse consistia no cultivo do café e gêneros de subsistência, e entregavam ao fazendeiro boa parte da produção (dois terços).

³⁷ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **As colônias de parceria**. 2004, p.246.

³⁸ PETRONE. Maria Tereza Schorer. **Imigração**. 2004, p.275.

O crescimento das cidades é uma característica comum da época que após receber a imigração estrangeira viu parte dessa se mudar para as cidades. Em Minas Gerais, o que podemos perceber foi a busca para criar uma capital que revelasse os ares de modernidade e pudesse crescer e se desenvolver. Minas Gerais teve então transferida em 1894 a capital do estado da cidade de Ouro Preto para Belo Horizonte, buscando criar um centro de integração política e econômica, impossível de ser alcançado na cidade de Ouro Preto que além de gerar poucos recursos, com a crise da mineração, não apresentava estrutura física pra crescimento da cidade seja pelo relevo muito irregular, seja pelas ruas estreitas e de difícil locomoção em alguns pontos.

São Paulo foi quem obteve mais sucesso com a imigração. Em Minas Gerais o grande número de escravos gerou, na verdade, resistência por parte dos proprietários de escravos quanto ao trabalho livre. Os proprietários só viram a necessidade da mudança de mão-de-obra já as vésperas da abolição.

Mesmo com as dificuldades para se conseguir mão de obra, e todos os problemas enfrentados na transição do trabalho escravo para o livre a economia cafeeira prosperou. Foi ela que mais tarde acabou por impulsionar um pequeno desenvolvimento industrial no país, principalmente no Estado de São Paulo (o que se deveu em grande parte vinculado ao capital estrangeiro por meio de empréstimos),

É da Zona Oeste Paulista que sai, entretanto, a maior parte de capitais para a industrialização de São Paulo. Os bons preços e depois a proibição de novas plantações de café (1902) permitem a aplicação do numerário em outros ramos além da lavoura.³⁹

Temos que considerar também que as novas condições que foram surgindo no início da República eram favoráveis ao processo de industrialização, como: a mão de obra livre, elevação do preço de mercadorias importadas, mercado de consumo interno em expansão e mesmo algumas facilidades para a importação de materiais necessários a indústria. Mas este processo foi lento e havia ainda na sociedade a idéia de que a felicidade estava no meio rural.⁴⁰

Para o período da Primeira República, Fernando Henrique Cardoso, observou que

³⁹CARONE, Edgard. **A República Velha**. 1972, p.149.

⁴⁰NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2001, p.26-27.

Vêm-se, pois, delineadas e confrontadas desde o início da República duas correntes distintas. A primeira “industrializante”- e frequentemente especulativa, inflacionista e cavadora de negócios, embora no fundamental portadora de valores de progresso tão ao gosto da época e afim, até certo ponto, com o reformismo positivista- contrapunha-se a uma segunda corrente mais sólida e conservadora. A crítica ao encilhamento⁴¹, aos déficits crescentes, à “artificialidade” da indústria nacional que importava insumos e, diziam os opositores, estafava o consumidor nacional, opunham-se os bem pensantes porta-vozes da “fonte de riqueza nacional”: os cafeicultores.⁴²

Mas esse processo de surgimento da industrialização não foi de forma alguma uniforme no território nacional. Ela foi mais forte no estado paulista que manteve também a maior produção de café e, portanto, a riqueza necessária para financiar a indústria. John Wirth apontou o atraso de Minas Gerais com relação à industrialização paulista, afirmando que

Quase todas as usinas, pequenas fábricas e oficinas existentes em 1920 haviam sido fundadas após 1889. De maneira geral os produtos alimentícios e têxteis lideraram essa fase inicial de substituição de importações com 82% do valor da produção industrial de 1920 e empregando quatro quintos da mão-de-obra industrial. Em 1939, essas duas indústrias eram responsáveis por metade da produção industrial do estado. No entanto, o ferro e o aço constituíam agora a segunda indústria do estado (acima dos têxteis), tendo crescido 10 vezes- para 20% da produção.⁴³

Primeiramente o que houve em Minas Gerais, portanto, foi uma pequena liderança de produtos alimentícios e têxteis, mas foram os produtos de aço e ferro que lideraram o surto de industrialização na década de 1930, e sua produção continuou ainda por algum tempo servindo como fornecedora de matéria prima para indústrias localizadas fora de Minas.

As mudanças econômicas ocorridas entre o fim do século XIX e início do século XX contribuíram para modificar traços fundamentais da sociedade brasileira da época. Além do fim da escravidão já destacado, houve o surgimento gradativo de classes sociais e a intensificação da imigração estrangeira. O crescimento dos centros urbanos despontava como fator de possível alteração dessa composição social. No início do século XX, cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, já contavam com um significativo contingente de operários trabalhando nas empresas que ofereciam serviços urbanos e nas fábricas de tecido. A

⁴¹ Política industrialista do Ministro da Fazenda Rui Barbosa que se baseou em dois elementos principais: aumento das taxas alfandegárias de importação visando proteger a indústria nacional contra a concorrência estrangeira; e emissão de papel-moeda, visando aumentar o total de dinheiro em circulação no País e, assim, estimular os negócios e a produção. Para saber mais ler: CARONE, Edgard. **A República Velha (Instituições e classes sociais)**, p.102-109.

⁴²CARDOSO, Fernando Henrique. **Dos Governos Militares a Prudente - Campos Sales**. 2004, p.35.

⁴³WIRTH, John D. **O Fiel da Balança**. 1982, p.94.

composição dessa nova classe era de maioria estrangeira. Nesse mesmo interregno constata-se a ampliação dos setores médios urbanos, em especial a categoria dos profissionais liberais, advogados, médicos, dentistas, que passaram a representar um papel de destaque na crescente, e cada vez mais complexa, vida urbana. Essas camadas representarão o “termômetro social” nos períodos de crise política e social.

Edgar Carone, também identificou o surgimento das camadas médias da sociedade que tinham as mais diversas formações: imigrantes, segmentos das classes decadentes, elementos liberais, parte do exército, funcionários públicos, artesãos, etc. A classe operária que cresceu refletiu a transição de pequenas produções para a indústria e a concentração de um maior número populacional nas cidades. Os operários passaram então a se organizar para reivindicar seus direitos e foi nesse momento, que segundo Carone, se desenvolveu uma consciência de classe dos operários. Muitos desses operários são imigrantes estrangeiros que se concentraram, sobretudo, em São Paulo, essa realidade mudou quando

*A partir de 1920, São Paulo e Rio de Janeiro recebem grandes levas das migrações do Norte e Nordeste do país, pois, antes ela era diminuta. (...) Estes fatores junto a outros que surgirão após 1930, permitem a supremacia do coeficiente de brasileiros sobre os estrangeiros.*⁴⁴

Boris Fausto fez uma importante observação a respeito da dificuldade em se definir o termo “classes médias” neste período. O termo é empregado como sinônimo de “classes médias urbanas”, pois “*é inviável falar de um comportamento político significativo dos setores intermediários do campo, na crise da Primeira República e mesmo nos anos posteriores, dada a indiferenciação de tais setores, como classe no Brasil*”⁴⁵.

O período da Primeira República esteve, portanto, marcado pelo início das mudanças, seja na estrutura social (com novas classes), seja na economia do Brasil que passou de um sistema exclusivamente agro-exportador para um sistema urbano-industrial. Essa mudança, como destacado, foi possível em grande parte devido a produção de café. Suas formas de produção e sua comercialização acabaram por definir também todo o contexto político da época, que será discutido a seguir.

⁴⁴CARONE, Edgard. **A República Velha (Instituições e classes sociais)**. 1972, p. 192.

⁴⁵FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30: Historiografia e História**. 1997, p.76-77.

1.2- Contexto político

A Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, ainda que signifique a passagem do regime monárquico para o republicano, não propiciou grandes mudanças nos traços estruturais da sociedade. O período da Primeira República (1889-1930) foi marcado pelo *coronelismo*⁴⁶ e pelo domínio das oligarquias agrárias e teve que conciliar isso ao novo regime republicano. Foi também quando se iniciou o processo de industrialização, ainda que apoiado na agricultura.

Edgar Carone apontou que a Proclamação da República foi resultado de inúmeras tensões que geraram crises durante o período Imperial. Acrescentou que a Proclamação contou com um número reduzido de participantes e até mesmo com a adesão de alguns monarquistas,

*Falta de participação do povo e inércia das camadas dirigentes monarquistas explicam o resultado feliz da quartelada no Rio Janeiro (...) Por outro lado, o que se constata é a segurança com que uma elite de civis e militares toma imediatamente as rédeas do poder e se organiza para governar, mostrando determinação em tornar realidade seu pensamento.*⁴⁷

O advento da República não trouxe consigo reformas profundas e foi muito mais um acordo pacífico, sem grandes choques de opiniões. O Império não podia mais ser mantido em suas formas e a mudança era inevitável. Nelson Werneck Sodré nos esclarece que

*A aceitação plena e pacífica dá uma tonalidade interessante aos acontecimentos, rápidos, superficiais, consumados e tranquilamente recebidos.*⁴⁸

A aceitação do regime republicano em parte se deveu à incapacidade do Imperador e do Segundo Reinado em resolver a crise que se instaurou a partir de 1870 com a questão da substituição da mão-de-obra e os problemas que isto gerou. Na historiografia, uma grande gama de pesquisadores, aponta três causas fundamentais e determinantes para o fim do

⁴⁶ Segundo Leal, o coronelismo é resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É, antes, uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 1975, p.21.

⁴⁷ CARONE, Edgard. **A República Velha (evolução política)**. 1972, p.7-8.

⁴⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 1970, p.293.

Império no Brasil: a questão escravista, a questão religiosa e a questão militar. Viotti, citando Pandiá Calógeras, com seu estudo *Formação Histórica do Brasil de 1933*, destacou que

*Na opinião de Calógeras, a Questão Religiosa, a Abolição, a Questão Militar, a luta entre os partidos visando à conquista do poder, a incapacidade dos políticos, a subserviência da maioria ao imperador e, finalmente, a propaganda republicana tinham sido os principais fatores da queda da Monarquia.*⁴⁹

No entanto, a autora fez a seguinte ressalva “*a Questão Religiosa não poderia contribuir de modo preponderante para a queda da Monarquia. Quando muito, revelando o conflito entre o Poder Civil e o Poder Religioso, contribuiria para aumentar o número dos que advogavam a necessidade de separação da Igreja do Estado*”⁵⁰. Fazendo “*reparos às versões tradicionais*” colocou que a abolição é quem deu “*um golpe de morte*” nas estruturas coloniais e indicou o fim do período imperial. As contradições existentes abalaram o regime monárquico e possibilitaram ao exército o sucesso no golpe que concretizou a Proclamação da República.

Inaugurada a Primeira República seu principal mecanismo político foi instaurado no governo de Campos Sales, que exerceu na Presidência do Brasil entre 1898 e 1902. A fim de garantir o apoio político, estabeleceu a chamada *política dos governadores*, que se constituiu numa imensa troca de favores. Os presidentes dos estados apoiavam o Presidente da República e em troca, este, os apoiava. O governo federal nesse período tinha o poder de escolher quais candidatos seriam eleitos nos estados, já que havia uma *Comissão Verificadora de Poderes* em que o Presidente detinha controle absoluto sobre que candidato seria eleito. O resultado dessa política foi o enfraquecimento das oposições, a fraude eleitoral e uma grande exclusão da população na política. A *política dos governadores* (1898-1929) se manteve com a *política do café com leite*, que colocou São Paulo e Minas Gerais na liderança da política nacional. Os presidentes da República Velha, a partir de Prudente de Moraes (1894), foram todos paulistas ou mineiros, com apenas duas exceções: Hermes da Fonseca e Epitácio Pessoa.

O interesse dos estados, principalmente os mais ricos, era grande com relação à instauração da República,

⁴⁹COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 1999, p.415.

⁵⁰COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 1999, p.457.

*O programa dos republicanos foi bem recebido em amplas camadas da elite. Sua reivindicação por uma nova ordem democrática baseada na ampliação do poder local agradava as lealdades rurais. (...) As receitas em alta com o café podiam ser usadas como financiamento. Com o federalismo, o estado recém-independente de Minas Gerais teria uma porção maior dos impostos.*⁵¹

Sem dúvida o que marcou o período foi o forte controle das oligarquias agrárias no Governo Federal. Com o intuito de garantirem o poder, fizeram valer a vontade das mesmas através do chamado *coronelismo* “*seria uma fora de adaptação entre o poder privado e um regime político de extensa base representativa*”⁵². O coronel na República passou a ser o chefe político local, que fazia alianças com os presidentes dos estados, e que por sua vez se aliavam ao presidente da República. Nas pequenas cidades ou comunidades o eleitor compromete o seu voto com o “coronel” (fazendeiro) favorecendo sempre o candidato que este último apóia. Esse “favor” era em prol de ajudas econômicas aos coronéis.

Com o controle do poder nas mãos sempre de poucos e sempre dos mesmos, o cenário político acabou se definindo pelas oligarquias agrárias. Assim repetiu-se um cenário anterior, com a diferença de que antes se tinha uma oligarquia açucareira nordestina e na República tem-se a oligarquia produtora de café, mais propensa ao modelo do capitalismo e a urbanização.

As oligarquias agrárias usaram de alguns preceitos do liberalismo a fim de garantir seus interesses, mas um liberalismo muito singular, voltado para o que queriam os cafeicultores e outros grandes proprietários de terra.

Liberalismo é um conceito difícil de ser definido. Neste estudo foi considerado um dos significados do Dicionário de Política, que apresenta que o liberalismo não é a favor de nenhuma forma de Estado Absoluto, e estimula “*as instituições representativas (isto é, a liberdade política, mediante a participação indireta dos cidadãos na vida política e a responsabilidade do Governo diante das assembléias e/ou dos eleitores) e a autonomia da sociedade civil como auto governo local e associativo*”⁵³.

Desde a independência em 1822, e com a adoção de uma monarquia constitucional, já se encontrava uma inspiração no liberalismo europeu. No entanto, os principais adeptos do liberalismo foram homens cujos interesses se relacionavam com a

⁵¹ WIRTH, John D. **O Fiel da Balança**. 1982, p.155.

⁵² QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O coronelismo numa interpretação sociológica**. 1975, p.157.

⁵³ , Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 1998, p.685-701.

economia de exportação e importação. Eles tinham um grande desafio: conciliar liberalismo, escravidão e atraso industrial. Neste período, portanto, o liberalismo significou na verdade uma luta contra a dependência de mercadores portugueses. Muitos reformistas se sentiram na verdade amparados pelo positivismo que carregava a idéia de que o Estado deveria ser um guardião da ordem social e conciliar ordem e progresso⁵⁴.

Outro conceito que deve ser aqui apresentado é o positivismo que auxiliará na compreensão dos fenômenos econômicos, políticos e sociais que aconteceram no Brasil no fim do século XIX e início do século XX, pois ele propiciou o desenvolvimento do conhecimento científico, ou seja, a valorização da ciência. O positivismo trouxe a idéia de ordem, de que todas as partes deveriam estar subordinadas a um poder central e forte. Assim uma boa forma de governo seria uma ditadura republicana, que tivesse uma administração centralizada, com base no conhecimento científico e voltada para o povo. Basta lembrar a máxima do positivismo: o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim- lema incorporado a bandeira nacional.

Com a Proclamação da República, há uma intensificação do uso de princípios liberais e positivistas, mas estes ideais sofreram adaptações no território brasileiro e suas redefinições não se deram iguais nem mesmo nas diferentes regiões do país. No Brasil, portanto, os princípios liberais, que influenciaram o modelo federativo e o modelo econômico, acabaram privilegiando os estados mais ricos e favorecendo os grandes proprietários de terra. O liberalismo serviu mais para a construção de um discurso do que para a prática, já que os fazendeiros aderiam ao discurso, mas mantiveram suas características extremamente conservadoras. Foi como se o povo fosse reduzido aos grandes proprietários de terra que falariam em nome de todos. Atendeu, portanto, a interesses oligárquicos e foi muito pouco democrático principalmente com relação à educação, pois a própria Constituição de 1891 se absteve quanto a educação remetendo aos estados essa responsabilidade, *“a defesa do federalismo e da autonomia dos Estados, fez com que a educação compartilhasse, junto com outros temas dos direitos sociais, os efeitos de um liberalismo excludente e pouco democrático”*.⁵⁵

⁵⁴ COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**. 1999.

⁵⁵ CURY, Carlos R. Jamil. **A educação e a Primeira Constituinte Republicana**. 2001, p.80.

O Brasil pode ser considerado ainda menos democrático se observar-se a questão já colocada do *coronelismo*. Faoro apontou em **Os Donos do Poder** que com o advento da República teve-se no *coronelismo* uma ferramenta que manteve o poder nas mãos de poucos. O poder que dirigiu o Brasil jamais emanou do povo, ao contrário, sempre esteve afastado dele, e constituiu-se no que o autor chamou de “*estamento*”. O estamento burocrático era formado por um grupo que conduzia a política e acabava por deter o poder. Grupo esse que era o “*representante do povo*”, mas não de seus interesses. A elite política do patrimonialismo reinante no Brasil é o próprio estamento “*estrato social com efetivo comando político, numa ordem de conteúdo aristocrático*”. O “*estamento burocrático*” que surgiu no contexto brasileiro, se fundamentou num sistema patrimonial, e atravessou toda a história política brasileira, assumindo um caráter patriarcal, identificável no mando da pessoa do fazendeiro, do senhor de engenho e dos coronéis. É este estamento que comanda “*o ramo civil e militar da administração e dessa base, com aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira*”. No caso do Brasil o capitalismo é consumido justamente pelo centro que detêm o poder, além de fundamentar o estamento burocrático que “*no sistema patrimonial do capitalismo politicamente orientado, adquiriu o conteúdo aristocrático, da nobreza de toga e do título*”. No sistema brasileiro portanto, a ausência de participação do povo é constante, “*o poder - a soberania nominalmente popular - tem donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre*”. A cultura brasileira se preencheu do que Faoro chamou de “*carapaça administrativa*” advindas de Portugal, e a classe política brasileira acabou ainda segundo Faoro por usar “*remendo de pano novo em vestido velho*”, sem existir uma vontade nacional criadora⁵⁶.

As oligarquias agrárias, com o *coronelismo*, confirmam as afirmações anteriores, pois dominaram a política durante toda a República Velha. Com destaque para São Paulo, que liderou politicamente e economicamente, aliada a Minas Gerais, que possuía uma elite diferenciada e particular.

Por elite consideramos um dos significados apresentado por Bobbio no Dicionário de Política⁵⁷, assim elite é uma minoria que detêm o poder e existe em toda e qualquer sociedade em contrapartida a uma maioria que está dele privada. Citando Gaetano

⁵⁶FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. 2000, p.369-380.

⁵⁷BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 1998, p.385-386.

Mosca, Bobbio, explica que não é um simples grupo reduzido, e sim uma classe política que se organiza em torno de determinados interesses e luta contra a maioria que se encontra “*dividida, desarticulada, dispersa*”. Segundo Bobbio na teoria das elites, “*o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas: o poder de tomar e impor decisões válidas para todos os membros do grupo, mesmo que tenha de recorrer à fora, em última instância*”.

John Wirth destacou que em Minas se formou uma “*sociedade de elite, com raízes agrárias e caráter municipal*”. Uma elite que não era definida exclusivamente pela riqueza econômica, “*a elite não era nem uma aristocracia de terras nem uma oligarquia patrimonial como os barões de açúcar no Nordeste. Era, sim, uma elite econômica conhecida não pela grande riqueza, que de fato não existia em Minas, mas pelo trabalho árduo e jeito para os negócios*”. A elite se fortalecia ainda mais com as famílias que estendiam seus poderes para além dos municípios através de seus laços de parentescos. “*No Norte e Oeste, as famílias pecuaristas predominavam. No Centro, algumas das velhas famílias, de atividade de mineração e comércio, mantinham o poder através da agricultura, enquanto outras colonizaram a zona da Mata e formaram a Nobreza do Café*”. A elite mineira ainda tinha uma particularidade que era a multifuncionalidade, “*um homem podia trabalhar em banco, possuir fabricas têxteis e administrar sua fazenda, servindo ao mesmo tempo como deputado na legislatura estadual*”⁵⁸.

José Murilo de Carvalho que discutiu a organização das elites políticas brasileiras no período imperial observou a composição da elite e as formas de tentarem se homogeneizar, e não deixou de ressaltar a diferença na composição das elites políticas. Destacou a clara influência da colônia portuguesa na caracterização da elite brasileira e na natureza do processo político brasileiro, enfatizando o papel das elites políticas na própria construção do Estado brasileiro. A “*burocracia como vocação de todos, a unificação da elite de letrados e magistrados, e os juízes, padres e soldados como matizes da ordem*” são pontos importantes para se caracterizar o papel da elite e buscar compreender a relação desta com os proprietários rurais. O estudo sobre a composição da elite brasileira destacou seu caráter de exclusão, pois se tratava de uma pequena parcela da população que tinha acesso ao ensino superior, a educação, se constituiu assim no elemento unificador da política imperial. “*A elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos*”. O autor chegou a afirmar que havia um

⁵⁸WIRTH, John D. **O Fiel da Balança**. 1982, p.121-122.

verdadeiro abismo entre essa elite e o grosso da população em termos educacionais. A unificação da elite foi intensificada no fato de os juristas brasileiros serem formados na Universidade de Coimbra, pois, além de o contato com os portugueses eles estavam concentrados numa mesma universidade e adquiriam um discurso bem próximo uns dos outros, além de serem poucos os que tinham condições financeiras para realizar tal estudo. Ou seja, a elite brasileira era basicamente formada pelos magistrados influenciados pelo mercantilismo e absolutismo português, e não se fazia representativa da população do país. Os representantes da oligarquia tinham, portanto, um traço em comum: o bacharelismo. Depois de formados, atuavam como deputado ou senador, e defendiam os interesses agrários⁵⁹.

A elite mineira se manteve ligada ao estado, e o trecho abaixo confirma o que apresentou José Murilo de Carvalho, uma elite marcada pelo bacharelismo

*Com raras exceções só mineiros natos militavam na política. Em sua maior parte, essa elite se socializava numas poucas e conhecidas escolas secundárias e faculdades de ensino superior. Em 1891, um dos primeiros objetivos da elite era fundar uma escola de direito mineira; a educação deveria fazer-se em casa, não no Rio nem em São Paulo. Advogados e profissionais liberais dominavam o PRM, como tinham dominado os velhos partidos imperiais, mas estavam bem integrados numa sociedade esmagadoramente agrária.*⁶⁰

O Partido Republicano era um núcleo agregador de membros da elite e poderosos das oligarquias. Em 1888, depois que a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea que aboliu oficialmente a escravidão muitos fazendeiros que se sentiram prejudicados financeiramente com esta atitude acabaram aderindo ao Partido Republicano.

Implantada a República três princípios republicanos foram norteadores da Constituição de 1891, *regime representativo, federação e presidencialismo*. O voto não utilizava mais o critério censitário, passou a ser para os alfabetizados, que se alistassem na forma de lei (com exceção as mulheres, estrangeiros, menores de 21 anos, praças de pré e religiosos de ordem monástica, companhias congregações ou comunidades). A educação primária nesse contexto tornou-se uma necessidade. Principalmente num sistema eleitoral, que era excludente e fraudulento. Em um país onde a maioria da população vivia nos campos e era analfabeta e a instrução pública residual, a exigência da alfabetização como critério para

⁵⁹CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**. 2003, p.51-64.

⁶⁰WIRTH, John. **O Poder dos Estados. Análise Regional**. 2004, p.87.

votar era o maior fator de exclusão. Segundo José Murilo de Carvalho, durante a Primeira República somente 6% da população podia votar.⁶¹

Em Minas Gerais, o Partido Republicano Mineiro (PRM) foi em grande parte formado por antigos monarquistas, como Cesário Alvim e Bias Fortes, e optou no primeiro momento pela conciliação na política. Para tal indicaram Cesário Alvim a Presidência do Estado tendo como vice João Pinheiro (do grupo dos republicanos). O governo ainda se manteve nas mãos dos monarquistas por um bom tempo, pois João Pinheiro se afastou em 1893 do governo mineiro e só em 1906, por vias eleitorais, assumiu o cargo de Presidente do Estado.⁶²

João Pinheiro da Silva entrou para o PRM com a morte do senador Carlos Vaz de Melo, em 1904, e foi eleito senador em fevereiro de 1905, passando a participar das decisões do partido. Sua indicação pelo próprio Presidente de Estado Francisco Sales partiu de uma medida para evitar que surgisse uma crise em Minas. Na tentativa de conciliar as correntes do sul, liderada por Wenceslau Braz, e as do centro minerador, cujo principal interlocutor era Chrispim Jacques Bias Fortes, João Pinheiro foi eleito em 1906 para a presidência do Estado e Bueno Brandão para a vice-presidência. Durante seu mandato como Presidente de Estado, promoveu reformas educacionais que serão discutidas no capítulo 2.

Durante esse período de transição para o novo regime político, ações como: a Proclamação da República (1889) e a Promulgação da Constituição de 1891 tiveram influência do positivismo. José Murilo de Carvalho⁶³ observou que *“o positivismo, ou certa leitura positivista da República, que enfatizava, de um lado, a idéia de progresso pela ciência e, de outro, o conceito de ditadura republicana, contribuía poderosamente para o reforço da postura tecnocrática e autoritária”*. Isso fez com que as idéias positivistas alcançassem, sobretudo, o exército. Em 1890 o Ministro da Guerra, Benjamin Constant e o primeiro Presidente da República do Brasil, Marechal Deodoro da Fonseca assinaram o primeiro regulamento que visava alterar o ensino nas instituições escolares do Exército. Segundo Grunennvaldt era evidente o tipo de oficial que a orientação do novo ensino militar republicano queria formar, *“pretendia-se o soldado como ‘elemento de força’, o ‘cidadão armado’ que corporificasse a “honra nacional” e que se afirmasse como ‘importante*

⁶¹ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. 1997, p.87.

⁶²CARONE, Edgard. **A República Velha (Instituições e classes sociais)**. 1972, p.19-20.

⁶³CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. 1997, p.35.

cooperador do progresso como garantia da ordem e da paz públicas'. Um soldado, sem dívida, com um papel político”⁶⁴

No Brasil a influência apareceu no movimento pela Proclamação da República e na elaboração da Constituição de 1891, o movimento republicano apoiou-se em idéias positivistas para formular sua ideologia da ordem e do progresso. Um de seus grandes representantes no país foi Benjamim Constant. A influência do positivismo na Constituição e na educação será discutida no capítulo 2.

Após esse panorama geral da economia e política no Brasil é importante observar seus desdobramentos no local em que o objeto da pesquisa -Grupo Escolar- está inserido, ou seja, na cidade de Mariana.

1.3- A cidade de Mariana

A descoberta de ouro na região da atual cidade de Mariana fez com que em 1711, o lugar fosse elevado a categoria de vila, chamada de Vila do Carmo, e tivesse no mesmo ano a criação de sua Câmara Municipal. Joaquim Ribeiro da Costa⁶⁵, explicitou qual era a posição geográfica da antiga Vila do Carmo, “*cabendo-lhe as vertentes do Rio Doce, desde de as nascentes, formadas entre outros pelos rios Piracicaba, Carmo, Piranga e Casca, até Cuieté, e ao sul, os rios Pomba e Muriaé, até os limites com a antiga província do Rio de Janeiro*”.

Com as descobertas do ouro, antes mesmo de ser elevada a vila, a região foi povoada por exploradores de ouro e agricultores. Para trabalharem nas minas de exploração foi trazido um grande número de escravos da África. Como não havia agricultura suficiente para a subsistência da população, a região precisava contar com a produção de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro. A racionalidade do sistema produtivo adotado em Minas, sua forma de exploração econômica na época, determinou a forma de organização social e do trabalho. As pessoas se congregavam nessas vilas e povoados em busca de atender às suas múltiplas necessidades.

Localizada às margens do Ribeirão do Carmo passou a se chamar Mariana em 1745, ano em que também foi criado, a pedido de Dom João V, o primeiro bispado em Minas

⁶⁴ GRUNENVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da Primeira República**. 2005, p.28.

⁶⁵ COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. 1970, p.78.

Gerais. Mariana, além de ter se tornado sede do Arcebispado era a mais antiga das cidades mineiras. Cláudia Damasceno Fonseca que estudou a formação do espaço urbano de Mariana, afirmou que dentre as vilas mineiras foi a única a constituir objeto de um documento régio preocupado em ordenar o planejamento da cidade. Segundo autora *“isto se deveu provavelmente pelo fato do local ser o centro religioso de Minas, além de seu valor estratégico, devendo ostentar uma imagem que refletisse uma ordem social que desejava impor, e uma imagem digna do nome da rainha, regular, ordenada, bastante diferente do arraial decadente que se tornara Vila do Carmo”*⁶⁶, principalmente pelas inundações provocadas pelo ribeirão que a atravessava. Recebeu a intervenção de um projeto do engenheiro militar José Fernandes Alpoim: *“sua paisagem urbana seria formada por uma sucessão de praças diferenciadas (recurso utilizado nas realizações maneiristas e barrocas) e pelos edifícios, sobretudo os religiosos, revelando aspectos característicos da mentalidade barroca”*.

Os povoados formados ao redor no século XVIII ficaram subordinados à Câmara Municipal de Mariana, o que fez da cidade um centro administrativo. Os aglomerados urbanos foram responsáveis pela introdução e pelo desenvolvimento de intenso mercado interno: tanto nos seus próprios limites, como no interior da capitania de Minas Gerais e, dessa, com outras partes da colônia. Se a exploração aurífera foi o início, nem sempre e nem em toda a região ela foi a principal atividade produtiva. Para cuidar do abastecimento, simultaneamente à mineração, foi se compondo uma diversificada estrutura produtiva. Intensas relações comerciais e expressiva produção agropastoril e manufatureira.

Com o declínio da mineração a população foi se deslocando ao longo do século XIX para regiões mais prósperas como a Zona da Mata cafeeira.

O número de imigrantes na cidade de Mariana não era grande, como apontou a monografia **A Transição do trabalho escravo para o livre em Mariana (1850-1888)**. O autor mostrou, que no censo de 1872 *“(...) do total de 17.165 homens do município verificam-se que apenas 117 (0,7%) eram imigrantes. Com as mulheres a proporção também não é muito diferente, das 16.295 mulheres, somente 36 (0,2%) não eram brasileiras”*. Uma das causas, segundo o autor, foi o fato de que a região não conseguia ser tão atrativa aos

⁶⁶ FONSECA, Cláudia Damasceno. **O Espaço Urbano de Mariana**. 1998.

imigrantes quanto a Zona da Mata, onde a economia cafeeira concentrava-se. Analisando as Atas das reuniões da Câmara Municipal de Mariana no período de 1850 a 1888, ele concluiu que a “*abolição irá ocorrer sem que o Município de Mariana tivesse recebido qualquer corrente migratória significativa*”⁶⁷.

Heloísa Maria Teixeira reuniu um grande número de autores para mostrar que a atividade da mineração em Mariana sempre esteve atrelada a agricultura. Isto se deveu não só a necessidade da produção de alimentos para a subsistência, na verdade, se tornou uma atividade interessante pelos “*elevados preços pagos por qualquer mercadoria nas zonas de mineração*”⁶⁸. Mas tratava-se de lavouras pequenas que precisavam importar produtos de outras capitanias. Mesmo com a decadência da mineração no fim do século XVIII, Mariana continuou a praticá-la, mas aumentou sua produção agrícola e a pecuária para sustentar a economia.

Carla Maria Carvalho de Almeida⁶⁹ demonstrou que a economia de Mariana era bastante diversificada entre 1750 e 1850. Cultivavam-se produtos de subsistência e gêneros exportáveis, mas com a ressalva de que não havia uma produção voltada para exportação, essa acontecia junto à de subsistência.

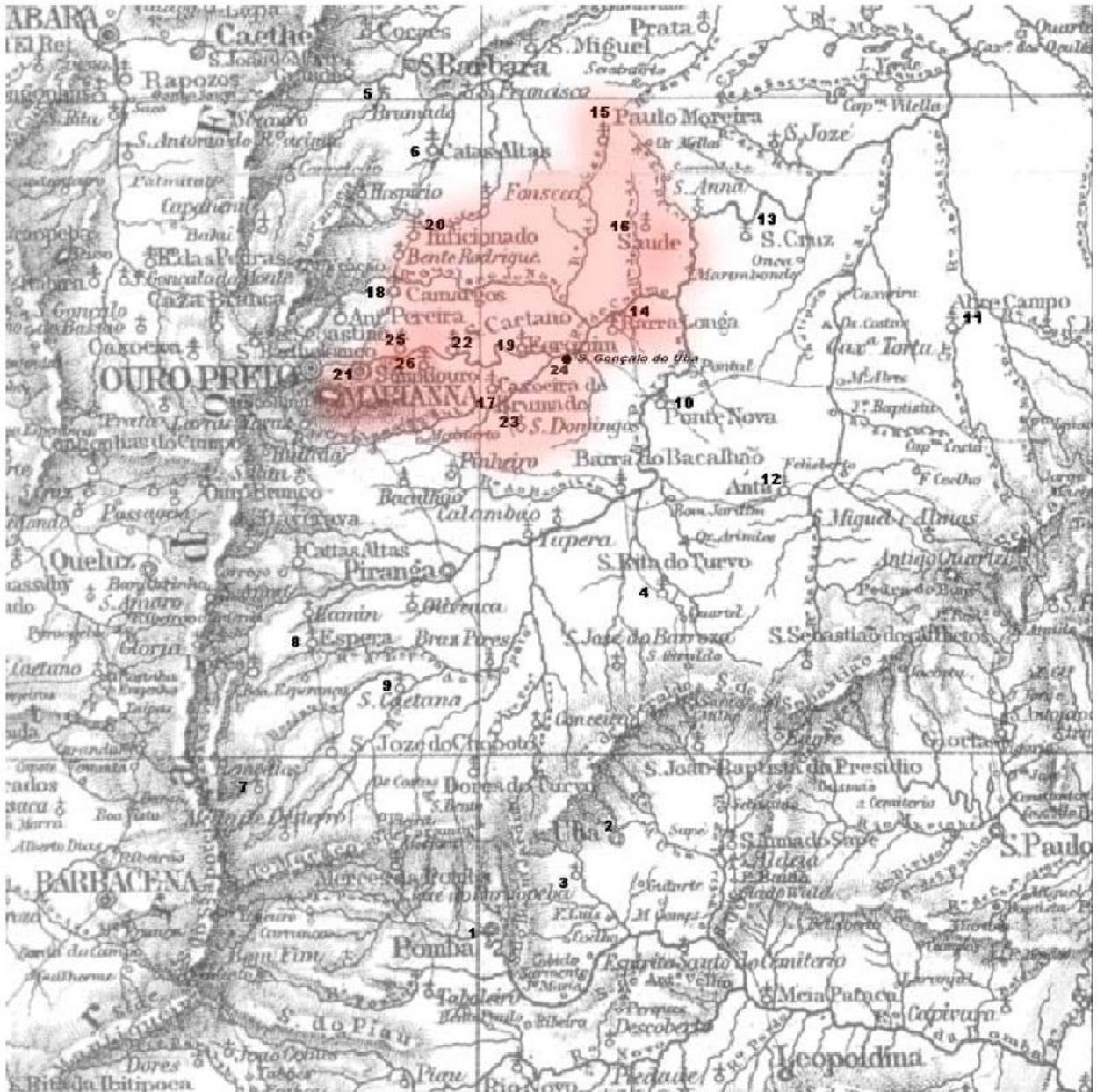
No século XIX o termo de Mariana reduziu seu território e passou abranger algo próximo do território que corresponde hoje a cidade de Mariana e seus distritos. Como podemos ver no mapa abaixo utilizado por Heloísa Maria Teixeira:

⁶⁷ RAMOS, Frederico Antônio. **A Transição do trabalho escravo para o livre em Mariana (1850-1888)**. 2004, p.20-25.

⁶⁸ TEIXEIRA, Heloísa Maria. **A não-infância**. 2007, p.36.

⁶⁹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Minas Gerais de 1750 a 1850**. 1997, p.88-111.

Mapa 1.2 - Localidades do termo de Mariana na província de Minas Gerais (1862)



Fonte: Karte der Brasilian Provinz Minas Gerais. In: HALFELD, H.G.F.; TSCHUDI, J.J. *A Província Brasileira de Minas Gerais*, 1998.

A região destacada corresponde as localidades pertencentes ao Termo de Mariana. O termo de Mariana pertencia a Comarca de Vila Rica. Esta Comarca era dividida em dois termos com uma sede em Vila Rica (atual Ouro Preto) e outra na Vila de Ribeirão do Carmo (atual Mariana). Os termos eram ainda divididos em freguesias, e estas subdivididas em arraiais, distritos e/ou continentes. Com a criação do bispado, em 1745, a Vila de Ribeirão do Carmo passou à condição de cidade e foi denominada Mariana. O Termo de Mariana,

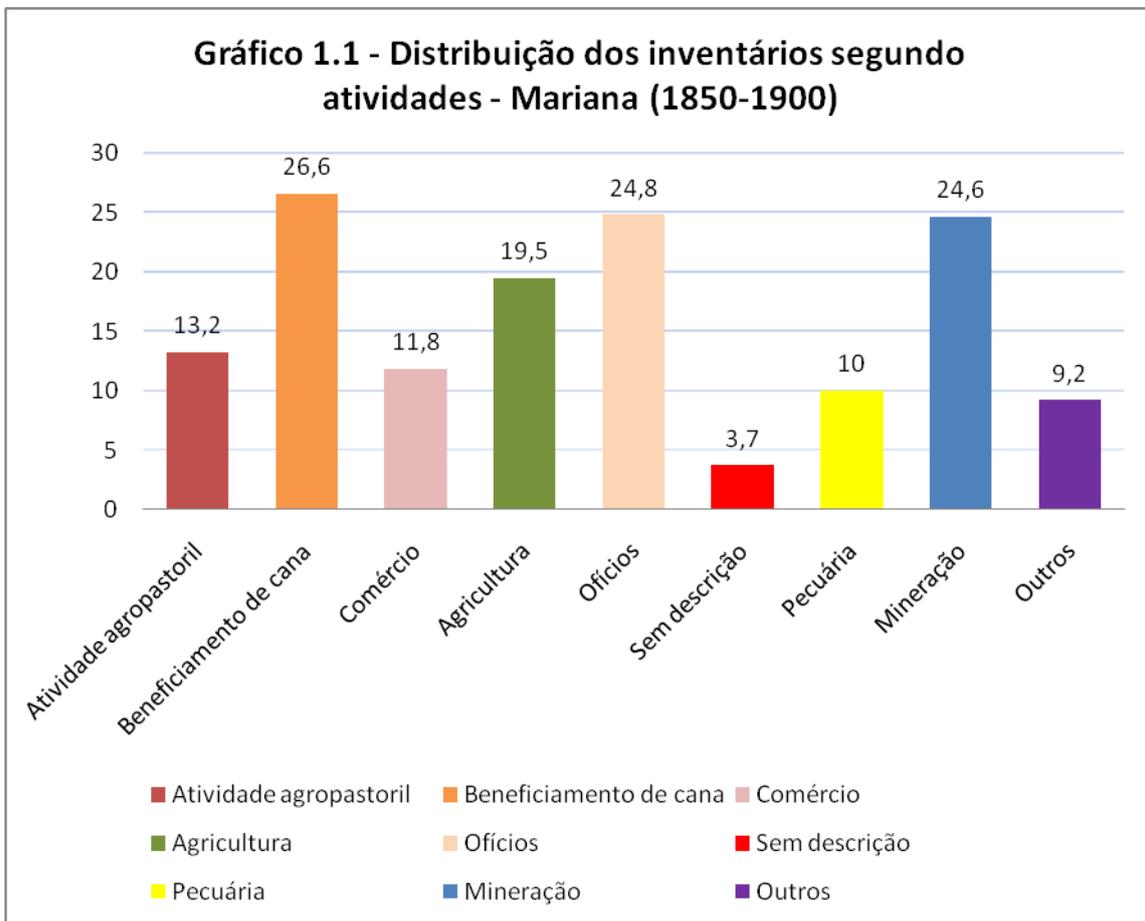
devido ao desmembramento de extensas freguesias, teve o número de distritos ampliado, a partir da segunda metade dos setecentos e início do século XIX. O Mapa acima confeccionado pelos engenheiros Halfeld e Wagner compreendia as seguintes freguesias no trecho destacado: Nossa Senhora da Assunção da Catedral, sede do município incluindo os distritos de Passagem e de São Sebastião, Nossa Senhora da Conceição de Camargos, incluindo o distrito de Bento Rodrigues, Nossa Senhora do Nazaré do Ificcionado, Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro, incluindo os distritos de São Domingos e de Pinheiros, Nossa Senhora da Cachoeira do Brumado, São Caetano do Rio Abaixo, incluindo o distrito de Boa Vista, Senhor Bom Jesus do Monte do Furquim, Paulo Moreira, Nossa Senhora da Saúde, Barra Longa ⁷⁰.

O perfil econômico de Mariana na segunda metade do século XIX foi traçado por Heloísa Maria Teixeira, baseando-se nos inventários *post-mortem* concluiu que em linhas gerais a economia era diversificada, e se destacava a agricultura, mineração, criação de animais, produção de derivados da cana, beneficiamento do algodão/lã e siderurgia. Algumas mais de caráter auto suficiente. Abaixo um gráfico feito pela autora explicita as atividades realizadas no século XIX⁷¹:

⁷⁰ VIEIRA, Rosa Maria. **O Juiz de Paz**. 2002, p.48.

⁷¹ TEIXEIRA, Heloísa Maria. **A não-infância**. 2007, p.57.

Figura 1- Distribuição dos inventários segundo atividade



Nota⁷²: A soma das porcentagens ultrapassa os 100% devido à concomitância de atividades em alguns inventários.

Segundo a mesma autora, desde que Mariana foi elevada a categoria de cidade,

tornou-se uma local de intenso comércio, de festas religiosas e profanas, de movimentada vida social, com manifestações artísticas e culturais. Assim este núcleo urbano, sede de circunscrição judiciária- onde todos os habitantes da região resolviam suas contendas legais-, era também referência obrigatória para alunos que quisessem ser ordenados padres ou simplesmente almejassem adquirir uma reconhecida formação educacional.

Foram essas as características econômicas e sociais que se arrastaram até o início do século XX e que, portanto, abarcam o período contemplado nesta pesquisa (1889-1915).

Quanto à educação, desde 1750 com a instalação do Seminário da Boa Morte, muitos fazendeiros garantiram a educação de seus filhos sem precisar mandá-los para a

⁷² O gráfico foi feito para melhor visualização, mas os dados não foram alterados.

Europa. As meninas pobres e expostas contavam com o apoio de freiras vicentinas que vieram da França para Mariana em 1849 e fundaram o Colégio Providência em 1950⁷³.

A cidade, no final do século XIX início do XX, era composta por uma sociedade que não recebeu correntes imigratórias estrangeiras significativas⁷⁴, ao contrário, depois de abolida a escravidão, sua população era composta de grande número de ex-escravos, que em grande maioria contavam com pouquíssimos recursos financeiros, e que ao estarem libertos acabaram sendo afastados do ambiente urbano, sendo tratados com desdém⁷⁵. Esse cenário é também reflexo de uma economia, que após a decadência da mineração precisou retomar suas atividades agrícolas para se manter. Assim, no início do século XX, existia na cidade uma economia diversificada. As atividades eram: agricultura, mineração, criação de animais, produção de derivados da cana, beneficiamento do algodão, lã e siderurgia. Nada expressivo no cenário nacional, que tinha à época o foco centrado na produção do café em São Paulo, na zona da mata de Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Mariana, portanto, não estava incluída no grande mercado do café, e manteve suas forças na agricultura de diferentes gêneros e na atividade agropastoril.

Durante o período compreendido neste estudo (1889-1915) a cidade não passou por desenvolvimento econômico ou urbano significativo. As ações em prol da educação primária pouco aconteceram.

A cidade nas duas primeiras décadas do século XX possuía um intenso comércio dos mais diferentes gêneros. O cenário comercial estava submerso numa sociedade extremamente religiosa, que sediava a principal Arquidiocese de todo o estado de Minas Gerais. A tradição católica de Mariana vem desde a época de sua fundação em 1711, e se

⁷³Foi fundado em 1850 pelo então Bispo de Mariana, Dom Antônio Ferreira Viçoso. Este solicitou e obteve a vinda das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo da França para o Brasil, em Minas Gerais, Mariana, primeira Casa de Educação Vicentina fora da Europa. Foi de Mariana que se irradiou para todo o país e outras regiões das Américas, os Colégios Vicentinos.

In: <http://www.colegioprovidencia.com.br/index/secao.php?idsecao=14> acessado em 16/12/2009.

No AEAM foi encontrado um texto de Dom Oscar de Oliveira em junho de 1967 sobre a Casa da Providência afirmado que a solicitação do Bispo Dom Viçoso fez com que Etoile Du Martin, partisse da França em 25/11/1848 para o Brasil e depois partiram as irmãs: Odet, Rigail, Lenonnand, Mars, Rony Lézat, Millet, Martinier, Bonardes, Laveissère e Bazet. Chegaram no Rio de Janeiro em 09/02/1849, cavalgaram 80 léguas à cavalo até Mariana e chegaram na cidade dia 03/04/1849 e em seguida fundaram o Colégio Providência.

⁷⁴ Ver capítulo 1, p.32

⁷⁵ Realidade que remete a obra de Gilberto Freire, **Sobrado e Mocambos**, pois aqui a elite (branca) vai cada vez mais se convertendo a uma vida urbana e afastando para lugares distantes, “mocambos”, os ex-escravos. Na cidade, a elite brasileira do século XIX vai se comportando como se vivesse na Europa, e estabelecesse uma ordem excludente distante de qualquer experiência mais popular.

consolidou em 1748 quando abrigou a sexta diocese do Brasil em menos de 40 anos após a fundação da vila. Ou, seja, havia uma forte herança católica que se estende até hoje. Daí pode-se inferir a grande influência dos católicos sobre a política e a cultura local no início do século XX. Uma sociedade regida pela “moral e os bons costumes” cristãos, que encontrava na figura do padre e do bispo seus conselheiros, e representantes de Deus na terra. Intrinsecamente ligado a isso, Mariana apresentava características de uma sociedade patriarcal, que relegava a mulher a um papel secundário dentro da própria família e conseqüentemente atribuía-as apenas às funções maternas e de administração do cotidiano domiciliar. Não foram encontrados nos jornais consultados ou documentos relatos de mulheres médicas, farmacêuticas ou advogadas, apesar do ensino superior ser oferecido na cidade vizinha Ouro Preto, essa característica, em geral, é comum ao restante do país. A única opção profissional, restrita a uma parcela das mulheres dessa sociedade elitista, era ser professora. Para tal, em Mariana, podiam estudar no Colégio Providência⁷⁶, o que reafirmava a idéia da formação de esposas, mães e professoras cristãs, uma vez que o colégio foi fundado e estava sob os cuidados de freiras francesas.

Mesmo com a Constituição de 1891, e a separação formal entre Igreja e o Estado, a influência dos católicos permaneceu. A iniciativa de se manter na política local apareceu com a organização dos católicos no Partido Regenerador de Mariana, que funcionou entre os anos de 1908 e 1911. A representação máxima da Igreja nesse período foi o Arcebispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta, que teve o papel de defender o catolicismo em todo o Estado de Minas Gerais e para isso fez aliança com as lideranças oligárquicas tão fortes nesse período em que reinou a política do *coronelismo*,

*A Igreja no estado brasileiro mais católico estava agora muito mais forte, graças à questão da educação e aos talentos de organizador de Dom Silvério Gomes Pimenta (1840-1922), o arcebispo de Mariana. Preto, nascido em condições humildes, a ascensão de D. Silvério na hierarquia da Igreja levou-o quatro vezes a Roma. Foi incumbido de tornar Minas novamente católico.*⁷⁷

As festas religiosas, resultado do ambiente extremamente católico, são importantes para se aferir o clima cultural da cidade, pois eram não só recorrentes, como também contavam com a participação da elite local. Elas reafirmavam a doutrina da Igreja e ainda se constituíam parte da vida social das pessoas e de seus costumes. O ambiente frequentado pela elite completava-se com um cinema chamado “15 de Novembro” e um

⁷⁶ Ver capítulo 1, p.35

⁷⁷ WIRTH, John D. **O Fiel da Balança**. 1982, p.143.

teatro, ambos no distrito de Passagem⁷⁸. Acredita-se que esses lugares não abriam espaço aos trabalhadores, ou ex-escravos, o que também foi observado através dos jornais. Esses eram a voz da elite para a elite, contavam com propaganda de produtos importados, catecismo, discursos políticos, e as novelas (romances europeus traduzidos) que interessavam principalmente as filhas e esposas dos fazendeiros e proprietário de minas.

Um fator, que aponta para o surgimento da intrínseca relação entre a Igreja Católica e os republicanos reside no fato de que muitos dos políticos de destaque em Minas Gerais e no Brasil estudaram no Seminário Arquidiocesano de Mariana⁷⁹, entre eles: Afonso Pena (presidente do Brasil em 1906), Wenceslau Brás (presidente do Brasil em 1914), João Pinheiro (presidente de Minas Gerais em 1906), Delfim Moreira (presidente de Minas Gerais de 1914 a 1918 e presidente do Brasil 1918-1919), Cesário Alvim (presidente da província do Rio de Janeiro em 1884 e Presidente de Estado Provisório de Minas Gerais 1889-1890), Francisco Salles (presidente de Minas Gerais em 1902). Essa informação reforça a idéia de que era a Igreja quem promovia a educação da elite.

Os jornais de fundo católico predominavam em número nesse início de século XX, foram identificados: “Boletim Ecclesiástico”, “O Cruzeiro- O órgão oficial da união de moços catholicos”, “Opinião Municipal -Órgão político, catholico e noticiosa”, traziam notícias ligadas aos interesses católicos e ao enaltecimento das instituições educacionais ligadas a Igreja, como o Colégio Providência que foi citado diversas vezes. Identificou-se ainda que outros jornais que não se declaravam ligados aos católicos defendiam seus interesses e disseminavam entre os leitores entrevistas com membros da Igreja Católica, as datas das festas e dias dedicados aos santos.

Dom Silvério, para manter os interesses da Igreja, precisou também ligar-se ao grupo que assumiu o poder da Câmara Municipal no início da República: os republicanos-liderados por Gomes Henrique Freire de Andrade⁸⁰. Esse grupo de republicanos usou de várias estratégias para conseguir o apoio da população. Dentre essas fundaram a banda musical “União 15 de Novembro” em 1901, que frequentemente se apresentava na praça central tocando hinos patrióticos, além de estar presente nas comemorações religiosas, entre outras. Criaram ainda um jornal em 1901 que inicialmente se chamou “Rio Carmo” e

⁷⁸ Passagem hoje é um bairro de Mariana localizado entre Mariana e Ouro Preto, sua importância para esse período pode ser observada até os dias atuais, pois foi lá que funcionou uma das maiores mineradoras “Companhia das Minas de Passagem”, pertencente a ingleses, que agora encontra-se aberta para visitação.

⁷⁹ O Germinal, 24 de outubro de 1916. p.1

⁸⁰ Ver apêndice 2 (p.170)

que em 1905 passou a ser denominado de “O Germinal”. O periódico funcionou ao mesmo tempo como diretório político do Partido Republicano de Mariana. No exemplar do dia 25 de dezembro de 1901, ficou clara a intenção de “Rio Carmo” no seguinte trecho, *“nascido para a defeza do povo, há sido a nossa divisa o lemma conhecido semper impendere vero, e sem animosidades, e sem armar aos applausos de quem quer que seja, por nossa vez se só temos applaudido na justa proporção em que se nos permite censurar, quando se az preciso”*. Ainda acrescentava, *“mas ha, sobretudo, um pensamento político mais elevado que nos domina é este a defeza intransigente da República, a luta pela sua regeneração”*. Deve-se considerar que esse jornal mesmo que tivesse conseguido um bom número de assinantes, contava apenas com aqueles que tinham uma boa condição financeira. A maior parte da população era não somente pobre- e não comprava o jornal, como também analfabeta. O que faz pensar que as idéias disseminadas no jornal chegavam a um grupo restrito de pessoas.

As mudanças na educação primária e pública na cidade de Mariana são resultado de seu tempo. O início do século XX que representou a passagem do ensino primário das Escolas Isoladas para o Grupo Escolar foi marcado por características específicas da Primeira República e de uma sociedade agrária e pré-industrial. O Grupo Escolar de Mariana, no início do século XX, presente na memória da população é lembrado como local em que se formou “grandes homens e mulheres”, associado também à época em que se tinha um ensino público de qualidade, celebrado nas grandiosas festas e formaturas. Mas o que mudou de fato na educação pública e primária com a instalação do Grupo Escolar? Em que se difere das chamadas Escolas Isoladas que já promoviam tal educação na cidade?

2. Capítulo 2: A Educação em Mariana na Transição do Império para a República

2.1- A educação em Minas Gerais

Depois de traçado o panorama brasileiro e mineiro da economia e política na Primeira República, percebeu-se que não houve grandes mudanças com a passagem do regime monárquico para o republicano. Instaurou-se o *coronelismo* e as fraudes eleitorais, para manter o controle com os “donos do poder” - grandes fazendeiros, que governavam em prol de seus interesses. O novo regime, no entanto, possibilitou uma autonomia política aos estados (ao instituir o federalismo) e liberdade para que os produtores que desejassem negociar seus produtos, sem a intervenção do governo central, assim o fizessem.

Na passagem do Império para a República, intensificaram-se os debates educacionais direcionados a resolver os problemas da sociedade. O processo de abolição da escravidão, o movimento republicano (iniciado mais amplamente a partir dos anos 1870⁸¹), os embates em torno de idéias e projetos para a (re)construção da nação, desencadearam uma série de conflitos acerca de como (re)organizar a política do Estado. O objetivo de construir um ideal nacional, em detrimento dos interesses regionais e das grandes diferenças sociais, esteve presente nos diversos projetos e medidas educacionais propostos para a instrução pública, inclusive atentando para a importância da formação moral das crianças. A República foi inaugurada com um alto índice de analfabetismo, e atraso econômico. Daí o discurso que surgiu associado à crença de que se poderia superar os problemas do país instruindo o povo.

Já proclamada a República, em 1889, as inúmeras questões sobre como e porque realizar a educação nos diferentes estados estavam presentes nos discursos políticos em todo o Brasil. A educação das crianças e dos jovens era um desafio para os novos dirigentes republicanos, pretensos (re)construtores da nação e guardiões dos direitos do povo. Isso pode ser observado na mensagem de Deodoro da Fonseca, primeiro presidente da República, datada de 1890,

Até hontem a nossa missão era fundar a republica; hoje o nosso supremo dever perante a pátria e o mundo é conserval-a e engrandecel- a. Não se mudam

⁸¹Em 1870 teve-se a criação do Partido Republicano e acredita-se que é principalmente a partir daí que os ideais republicanos começam a ser difundidos entre os mineiros, seja pelos jovens que estão terminando seus estudos no Rio, em São Paulo ou fora do país e voltam para as cidades de origem ocupando cargos de prestígio, seja pelos que estão se formando em Ouro Preto (então capital da Província de Minas Gerais) e que retornam as cidades do interior imbuídos de ideais republicanos.

*instituições para persistir em defeitos inveterados, ou para causar simples deslocações de homens. (...) Para destruir as incongruências do passado e pôr em harmonia os órgãos do poder público com as necessidades do presente e as instituições novas da política republicana, eram de mister reformas que satisfizessem desde logo as exigências deste regime. Muito resta ainda a fazer, e muito exige e espera a Nação do vosso patriotismo.*⁸²

Nesse processo de (re)construção da nação, o número de instituições educacionais, públicas e privadas, precisava crescer rapidamente, assim, nos primeiros trinta anos da República, muitas foram as reformas educacionais dos estados brasileiros. Motivos para a realização de reformas não faltavam, principalmente se considerarmos os inúmeros problemas enfrentados pelo Brasil, como: o analfabetismo, a miséria social, a ausência de mão-de-obra e a vinda de imigrantes europeus para trabalharem nas lavouras.

Foi a Reforma Benjamin Constant (1890), pós Proclamação da República, que dentro do novo contexto em que a educação passou a ser vista como necessidade, estabeleceu as primeiras mudanças. Contendo idéias positivistas⁸³, apresentou princípios de liberdade e laicidade do ensino e gratuidade da escola primária. Além disso, incrementou o uso das ciências naturais na escola primária e na escola secundária. Como observou Nagle⁸⁴, o efeito foi que “*a Reforma Benjamin Constant, por exemplo, representou a substituição de um modelo curricular ‘humanista’ por um de natureza ‘científica’*”, mas carregada de um ensino enciclopédico. Tal reforma era difícil de ser colocada em prática, pois, exigia grandes recursos financeiros e ainda sofria resistência direta do monopólio que a Igreja Católica exercia sob a educação até então, o que dificultava muito a realização do ensino laico. Quanto a formação dos professores, a reforma, dava os primeiros passos para a exigência do curso normal, para aqueles que desejassem exercer o magistério no ensino primário, no entanto sabemos que durante o período da Primeira República pouco foi feito para se ampliar o número das escolas normais e que quando isso foi feito, voltou-se para o ensino das filhas dos fazendeiros e grandes comerciantes. Analisando a criação da Escola Normal de São Carlos, Paolo Nosella e Ester Buffa constataram que no período do início da República,

(...) os interesses de uma mesma classe social moldam instituições diferentes que se articulam na formação da “elite” feminina de uma cidade: as freiras marcando

⁸² Mensagem de Deodoro da Fonseca, 1891. p.7-16. In: <http://brazil.crl.edu/> (Center for Research Libraries-Global Resources Network)

⁸³ O positivismo presente na Reforma Benjamin Constant e na Constituição de 1891 era peculiar e acabou propondo um ensino enciclopédico ao invés de caminhar de fato para um ensino mais objetivo e científico.

⁸⁴ NAGLE, Jorge. **A educação na Primeira República**. 2001, p.264.

*sobretudo a formação moral e religiosa desde a infância e a Escola Normal enfatizando a formação intelectual.*⁸⁵

Um ano depois de realizada a Reforma Benjamin Constant, promulgou-se a Constituição de 1891. Essa não se diferenciou muito do Ato Adicional de 1834, e remeteu a responsabilidade de promover a educação aos estados⁸⁶.

Ainda em 1889, quando o Governo Provisório dissolveu as assembleias provinciais, ficou estabelecido que provisoriamente os presidentes dos estados brasileiros deveriam “*providenciar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la em todos os grãos*”.⁸⁷ Isso foi mantido. A Constituição de 1891 no Artigo 35 estabeleceu que,

*Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente: (...) n.2 Animar no país, o desenvolvimento das letras, artes e ciências, (...) sem privilégios que toalham a ação dos governos locais; n. 3 Criar instituições do ensino superior e secundário nos Estados; n.4 Prover a instrução secundária no Distrito Federal*⁸⁸.

O que acabou prevalecendo na educação foi o que já se tinha no Império, o governo federal não tomou para si a responsabilidade de promoção da educação primária, esta, foi deixada a cargo dos estados, que promoveriam a educação como julgassem adequado. Isso refletiu na elaboração das legislações estaduais. Em Minas Gerais, por sua vez, foi assegurada a autonomia dos municípios⁸⁹, definindo que estes podiam em suas Câmaras Municipais, segundo o Artigo 37, deliberar

Sobre a instrução primaria e profissional: creando escolas, provendo-as com professores idôneos (...); inspeccionando e fiscalizando o ensino (...); marcando os vencimentos dos professores; creando e suprimindo officinas para o aprendizado das artes liberaes e fundando outros estabelecimentos de instrução profissional;

⁸⁵ NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Schola Mater**. 2002, p.34.

⁸⁶ André Paulo Castanha, sobre o Ato Adicional de 1834, observou que a maioria dos historiadores concordam que “*a chamada descentralização, fragmentou os parques projetos e recursos existentes, contribuindo para a proliferação de leis contraditórias, e na prática pôs por terra a instrução elementar no Brasil imperial*”. No entanto, faz uma nova reflexão quanto as características dessa descentralização, que segundo ele, não pode ser indicada como principal causadora dos problemas da educação brasileira “*no Brasil do século XIX não havia condições históricas para resolver o problema da escola pública. Não havia condições econômicas, políticas, sociais, materiais e humanas para difundir escolas por todo o território habitado. Além disso, o interesse da população pela instituição escolar, era muito pequeno, visto que, o Brasil da época era basicamente rural, a população estava dispersa, com difíceis recursos de comunicação e transporte e tinha por base a escravidão*”. In: CASTANHA, André Paulo. **O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira**. 2006, p. 169-195.

⁸⁷ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania republicana e educação**, 2001.

⁸⁸ In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm acessado em 16/12/2009.

⁸⁹ Os municípios mineiros ficaram instituídos na Constituição Mineira de 1891.

*estabelecendo o fundo escolar e consignando verbas em seus orçamentos para os serviços que crear; regulando-as, emfim, como entender conveniente.*⁹⁰

Todo o período que vai desde a Constituição Mineira de 1891 e da primeira lei de instrução pública de 1892, até 1906, refletiu um movimento do estado de Minas Gerais que buscava um “modelo” que lhe permitisse dar conta, da melhor forma possível, do encargo da educação primária. Segundo Wenceslau Gonçalves Neto, foi à falta desse “modelo” unificador nesses anos que antecedem a reforma de 1906, que permitia aos municípios uma certa autonomia organizacional em termos de instrução, remetendo ao espaço das Câmaras parte da responsabilidade herdada da omissão do governo federal. Com isso a educação acabou submetida aos interesses das elites locais dos municípios. Apesar de os princípios republicanos apresentarem a “descentralização”, esta não ocorreu na Primeira República que acabou caminhando para um processo de centralização, que resultou na “política dos governadores”. Citando Og Dória, destacou que a “*centralização ocorrida sob a República Velha refletiu a necessidade e os limites da subordinação das elites locais, ‘os coronéis’, à dinâmica mais geral da sociedade brasileira*”⁹¹.

Os governos locais ficaram, assim, com a responsabilidade de promover o ensino das primeiras séries, enquanto o governo federal ficou com o ensino secundário e superior. Dentro desse contexto acabou mantendo-se a diferenciação do ensino para o “povo” e para a “elite”, já que essa última era a que detinha os recursos para conseguir cursar o ensino secundário e superior,

*(...) continua a vigorar de fato, a interpretação que vinha desde o Ato Adicional (1834), segundo o qual compete à União fixar os padrões da alta escola secundária e superior, enquanto os da primária e técnico profissional compete aos Estados (competência privativa). Essa é uma das razões mantenedoras do chamado “dualismo” do sistema escolar brasileiro, traduzido muitas vezes, na contraposição entre as escolas de “elite”- secundária e superior- e as escolas do “povo”- primária e técnico-profissional.*⁹²

A Constituição Federal de 1891 omitiu a questão da obrigatoriedade do ensino, apesar, de a educação ter sido elegida como uma das vias para alcançar as mudanças almejadas para o país (o progresso e a formação do cidadão), não conseguiriam garantir nesse primeiro momento a obrigatoriedade. Ao contrário dos Estados Unidos e de países da Europa, o Brasil não buscou uma homogeneização do ensino em âmbito nacional, basta ver que o

⁹⁰Constituição Estadual de Minas Gerais, Lei nº2 de 1891, Artigo 37.

⁹¹GONÇALVES NETO, Wenceslau. **O município e a educação em Minas Gerais. 2007**p.2-7.

⁹²NAGLE, Jorge. **A educação na Primeira República.** p.266.

ensino público primário ficou remetido aos estados e que a reforma promovida nestes ocorreu em períodos diferenciados. Isso talvez pelas condições muito bem colocadas por André Paulo Castanha, de um país atrasado nos meios de comunicação e transporte, e de característica essencialmente rural⁹³. Na Primeira República, podemos somar o atraso industrial e a dependência do capital externo.

A educação com a finalidade de difundir valores, comportamentos e alfabetizar era importante ao governo, que precisava além de ensinar a ler e escrever, manter hierarquias e distinções sociais em uma sociedade que acabava de decretar o fim da escravidão. Ensinar as crianças era uma forma de conter a marginalização dos menores e ajudar na manutenção da ordem.

Logo na primeira fase do governo era preciso resolver problemas impossíveis de serem resolvidos de imediato: a questão do ensino público, gratuito e laico. As respostas obtidas foram inúmeras reformas que tentaram estabelecer um rigor fiscalizador e organizacional, mas que estavam longe de resolver os problemas.

Minas Gerais e outros estados com destaque nacional, como São Paulo e Rio de Janeiro deram maior atenção a educação. A diferenciação quanto a promoção da mesma nos estados esteve ligada ao fato de o Brasil, além de ainda ter mantido sua base agrária e rural, contava com uma pequena parcela da população nas áreas urbanas e um grande atraso industrial, além das grandes diferenças econômicas dos brasileiros. Ao remeter a responsabilidade da educação aos estados, remeteu-a também as condições de atraso ou avanço das diferentes regiões

*Efetivamente, apenas aqueles estados que possuíam significativa prosperidade econômica puderam implantar um sistema moderno de ensino ampliando vagas e multiplicando instituições modelares.*⁹⁴

O estado de Minas Gerais, em 15 de junho de 1891, decretou sua Constituição Estadual e, no ano seguinte, a obrigatoriedade do ensino foi contemplada pela Lei nº 41, de 3 de agosto de 1892, a primeira na era República que reformou a instrução pública primária no estado. Tal lei passou a abranger meninos e meninas entre as idades de 7 e 13 anos e manteve as punições sob multa para os que não cumprissem as determinações legais. Para que a

⁹³ In: CASTANHA, André Paulo. **O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira**. p. 169-195.

⁹⁴ VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos Escolares**. 2006, p.30.

obrigatoriedade fosse de fato efetivada, o governo estabeleceu o recenseamento da população em idade escolar para fins de controlar o cumprimento da obrigatoriedade.

Luciano Mendes e Irlen Gonçalves fizeram alguns apontamentos quanto a essa obrigatoriedade que poderia ser entendida de várias formas neste primeiro momento. Um aspecto é o de que os pais e responsáveis pelas crianças em idade escolar tinham a responsabilidade de instruí-las, sendo obrigados a fazer com que elas frequentassem a escola para nela aprenderem. Outro aspecto, partiu do fato de que a obrigatoriedade foi imposta muito mais em função da necessidade de aumentar o número da matrícula e da frequência das crianças nas escolas do que propriamente da preocupação de garantir o aprendizado das mesmas. Ainda destacaram que poderia ser entendido que se cobrava a obrigatoriedade do aprendizado, e não da matrícula e da frequência, o que estaria explicitando a possibilidade de que a escola não fosse o único local de ensino e aprendizado dos conhecimentos escolarizados e, desta forma, segundo o inciso IV do artigo 55 da mesma Lei nº41, isentou a obrigatoriedade daquelas crianças que tenham um *“aprendizado efetivo na família”*⁹⁵.

Em Minas Gerais editou-se a Lei nº41, uma iniciativa do governo estadual- a chamada Reforma Afonso Pena. Essa estabeleceu que o Presidente do Estado⁹⁶ ficava responsável pelo ensino, mas atribuía poderes, seja ao Conselho Superior, seja aos inspetores ambulantes, de forma que, na prática, o ensino se regia de acordo com os interesses locais. Isso fez com que a reforma tivesse um caráter descentralizador, pois além do Conselho Superior existiam os Conselhos Municipais e Distritais, que poderiam conforme julgassem melhor tomar medidas referentes ao ensino local.

Segundo a reforma estadual, o Conselho Superior seria presidido pelo secretário do Estado e composto pelo Reitor do Externato do Ginásio Mineiro da Capital, o Diretor da Escola de Farmácia de Ouro Preto, o Diretor da Escola Normal da mesma cidade e o inspetor municipal do município da Capital; os demais membros representariam o magistério público, o particular e magistério secundário da Capital⁹⁷. Esse conselho deveria se reunir uma vez por mês para emitir pareceres sobre os métodos e processos de ensino. No entanto, sabe-se que pouco interferiu na administração regional e local, pois contrário a tudo

⁹⁵ FARIA FILHO, Luciano Mendes; GONÇALVES, Irlen Antônio. **Processos de escolarização e obrigatoriedade escolar**. 2004, p.181.

⁹⁶ No Capítulo I da Lei 41 de agosto de 1892 tem-se que “a direção, administração e inspeção do ensino público e particular” ficam a cargo do Presidente do Estado.

⁹⁷ MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. 1962, p.24.

isso, a reforma promoveu a descentralização ao remeter a fiscalização e os detalhes burocráticos ao âmbito regional e local.

Uma forma de buscar fiscalizar o ensino de forma mais generalizada considerando a extensão do estado de Minas Gerais foi a nomeação, mediante concurso, de inspetores ambulantes, proporcionando um maior alcance territorial. Eles tinham liberdade para fiscalizarem e opinarem sobre o ensino no interior, averiguando o funcionamento das escolas públicas e privadas detalhando desde o estado da mobília da escola a postura dos professores, métodos de ensino, frequência de alunos, e o que mais julgassem importante. Apesar de parecer uma medida centralizadora, o fato de os inspetores poderem fazer os julgamentos do que deveria ou não ser modificado acabava restrito aos interesses daqueles que fiscalizavam a escola. Assim algumas acabavam sendo privilegiadas e outras entregues a sorte devido as péssimas condições em que se encontravam e a falta de interesse em melhorá-las.

No mesmo período foram criados os Conselhos Escolares Municipais e Distritais. Suas atribuições não concorriam com as do Conselho Superior, ao contrário, fortaleciam no sentido da inspeção das escolas criadas, mantidas ou subvencionadas pelo Estado. Cabia a esses conselhos a organização estatística das escolas, o recenseamento escolar, garantir o cumprimento da lei de instrução pública, e dentre outras atribuições deveriam

*Propor ao governo medidas convenientes a bem do ensino local, e bem assim a criação de novas cadeiras, e a suspensão do ensino nas que não tiverem frequência legal e sua restauração, acompanhando as propostas documentos que as justifiquem.*⁹⁸

Tais conselhos eram eleitos no mesmo dia das eleições municipais, podendo votar os responsáveis pela educação das crianças em idade escolar e os contribuintes do fundo escolar; desde que soubessem ler e escrever.⁹⁹

Assim como ocorreu no cenário estadual, quando a Proclamação da República exigiu um reordenamento jurídico, os municípios, a seu tempo, também o fizeram. Em Mariana, logo após a publicação da *Constituição do Estado de Minas Geraes* (14/07/1891), foram promulgadas as leis orgânicas do município. Embasadas nessas leis, tiveram origem várias resoluções, como a Resolução N. 5, de 27 de dezembro de 1892 que, no seu artigo 7º,

⁹⁸MINAS GERAES, Lei N. 41 – de 3 de agosto de 1892, Art. 32, § 12.

⁹⁹MINAS GERAES, Lei N. 41 – de 3 de agosto de 1892, Título I, Cap. II.

autorizava o Agente Executivo a “*confeccionar regulamentos da instrução publica municipal, criando escolas no maximo de seis cadeiras, com ordenado nunca excedente a seiscentos mil reis anuaes*”¹⁰⁰. Em Mariana no dia 23 de janeiro de 1893, foi publicado o *Regulamento No. 1 da Instrução Publica*¹⁰¹.

O conteúdo, apesar de não se opor à Legislação Estadual, continha particularidades próprias à conjuntura local. Seguindo as prescrições apontadas anteriormente criou-se um conselho na Câmara Municipal de Mariana, em 1895, chamado de Comissão Permanente de Instrução Pública, Higiene e Polícia¹⁰², abrangendo não só a educação, como também outros setores. A formação e eleição dos conselhos escolares remetem a preocupação democrática por parte da lei condizente com a Proclamação da República e aos ideais republicanos, pois os membros eram eleitos através do voto, ainda que restrito a um determinado grupo de votantes (os responsáveis por crianças em idade escolar e contribuintes do fundo escolar¹⁰³)¹⁰⁴. Em Mariana, a escolha dos membros da comissão se deu de forma diferenciada, eles eram eleitos anualmente pela Câmara Municipal, diferentemente do previsto na Legislação Estadual, na qual os membros dos conselhos escolares deveriam ser eleitos pelos responsáveis e contribuintes. Concluimos daí que as comissões elegidas provavelmente estavam ligadas aos republicanos e aos seus interesses, uma vez que eram esses que ocupavam os cargos da Câmara escolhendo conseqüentemente os membros das comissões.

Como foi anteriormente indicado, o ensino primário, em Minas Gerais, estava previsto para ambos os sexos, dos 7 aos 13, e poderia ser promovido também pelo ensino particular. A obrigatoriedade estava prevista na Legislação Estadual assim como a determinação de multas a serem aplicadas aos responsáveis que não matriculassem as crianças¹⁰⁵. Apesar de declarar o ensino obrigatório, o financiamento desprendido para a

¹⁰⁰ Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, códice 156.

¹⁰¹ Ver ANEXO 1

¹⁰² Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, cód.329, p.37(verso)

¹⁰³ O fundo escolar tinha suas receitas advindas de multas relativas à instrução: certidões, nomeações, licenças, e descontos, nos vencimentos de professores e funcionários da instrução, de sobras de verbas, doações e outras fontes.

¹⁰⁴ BORGES, Vera Lúcia Abraão. **As medidas de reformas acerca da instrução pública primária em Minas Gerais**, http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_103.html acessado em 10/07/2009.

¹⁰⁵ MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. 1962, p.26.

instrução primária diminuiu, conforme a mensagem enviada pelo presidente da Província de Minas Gerais, João Pinheiro, em 1906,

*A consignação orçamentária para a educação em 1905 foi de 1.800:000&000, quando em 1903 foi de 1.900:000&000 e 1904 foi de 1.935:000&000.*¹⁰⁶

Na cidade de Mariana as prescrições estaduais foram pouco alteradas. A Resolução Municipal nº 5 de 27 de dezembro de 1892, estipulou que a idade mínima era de 6 e a máxima de 16, ou seja, ampliaram-se os anos, o que não deixou de atender a Legislação Estadual. Para efetivação da matrícula os alunos deveriam estar vacinados e não sofrerem de moléstias contagiosas¹⁰⁷. Isso demonstra uma preocupação com as condições de higiene e saúde, que foram muito mais frequentes nos Grupos Escolares, criados anos mais tarde no estado.

A frequência também era critério de garantia da vaga e seria eliminado o aluno que faltasse por mais de 15 dias sem justificativa (o que seguia a determinação estadual). Os artigos 1º e 2º estabeleciam a criação de escolas atendendo, em cada localidade, a população escolar e a renda arrecadada¹⁰⁸.

Quanto ao horário das aulas, a Legislação Estadual previa o funcionamento da escola em dois turnos: pela manhã, de 8h30 às 11h; e à tarde, de 13h às 15h30. É importante esclarecer que a Legislação Estadual trabalhava com um cenário de escolas urbanas, cuja demanda era maior. Já o Regulamento da Câmara Municipal de Mariana se inscrevia num cenário diferenciado em que boa parte da população residia nos distritos e em área rural. Por isso, o Regulamento Municipal definiu o funcionamento das escolas em apenas um turno: de 9h30 e terminar às 14h, havendo intervalo de 30 minutos ao meio dia, identificamos que mais tarde, com o Grupo Escolar algumas atividades passaram a funcionar no período da tarde, como, por exemplo, a disciplina de trabalhos manuais.

Os edifícios das Escolas Isoladas, segundo o Regulamento Municipal, localizavam-se na residência do professor e deveriam ser preferencialmente centrais para auxiliar a frequência dos alunos. Em Mariana a Câmara não gastou com a construção de prédios para o funcionamento das escolas, a legislação no artigo 5º determinou que a

¹⁰⁶ Mensagem do Presidente da Província de Minas Gerais em 1906, p.53. In: <http://brazil.crl.edu/> (Center for Research Libraries- Global Resources Network)

¹⁰⁷ Regulamento No. 1 da Instrução Pública Municipal, AHCMM, cód. 156.

¹⁰⁸ Regulamento No. 1 da Instrução Pública Municipal, AHCMM, cód. 156.

população que necessitasse de escolas deveria providenciar a casa e a mobília necessárias, ficando a cargo da Câmara somente conseguir os livros que, segundo o artigo 7º.

Essa postura esteve contrária a Legislação Estadual, de que o governo é quem deveria prover os prédios escolares com a mobília adequada que, além dos bancos e carteiras, deveriam ter:

*lousas e pedras para demonstrações mathematicas e mappas parietaes, globos geographicos, livros didacticos, quadros commemorativos de acontecimentos memoraveis, photographias, gravuras ou oleographias que recordem personagens illustres e benemeritos, ou representem factos e scenas, cujo conhecimento possa despertar no espirito e coração da infancia idéas nobres ou sentimentos generosos; e ainda os simples ornatos das salas de aulas, jardins, pateos, etc., que possam contribuir para torar a escola alegre, aprazivel e attrahente para os alumnos.*¹⁰⁹

O cuidado com o estabelecimento escolar ficou a cargo do professor, que era responsável também por todos os seus objetos. A Câmara de Mariana determinou que os livros didáticos deveriam ser utilizados somente nas aulas, sendo posteriormente guardados pelo professor. Ainda quanto aos livros, só seriam renovados depois de dois anos, a menos que se aumentasse o número de alunos. O professor ainda tinha que manter a escrituração da escola em dia, ou seja, atualizar e organizar, segundo orientações da Câmara, os livros de matrícula, inventário, ponto e termo de exames.

Quanto ao currículo ministrado nas escolas, a Legislação Estadual é flexível para as diferentes localizações, procurando respeitar as particularidades e os diferentes interesses, determinava no Artigo 88

(...) nas escolas rurais os alunos estudavam: Leitura; Escrita; Língua Pátria; Aritmética, compreendendo operações sobre inteiros e decimais, sistema métrico frações e juros simples; Instrução Moral e Cívica e explicação da Constituição do Estado; Noções de Agricultura, Higiene; Trabalhos de Agulha para o sexo feminino.

Nas escolas distritais, estudavam-se as mesmas matérias, com mais desenvolvimento, acrescidas de Medida de Área e Capacidades; Proporções; Regra de Três e de Companhia; Geografia de Minas e do Brasil; noções de História de Minas e do Brasil.

Nas escolas urbanas os programas eram os mesmos das escolas rurais e distritais, com maior desenvolvimento e acrescidas de: Gramática Portuguesa; Leitura e Elocução: Raízes Quadradas e Cúbicas; Curso completo de Geografia do Estado de Minas; Geografia do Brasil; noções de Geografia Geral; História de Minas; Educação Cívica; Leitura e explicação da Constituição Federal; noções de Ciências Físicas e Naturais.

¹⁰⁹MINAS GERAES, Lei N. 41 – de 3 de agosto de 1892, Art. 332.

*Haveria, além disso, cantos e hinos patrióticos, trabalhos manuais, ginástica e evoluções militares, para os meninos, além de corte, costura e trabalhos de agulha para o sexo feminino, a que se davam também noções de Economia Doméstica.*¹¹⁰

Mariana, assim como o Estado de Minas Gerais tinha sua sustentação econômica na agricultura e pecuária. Os reflexos dessa economia puderam ser sentidos no currículo das Escolas Isoladas. Houve a inclusão de aspectos e atividades relacionadas a economia. Estudos dos solos, aulas sobre como plantar, onde plantar, e em algumas escolas até mesmo aulas práticas. Essa introdução de ensinamentos ligados a agricultura se intensificou nos grupos escolares, como será discutido ao longo deste trabalho.

As imposições referentes ao currículo feitas para Mariana no Artigo 23, do Regulamento Municipal estipularam as seguintes disciplinas para as Escolas Isoladas: instrução cívica e moral, leitura e escrita, noções de gramática portuguesa, catecismo, noções de aritmética, noções de história do Brasil e de Minas e noções de Geografia¹¹¹. Logo de imediato, observamos que o Regulamento ignorou a prescrição quanto a laicidade que deveria existir no ensino público mantendo o ensino do catecismo. Aqui identificamos um reflexo do embate travado entre a Igreja Católica e os republicanos.

A República em solo mineiro é marcada pela forte presença do catolicismo. Houve sim uma laicização do estado e influências do positivismo, mas o catolicismo predominava. John Wirth fez a seguinte observação:

*A Igreja no 'estado brasileiro mais católico' estava agora muito mais forte, graças à questão da educação e aos talentos de organizador de Dom Silvério Gomes Pimenta (1840-1922), o Arcebispo de Mariana. Preto, nascido em condições humildes, a ascensão de D. Silvério na hierarquia da Igreja levou-o quatro vezes a Roma. Foi incumbido de tornar Minas novamente católico.*¹¹²

A Igreja Católica queria que o ensino religioso se mantivesse nas escolas públicas. Desde a Proclamação da República, os católicos, através da Pastoral dos Bispos, afirmavam que o Brasil não iria seguir a tendência ateísta (francesa) que proibiu a religião nas escolas¹¹³.

¹¹⁰ MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. 1962, p.27-28.

¹¹¹ Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, códice 156.

¹¹² WIRTH, John D. **O Fiel da Balança**. 1982, p.143.

¹¹³ CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**. 2001, p.93-94

Na verdade, a modernidade tão presente nos discursos daqueles que formularam a Constituição de 1891, ficava muito mais no campo das idéias. Muito parecido com a transição da Colônia para o Império, a do Império para a República aconteceu sem grandes conflitos, pois a oligarquia era a defensora da República. Ou seja, os valores religiosos continuaram existindo e foi necessário apenas um reordenamento em torno da nova política,

A República não promoveu perseguição religiosa, não confiscou bens eclesiásticos e, sinal dos tempos, negociou com a Igreja os próprios termos da Constituição da República. Depois de 1890, quando os bispos brasileiros publicaram uma Pastoral aceitando a República, mas repudiando perseguições religiosas, Rui Barbosa e o Bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, negociaram aqueles termos e dispositivos constitucionais que interessavam à Igreja¹¹⁴

De um lado os que desejavam uma educação laica, que valorizavam a ciência e discursavam sobre a garantia do acesso do povo à escola. De outro a Igreja, os católicos que se opunham a laicização do ensino, mantendo e investindo em escolas confessionais.

Outra informação que ressaltamos dos currículos dessas escolas foi a determinação de ensinar trabalhos manuais aos alunos, prática que se estendeu aos Grupos Escolares, e que veio marcada pela necessidade de instituir o apreço pelo trabalho manual tão mal visto por uma sociedade que associava, até pouco tempo, o trabalho manual a escravidão. Um ensino direcionado para aqueles que posteriormente utilizariam o conhecimento para o seu sustento.

A fim de diminuir a descentralização, em 1897, a Lei nº 221, do governo de Chrispin Jacques Bias Fortes são tomadas algumas medidas. Uma delas definiu que os membros do Conselho Superior deveriam ser nomeados pelo Presidente do Estado, assim o conselho passou a ser formado por membros de confiança do governo¹¹⁵. Para além desta medida foram abolidos os Conselhos Municipais e Distritais, e restringiu-se o currículo escolar para que todos se limitassem aos mesmos conteúdos não diferenciando mais municipais de distritais.

Em 1899, mudanças são propostas para a educação primária mineira, Silviano Brandão e David Campista reformam novamente a instrução primária, e extinguem as escolas rurais pelo Art 2º.

¹¹⁴ MANOEL, Ivan A. **Igreja e educação feminina (1889-1919)**. 1996, p.18

¹¹⁵ MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. 1962, p.47.

A Reforma de Silviano Brandão aconteceu em janeiro de 1900 com o Decreto 1348, o parágrafo 36 instituiu também o ensino simultâneo¹¹⁶, usado no tempo do Império e que havia sido substituído pelo método misto e mútuo¹¹⁷. Ainda que o método simultâneo tenha sido instituído, o método mútuo continuou valendo para as Escolas Isoladas de Mariana. O registro que apontou para esse método foi um pequeno trecho de um relatório do inspetor de 1987, revelando que “*a professora afirmou ter dificuldade em encontrar um aluno que possa ajudá-la a ensinar aos demais por apresentarem grande dificuldade em aritmética*”¹¹⁸.

Segundo a Reforma ficou permitida a matrícula de alunos durante todo o período letivo. Esta medida provavelmente buscou um maior número de alunos nas escolas e a fim de garantir a frequência, os artigos 145 e o 146, determinavam que fossem distribuídos aos alunos pobres compêndios escolares, papel, pena, lápis e tinta.

2.2- As Escolas Isoladas em Mariana no início da Primeira República

Tratar de Escolas Isoladas em Mariana significa considerar as escolas da cidade, das freguesias e dos distritos¹¹⁹. No caso dessa dissertação das escolas públicas e sob responsabilidade da Câmara Municipal.

No fim do século XIX, as importantes escolas da cidade eram particulares e/ou ligadas a Igreja católica. Paralelamente funcionavam as Escolas Isoladas públicas, poucas e

¹¹⁶ O ensino simultâneo tinha o professor ministrando aula para toda a classe e será realizado nos Grupos Escolares mais tarde. No entanto deve-se pensar nos problemas que tal ensino enfrentava para se tornar eficiente em uma classe com alunos de diferentes séries e idades, nas escolas isoladas.

¹¹⁷ O ensino mútuo se valia dos alunos considerados mais inteligentes e capazes, que após receberem as lições do professor, ensinavam aos outros alunos da classe. Baseava-se no ensino mnemônico, com uma rígida disciplina, que muitas vezes utilizava de castigos físicos para punir os alunos. O ensino mútuo era desenvolvido a partir do método de Bell e de Lancaster que consistia, segundo Moacyr, “*na aplicação de uma máxima mui antiga, segundo a qual tudo quanto um homem sabe pode ensiná-lo, e o melhor modo de saber bem as cousas é ir ensinando. (...) consiste por tanto em fazer com que os rapazes se ensinem, uns aos outros*”. In: MOACYR, Primitivo. **A Instrução e as províncias**. 1939, p. 22. Um ensino que com um baixo custo conseguia atingir um grande número de alunos.

¹¹⁸ Arquivo Público Mineiro, cód. IP-178 (sem numeração de páginas)

¹¹⁹ Os distritos segundo o Livro de Orçamentos da Câmara Municipal 1892: Passagem, Barra Longa, S. Domingos, Furquim, Boa Vista, São Caetano, São Gonçalo de Ubá, Cachoeira, Santa Rita Durão, Camargos, São Sebastião e Sumidouro. Mas pelos mapas escolares foram identificados outros nomes que podem corresponder a distritos ou freguesias. Segundo Pires, entre 1750-1808, Mariana contou com onze freguesias e quarenta e seis distritos. PIRES, Maria do Carmo. **Termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas freguesias no século XVIII**. 2008, p.14

restritas a uma pequena parcela da população, o ensino era limitado e os alunos dificilmente prosseguiram os estudos. Na ata da Câmara de setembro de 1905 encontramos, “*seria proveitoso que aqueles alumnos que concluíssem o ensino primário tivessem algum auxílio do governo para conseguirem cursar o ensino secundário*”. Como não foram encontrados registros de nenhum auxílio desse tipo, prevalece à idéia de que o ensino secundário e superior estava reservado à elite.

O ensino primário público não esteve entre as prioridades da Câmara de Mariana, e pouco apareceu nas atas das reuniões do período contemplado neste estudo. A Comissão responsável pela educação era a “Comissão da Instrução, Higiene e Polícia”, ou seja, nem mesmo se tinha uma comissão voltada diretamente para a instrução e pouquíssimos documentos sobre a mesma foram encontrados a Câmara Municipal de Mariana.

Além disso, identificamos que pedidos para abrir Escolas Isoladas onde havia número suficiente de alunos, foram negados. A alegação encontrada foi falta de verba. Como vemos, por exemplo, na ata da reunião de 25 de junho de 1901,

(...) Em seguida o Snr. Leandro [?] relator da comissão de Instrução Pública apresentou o seguinte parecer: A comissão de Instrução Pública, a quem foi presente a representação dos habitantes da povoação de S. Antônio das Pedras, do districto do Forquim na qual foi ordem a criação de uma escola municipal no referido lugar, attendendo-lhes de justiça o alludido pedido, mas considerando que no orçamento vigente não existe verba para a criação de escolas municipaes e que as rendas do actual exercício tem diminuído muito e parecer representação afim desta Câmara em tempo opportuno tornal-a na devida consideração.¹²⁰

Apesar da autonomia remetida ao município quanto a promoção da educação primária, na Reforma Afonso Pena, em 1892, como já foi dito, foram realizadas poucas ações por parte da Câmara Municipal de Mariana para aumentar significativamente o número de crianças nas Escolas Isoladas¹²¹. Parece absurdo, mas não o é quando se confronta os documentos da Câmara Municipal de Mariana com a direção da política estadual. Se voltarmos a “*Constituição do Estado de Minas Geraes*”, constatamos que a lei autorizava ao Agente Executivo a criar “*o maximo de seis cadeiras, com ordenado nunca excedente a*

¹²⁰ Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, cód. 235, p. 35.

¹²¹ O número de alunos, como poderá ser verificado no decorrer do texto, aumentou no ano de 1887 antes da Proclamação da República, e depois não houve mais nenhum considerável aumento. O número de escolas isoladas atendia a prescrição estadual, mas estava longe de atender ao número de crianças em idade escolar, o que não destoava da realidade encontrada no restante do Brasil.

seiscentos mil reis anuaes”¹²². Como a Câmara já contava com certo número de Escolas Isoladas podemos identificar aí um pretexto para a falta de iniciativa dos governantes. É importante destacar que essa não foi uma realidade encontrada em todo o estado de Minas Gerais. Estudos de outros pesquisadores demonstram que em algumas regiões a educação esteve entre as prioridades da Câmara. Em Uberlândia, na época em que ainda era chamada de Uberabinha (final do século XIX, início do XX), foi identificado um movimento em prol da educação e da criação das Escolas Isoladas. A justificativa dada pelos estudiosos comparando a Câmara de Uberabinha a de Ouro Preto, cidade vizinha a Mariana, foi

*Esse zelo se justifica por diversos motivos, como o entusiasmo característico do início da organização do novo município; a condição anterior de distrito, que o colocara em segundo plano nas prioridades do município de Uberaba, ao qual era subordinado; à presença de uma demanda reprimida por instrução, tanto pela falta de escolas, como pelo estímulo à instrução gerado pela propaganda republicana; e pela crença que os vereadores demonstravam no poder regenerador e formador da educação, demonstrado em suas manifestações.*¹²³

Para Uberlândia, ainda foi identificada uma constante preocupação com a educação,

*O debate sobre a educação na Câmara de Uberabinha nunca foi escasso, sempre houve a preocupação pelas administrações em mater algumas escolas no município. Como não seria possível excluir a educação da pauta administrativa era preciso fazer alguma coisa de concreto. Não é possível neste momento fazer grandes gastos “supérfluos”, têm-se como prioridade as obras já iniciadas, contudo, respeitando as limitações orçamentárias.*¹²⁴

Diferentemente, não foram encontrados esses debates na Câmara de Mariana, ficando o assunto da instrução pública restrito aos recibos de pagamento de professores e gastos descritos no balancete de verbas.

Ouro Preto, cidade vizinha a Mariana já contava com uma rede de instrução pública de primeiras letras mais organizada e a Câmara dessa forma também se isentava da responsabilidade de criar muitas escolas. Ouro Preto era o destino escolhido para os filhos dos que possuíam uma condição financeira melhor. Eles se dirigiam para lá principalmente a fim de cursarem o ensino secundário, a Escola Normal e o ensino superior. Esse último contava com as renomadas Escola de Minas e a Escola de Farmácia (hoje ambos cursos da Universidade Federal de Ouro Preto), eram o destino da elite não só local, como de outras

¹²² Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, códice 156.

¹²³ GONCALVES NETO, W. ; CARVALHO, Rosana Areal. **Capital e interior**, 2008.

¹²⁴ GUILHERME, Willian Douglas; Carvalho, Carlos Henrique de; Gonçalves Neto, Wenceslau. **A Educação no ideário republicano de progresso em Uberabinha**. 2007, p.8.

regiões do Brasil. Outro fator que atraía os alunos, era o fato de Ouro Preto ser capital do estado de Minas Gerais até 1894, ano em que a capital foi transferida para a cidade de Belo Horizonte.

O Art. 34 do *Regulamento N. 1 da Instrução Pública* de Mariana em 1893, criou cinco Escolas Isoladas, sendo quatro do sexo masculino nos distritos – Bom Sucesso, Montevidéo, Miguel Rodrigues, Palmeiras; e uma do sexo feminino no Morro de Sant’ Ana. Outras escolas também foram identificadas nos documentos e serão enumeradas no decorrer do texto. Através da observação dos mapas escolares sabemos que antes mesmo desta data já existiam escolas espalhadas pelos distritos de Mariana. No entanto, só no governo republicano se iniciaram as reformas que (re)organizaram o funcionamento das mesmas. A tabela abaixo foi baseada nos mapas feitos pelos professores dessas escolas e enviados a Secretaria do Interior de Minas Gerais.

Tabela 3- Tabela das Escolas Isoladas de Mariana entre 1886- 1891

Ano	Número de Cadeiras	Sexo	Localidade	Professores	Matrículas
1886	15	9 do sexo masculino 6 do sexo feminino nenhuma mista	4 em Mariana 11 em freguesias e distritos 1 na cadeia.	4 efetivos e normalistas 10 efetivos e não normalistas 1 cadeira vaga (a da cadeia)	não consta o número de matrículas
1887	43	28 do sexo masculino 15 do sexo feminino nenhuma mista	5 em Mariana 37 em freguesias e distritos, 1 na cadeia.	5 eram normalistas 33 não normalistas 3 professores interinos 1 cadeira estava vaga 1 não consta	não consta o número de matrículas
1888	44	29 do sexo masculino 15 do sexo feminino nenhuma mista	5 localizadas em Mariana 38 em freguesias e distritos 1 na cadeia.	5 eram normalistas 31 não normalistas 4 professores interinos 4 cadeiras estava vaga 1 não consta	não consta o número de matrículas
1889	47	29 do sexo masculino 15 do sexo feminino 2 mistas 1 cadeia	6 em cidades e vilas 25 em freguesias 18 distritos e povoados 1 aula em cadeia 1 aula noturna		não consta o número de matrículas

1890	48	30 do sexo masculino 16 do sexo feminino 2 mistas		7 normalistas 33 não normalistas 5 interinos 4 vagas	Matriculas: 7.095
1891	39	23 do sexo masculino 13 do sexo feminino 3 mistas		7 normalistas 27 não normalistas 5 vagas não tem professor interino	não consta o número de matrículas

Fonte: Arquivo Público Mineiro, códices: IP-178, IP-76, IP-80.

Uma das primeiras coisas que podemos ressaltar da tabela 3 é a inexistência de escolas mistas até o ano da Proclamação da República, em 1889. Nos Pareceres de 1881, Rui Barbosa escreveu sobre se adotar a co-educação dos sexos nas escolas, nos diferentes níveis de ensino e para qualquer idade. Essa realidade, no entanto, só começou a ser vivenciada em maior proporção com a criação dos Grupos Escolares e com os devidos cuidados em toda a estrutura do prédio inclusive com salas separadas para meninos e meninas. As Escolas Isoladas mistas em Mariana começaram a surgir timidamente em 1889 e sofreram resistência por parte da comunidade. Os pais e professores preferiam que as escolas fossem separadas por sexo para evitar problemas. Foi encontrada a correspondência de uma escola mista de 1891, pedindo que a mesma se desmembrasse em duas: uma feminina e uma masculina.

A pedido dos pais dos alunos, venho pedir que a Escola Mista de Ribeirão do Turvo funcione em dois turnos separando, os alunos pelo sexo, pois a freqüência está prejudicada por ser mista¹²⁵.

Havia também um número bem superior de escolas do sexo masculino, o que era comum já que muitos pais preferiam que as filhas fossem educadas em casa ou nas escolas particulares. A população mais pobre ainda avaliava se era mesmo necessário que a filha cursasse a escola. Muitos preferiam que a filha aprendesse os afazeres domésticos com a própria mãe, por julgarem que estes bastavam.

¹²⁵ Arquivo Público Mineiro, cód. IP-178 (sem numeração de páginas)

Outro ponto a ser avaliado da tabela é o professorado. Mas quem eram esses professores? Que requisitos deveriam cumprir para ocuparem esse cargo? O Capítulo III da Reforma Afonso Pena (estadual) tratou dos deveres e direitos dos professores. Havia os professores efetivos, que eram nomeados pelo Presidente do Estado, os provisórios e os substitutos, que eram nomeados pelo Presidente dos Conselhos Escolares. O Regulamento Municipal de Mariana, pelos artigos 27º e 28º, determinava que tanto os professores quanto os inspetores deveriam ser pessoas de reconhecida honra e moralidade. Para as escolas que estavam sendo criadas, segundo o mesmo Regulamento, os professores seriam nomeados pelo Agente Executivo, mas as próximas vagas seriam preenchidas por concurso. Quanto ao fato de serem ou não normalistas – não havia essa exigência expressa na Legislação Estadual, o que se distinguia eram os vencimentos dos professores.

Os professores normalistas das escolas urbanas ganhavam 1:800\$000 por ano, seguindo-se os das escolas distritais, com 1:400\$000, no mesmo período, e os rurais com 1:200\$000 em igual tempo. Os que não fossem normalistas ganhariam menos de acordo com a tabela oficial.¹²⁶

No caso das escolas mantidas pela Câmara Municipal de Mariana, o pagamento dos ordenados provinha da verba “Obras Públicas” – 600\$000 – independente de serem ou não normalistas.

Vera Lúcia Abrão Borges observou um movimento de busca pela formação de professores entre 1892-1898, segundo ela,

(...) a ação imprimida ao ensino público primário mineiro centrou-se na organização, na fiscalização e na regulamentação da instrução pública primária e, conseqüentemente, na formação de professores devidamente qualificados, através de uma formação para o magistério das escolas primárias, no Curso Normal. Parece, pois, que o interesse foi de institucionalizar o profissional para a educação escolar de primeiras letras, bem como unificar esse nível de ensino por todo o Estado, garantindo-se a aplicação dos métodos e das disciplinas recomendadas pelo governo de Minas Gerais.¹²⁷

Como apontamos na tabela anterior, o número de professores normalistas era pequeno, apesar de haver a Escola Normal de Ouro Preto¹²⁸. Assim, percebemos a dificuldade para a conclusão da Escola Normal. O ensino secundário e superior era privilégio para os que tinham melhor condição financeira.

¹²⁶MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. 1962, p.27.

¹²⁷BORGES, Vera Lúcia Brandão. **As medidas de reformas acerca da instrução pública primária em MG**. In: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_103.html acessado em 08/12/2009.

¹²⁸ Só em 1902 inicia o funcionamento de uma escola Normal em Mariana que funcionou no Colégio Providência.

Os professores das Escolas Isoladas, segundo a Lei nº41 de 1892, do governo de Chrispim Jacques Bias Fortes, deveriam conforme o Art.13, serem contratados através de provas. No entanto, muitos desses eram contratados sem qualquer avaliação, mediante aceitarem a difícil tarefa de ensinar em locais improvisados, com falta de material e tendo muitas vezes que se deslocarem para outras escolas (devido aos muitos pedidos de remoção, exoneração e licenças). Além do salário que desde essa época é considerado insuficiente, como se encontrou nas queixas da época. Não era fácil também cumprir as inúmeras funções do professor. A Câmara Municipal de Mariana, em seu Regulamento de 1892 determinou no Art.17, que cabia ao professor:

Dar aos alunos pela sua conduta constantes exemplos de moralidade e aplicação, ser sollicito em dar bons conselhos e inspirar-lhes o sentimento de honra, amor a pátria e as leis, manter a ordem e a regularidade na escola, fazer-se animados discípulos, esforça-se pelo adiantamento d'elles, tratá-los sem outra distinção que não seja a do mérito. Explicar uma vez por semana a nova forma de governo republicano, direitos políticos e deveres do cidadãos, fazendo-os ler trechos das constituições federal e estadual, expirandovos; comparecer aos trabalhos uma quarto de hora menos antes da hora marcada e não retirar-se da escola senão depois de terminados os exercícios.¹²⁹

Os professores ainda foram apontados como um dos responsáveis pela infrequência dos alunos devido aos recorrentes pedidos de licenças. Ficou definido que para aquelas superiores a 15 dias poderia ser nomeado um substituto. As que durassem até 90 dias, podiam ser nomeadas pelo Agente Executivo da Câmara Municipal e o professor receberia metade de seus ordenados, destinando a outra metade ao pagamento do professor substituto. Para as licenças superiores a 90 dias, os vencimentos do professor eram cancelados e, ultrapassando um ano, o cargo era colocado à disposição. O fato de o Agente Executivo ter a liberdade de conceder licença de até 90 dias era outro fator que apontava o caráter descentralizador da reforma, pois até o momento a licença só podia ser concedida mediante autorização do governo estadual. O principal motivo alegado era problemas de saúde.

A frequência em todas as Escolas Isoladas era bastante insatisfatória se considerarmos que correspondia a apenas a metade dos alunos matriculados. Como relatou um dos inspetores em 1896,

¹²⁹Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Cód.156, p.13-14

*Nas escolas que tenho visitado dificilmente a freqüência ultrapassou 50% do número de alunos matriculados o que teve como justificativa a dificuldade financeiras dos alunos para freqüentarem as escolas*¹³⁰

Em geral, o que observamos foi que além de poucos alunos matriculados, um número ainda menor frequentava de fato as escolas. Para este problema, elencamos diversos fatores. O descaso de autoridades locais (seja na promoção do ensino, seja em sua fiscalização), a falta de compromisso dos pais e até os professores foram indicados em alguns relatórios pelas inúmeras licenças e ainda eram acusados de não conseguirem ensinar os alunos. Há ainda o fator da inadequação ao horário de funcionamento das escolas, e a necessidade de que os alunos ajudassem aos pais em suas tarefas diárias a fim de auxiliarem no sustento da família. As epidemias também atrapalhavam a frequência, e assim que eram identificados alguns casos de doenças os pais por prevenção não mandavam mais o filho as aulas. O ensino público dos distritos e freguesias era destinado a atender a população mais pobre, e um dos indícios encontrados para a infrequência foi ainda a péssima condição financeira dos alunos. O inspetor técnico Arthur dos Santos Mourão, em um de seus relatórios de inspeção sobre as escolas dos distritos e freguesias pertencentes à Mariana, justificou que *“houve falta de frequência pela indiferença dos pais quanto a educação dos filhos, pela falta de meio de subsistência do lugar”*¹³¹. Uma das professoras, Maria Augusta Neves, que ao contrário do contexto geral, tinha um grande número de alunos frequentes, deixou transparecer as dificuldades dos alunos quando escreveu a Delfim Moreira fazendo o seguinte pedido para a sua escola do distrito de Camargos,

*vem requerer a V. Ex.cia ordem para dividir o trabalho da escola sob sua regência em 2 turnos, não só por ter 60 alumnos matriculados e 59 de frequencia como também por causa de algumas alumnas e alumnos que freqüentam sua escola residirem 6 km distante, os alumnos são pobres e se sacrificam muito para frequentar a escola eles vem e voltam todos os dias a pé sendo alguns menores de 7 anos é preciso serem dispensados mais cedo.*¹³²

A matrícula e a frequência representavam um desafio para as Escolas Isoladas, sobretudo as dos distritos e freguesias. Essa situação perdurou por quase todo o período da República Velha. Já em 1913, encontramos um registro de que a escola do distrito de Barra Longa não realizou os exames do 4º ano por falta de alunos matriculados¹³³. Os inúmeros documentos apontam também para falta de recursos básicos para o funcionamento das

¹³⁰ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-886

¹³¹ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-886, p.50.

¹³² Arquivo Público Mineiro, cód. SI-2902, sem numeração de página.

¹³³ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-2910, sem numeração de página.

mesmas. Um relatório de inspeção de 1907, do Inspetor técnico Arthur dos Santos Mourão, relatou que

Acha lastimável o estado das escolas nos lugares que visitou. Tem feito tudo por obter a cooperação das pessoas influentes no sentido de auxiliar o movimento em prol da instrução, promovendo a substituição e o vestuário as crianças pobres que desejarem frequentar as escolas. Guiar os professores, que dispunham de um quadro negro, na aplicação do methodo preconizado e consagrado pelo Regulamento¹³⁴. Visitando escolas de Passagem, município de Mariana, verificou que o prédio em que funcionava não presta para seus fins: é o pior ou um dos piores da localidade. Uma das Professoras D. Galdina Dias dos Santos tinha a saúde comprometida pela friagem do edifício da escola.¹³⁵

Outro relatório do Inspetor do distrito de Barra Longa, em 1911, salientou os problemas pelos quais a escola passava como o prédio muito velho e inadequado e por não possui o número suficiente de carteiras¹³⁶.

Em contrapartida, os relatórios das visitas de escolas particulares do mesmo período indicam para uma realidade diferente, com condições adequadas para o funcionamento e ensino das crianças. Alguns desses relatórios destacaram que as escolas particulares tinham salas “*espaçosas e arejadas, em ótimas condições para o ensino e aprendizado*”¹³⁷. Isso demonstrou a diferenciação entre o ensino primário público e o privado, alcançando esse último uma qualidade superior. Um problema da sociedade brasileira que perduram até hoje.

A realidade das Escolas Isoladas de Mariana era comum a outras localidades. Analisando alguns relatórios de outras cidades percebemos que os inspetores escolares salientavam as péssimas condições de funcionamento das mesmas. Em geral, apontavam problemas como os descritos no trecho deste relatório de 28 de abril de 1894, à Secretaria do Interior:

Em geral todos esses estabelecimentos de instrução primária resentemse da falta de condições higiênicas. São pequenas casas muitas vezes sem luz e sem a quantidade de ar necessária aos alumnos. Não existem bancos carteiras, nem mesmo bancos simples, não têm livros pelos quaes se possam guiar e aprender faltam livros em branco para a escripturação.¹³⁸

¹³⁴ Ensino simultâneo, segundo consta no Art 2º. da Reforma de Silviano Brandão de 1900, com o Decreto 1348, parágrafo 36.

¹³⁵ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-886, p.50.

¹³⁶ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-3811, sem numeração de página.

¹³⁷ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-886

¹³⁸ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-663, sem numeração de página.

Apesar de todos os problemas das escolas, Mariana teve sua lista de alunos matriculados no ano de 1890 com 7.095 alunos, em 46 Escolas Isoladas, número bem superior às 15 escolas que existiam em 1886, e próximo as 43 escolas que existiam em 1887.

Tabela 4- Lista de matrículas nas Escolas Isoladas da cidade de Mariana em 1890

Número	Localidade	Sexo	Série	Matricula
1	Mariana	Masc.	1ª	60
2	Mariana	Masc.	3ª	271
3	Mariana	Fem.	3ª	171
4	Mariana	Fem.	1ª	78
5	Cadeia	Em branco	3ª	264
6	Barra Longa	Masc.	1ª	76
7	Barra Longa	Masc.	3ª	102
7.2	Barra Longa (adjunto)	Masc.	5ª	53
8	Bento Rodrigues	Masc.	3ª	103
9	Bento Rodrigues	Fem.	4ª	254
10	Boa Vista	Masc.	1ª	73
11	Camargos	Masc.	1ª	63
12	Camargos	Fem.	1ª	79
13	Cachoeira do Brumado	Masc.	1ª	71
14	Cachoeira do Brumado	Fem.	3ª	105
15	Cunha	Masc.	4ª	65
16	Fonseca	Masc.	3ª	106
17	Forquim	Masc.	1ª	67
18	Forquim	Fem.	1ª	148
19	Gesteira	Masc.	4ª	67
20	Inficcionado	Masc.	1ª	64
21	Inficcionado	Fem.	3ª	162
22	Morro de Sant' Ana	Masc.	3ª	160
23	Passagem	Masc.	1ª	72
24	Paulo Moreira	Masc.	1ª	65
25	Paulo Moreira	Fem.	3ª	104
26	Saúde	Masc.	1ª	66
27	Saúde	Fem.	3ª	179
28	Sem Peixe	Masc.	3ª	17
29	Sumidouro	Masc.	1ª	69
30	Sumidouro	Fem.	4ª	252
31	Sant' Antônio das Pedras	Masc.	3ª	278
32	São Domingos	Masc.	1ª	74
33	São Domingos	Fem.	4ª	70
34	São Caetano	Masc.	1ª	68

35	São Caetano	Fem.	3ª	165
36	São Gonçalo de Ubá	Masc.	1ª	75
37	São Gonçalo de Ubá	Fem.	4ª	253
38	São Sebastião	Masc.	1ª	62
39	Santa Rita	Masc.	4ª	281
40	Vargem Alegre	Masc.	3ª	107
41	Vargem Alegre	Fem.	3ª	203
42	Paraizo	Masc.	5ª	189
43	Sant' Ant. do Rio Doce	Masc.	5ª	185
44	Capela da Vargem	Masc.	5ª	335
45	Teixeira	Masc.	2ª	240
46	Mariana (Nocturna)	Em branco	2ª	248
47	Ribeirão do Turvo	Mista	2ª	379
48	Fábrica de tecidos	Mista	2ª	397

Fonte: Arquivo Público Mineiro, cód. IP-75. OBS: Pelo código IP-80 sabemos que as cadeiras que estão em branco quanto ao sexo são femininas.

Não foi possível conhecer qual era a população total de Mariana em 1890, sabe-se que no “*recenseamento nacional de 1872 (realizado em Minas Gerais em 1873, (...) a população marianense foi contabilizada em 42.424 almas – sendo 34.002 livres e 8.422 escravo.*”¹³⁹ Como não houve crescimento econômico expressivo, e Mariana não recebeu correntes imigratórias entre 1873 a 1890, acreditamos que a população do período não tenha crescido muito, o que faria com que 7.095 significasse um número muito alto de matrículas para o Brasil da época. No entanto, como observamos anteriormente, a matrícula não significava o número real de alunos nas escolas, pois era grande taxa de infrequentes. Na verdade, a frequência deste número de alunos matriculados não ultrapassaria a metade, ou seja, menos de 4 mil alunos nas Escolas Isoladas.

O número alto de matrículas se deveu a grande territorialidade que estava sob responsabilidade da Câmara de Mariana, que além das escolas da área urbana contava com mais 23 localidades. Não conseguimos mensurar o que esse número significa pois foram encontrados registros da população de Mariana (seus distritos e freguesias) próximo a 1890, o

¹³⁹ TEIXEIRA, Heloísa Maria. **A labuta sem ciranda**, 2006.

censo realizado em 1873 nas cidades mineiras só foi refeito em 1920, pois os realizados em 1890 e 1900 não contabilizaram a cidade.

Sobre a lista de matrícula é curioso destacar uma escola aberta na Fábrica de Tecidos¹⁴⁰ (escola número 48 da tabela). Esse traço revela não só a mudança no cenário econômico da região, como também uma preocupação em se garantir os conhecimentos básicos aos trabalhadores como ler e fazer as quatro operações. Esta escola foi ainda a que obteve o maior número de matrículas, provavelmente por ser considerada obrigatória a matrícula a quem lá trabalhasse.

Outro ponto a ser destacado da tabela, é o da existência de uma escola noturna na cidade de Mariana que ficou com o segundo maior índice de matrículas, a mais frequentada provavelmente por aqueles que trabalhavam durante o dia, haja vista as inúmeras queixas encontradas nos documentos do Arquivo Público Mineiro e da Câmara Municipal de Mariana da pobreza da população e a falta de condições dos alunos para cursarem as Escolas Isoladas.

Ainda que muitas cartas escritas pelos professores das Escolas Isoladas e que os relatórios dos inspetores ressaltassem as péssimas condições das mesmas, algumas obtiveram sucesso. Na medida de suas limitações, cumpriam com o intuito de garantir um aprendizado básico aos alunos. Como exemplo o relatório do inspetor Silva Campos de 10 de setembro de 1907,

Visitei hoje a escola publica do sexo masculino de Cachoeira do Brumado, regida pela professora efectiva D. Maria Mônica de Souza, achando presentes 33 alumnos.

*Arguidos revelaram adeantamento de leituras, língua pátria, contabilidade, geographia, história do Brasil, calligraphia e exercícos práticos. É a professora muito competente e cumpridora de seus deveres, facto por esta inspectoría observado. Cumpra-se o artigo, nº 11, do Regulamento a que se refere o decreto 1960 de 16 de dezembro de 1906.*¹⁴¹

Já no século XX, o número de Escolas Isoladas em Mariana não cresceu em relação à última década do século XIX. Ao contrário se comparado a alguns dos mapas anteriores, até mesmo diminuiu. O motivo não foi a criação do Grupo Escolar da cidade, pois

¹⁴⁰ Essa fábrica chamava-se São José e acredita-se que pertencia a Igreja Católica, pois teve dois presidentes padres. Em 1902 assumiu a presidência o Padre José Marciano de Aguiar, segundo o jornal O Germinal, 26 de janeiro de 1902. p.2

¹⁴¹ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-2816.

o mesmo só foi inaugurado em 1909. A tabela 5 mostra a relação das Escolas Isoladas que antecedem a criação.

O fato de o número de Escolas Isoladas diminuir correspondia a realidade vivenciada pelo estado de Minas Gerais, com a ressalva de que o índice de frequência estava melhor, como observamos na mensagem do Presidente do estado em 1906,

Em 1897, com a existência de 2.120 cadeiras, havia matriculados 57.410 alunos e frequência de 34.718, e em 1905 a matrícula foi de 54.825 e a frequência de 36.072 alunos, em 1.411 cadeiras. Naquelle anno foi de 499 o número de alumnos aprovados nos exames finais e em 1905 elevou-se a 1.835 esse numero, tendo-se verificado muito aproveitamento por parte dos alunos; -acrescendo que esse resultado, que revela maior esforço e mais dedicação por parte dos professores¹⁴².

Tabela 5- Tabela das Escolas Isoladas de Mariana entre 1903-1907

Ano	Número de Cadeiras	Sexo	Professores	Matrícula
1903	31	16 masculina 14 feminina 1 mistas	1 normalistas 20 não eram normalistas	não consta
1904	30	15 masculina 14 feminina 1 mistas	1 normalistas 19 não eram normalistas	não consta
1905	30	15 masculina 14 feminina 1 mistas	11 normalistas 19 não normalistas	não consta

¹⁴² Mensagem do Presidente da Província de Minas Gerais em 1906, p.53. In: <http://brazil.crl.edu/> (Center for Research Libraries- Global Resources Network)

1906	30	15 masculina 14 feminina 1 mistas	6 normalistas 11 não normalistas nas outras não consta	não consta
1907	30	15 masculina 14 feminina 1 mistas	11 normalistas 19 não normalistas	não consta

Fonte: Arquivo Público Mineiro, códigos: SI-834 e SI-835

O número de Escolas Isoladas diminuiu com relação a tabela anterior, o que corrobora para que o dado apresentado pelo Anuário Estatístico do Brasil, do Instituto Nacional de Estatística, de que o percentual de analfabetos em 1900 no Brasil era de 75% da população permanecesse por um bom tempo.

Se em Minas Gerais o processo de abertura de escolas públicas foi lento, demorou ainda mais nas regiões pouco desenvolvidas. O combate ao analfabetismo perdurou por muito tempo e fazia parte dos discursos do governo central. Em 1922 o presidente da República enviou ao Congresso Nacional a seguinte mensagem,

*O Governo da União não pode nem deve conservar-se impassível ante os prejuízos decorrentes da falta desse preparo. Urge providenciar contra os efeitos do analfabetismo dominante em muitos Estados da República, os quais, por falta de recursos próprios, estão deixando sem remédio eficaz esse grande mal e contribuindo, assim para agravar cada vez mais o nosso atraso social e político.*¹⁴³

Algumas poucas informações sobre os alunos das Escolas Isoladas foram encontradas nos mapas produzidos pelos professores e assinados pelo inspetor responsável¹⁴⁴. Os alunos eram classificados pela sua inteligência, que podia ser: “nenhuma”, “pouca”, “regular”, “alguma”, “bastante” e “muita”. Um critério muito vago para a identificação da efetiva aprendizagem por parte do aluno.

¹⁴³ Mensagem presidencial de 1922. In: **A educação nas mensagens presidenciais**, p. 80. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002962.pdf>

¹⁴⁴ Os inspetores não recebiam salário. Eram nomeados pelo Agente Executivo e deveriam inspecionar a higiene das escolas, a regularidade do ensino moral, a conduta dos professores e revisar os mapas feitos pelos professores e encaminhados a Câmara.

Os funcionários do estado que recebiam esses mapas apontando o grau de inteligência dos alunos não poderiam identificar se eles já sabiam ler, escrever, realizar operações matemáticas ou compreender a geografia e história do Brasil.

Os exames eram a palavra final que determinava quem estava apto a prosseguir os estudos. Eles deveriam acontecer, três dias antes do encerramento das aulas e serem realizados por uma comissão de três examinadores nomeados pelo Agente Executivo, e muitos alunos acabavam reprovados.

Em 1893, alguns acréscimos a Reforma Estadual Afonso Pena são feitos através do Decreto 655. O principal ponto abordado foi o problema de se ter em uma mesma sala alunos de diferentes graus, estudando programas diversos. Como medida auxiliar o Artigo 53 determinou que o professor poderia usar nas duas primeiras classes os alunos “*mais inteligentes e aplicados*” da última classe, e o número máximo de alunos estipulado para cada sala foi 50. Acreditamos, no entanto, que não existiam alunos preparados a ponto de conseguirem ensinar aos demais. O Artigo 60 do mesmo Decreto, a fim de estimular os alunos a terem boas notas, define que as mesmas deveriam ser impressas e os alunos que se destacassem poderiam ser premiados, prática essa que se estendeu aos Grupos Escolares.

Os mapas ainda aferiam sobre o comportamento dos alunos, a maioria indicava “bom”, mas ainda foram encontradas as classificações de “optimo” ou “soffrivel”.

As questões disciplinares pelo menos na legislação, não deveriam usar de meios violentos, como por exemplo, a palmatória. O sistema disciplinar apresentava, tanto na Legislação Estadual como na lei municipal, uma interpretação bem diferente do modo como era administrado no período imperial. A orientação era para a erradicação dos castigos físicos. O texto da Legislação Estadual explicitava que:

Não serão applicadas aos alumnos penas degradantes, nem castigos physicos. A disciplina escolar deve repousar essencialmente na affeição do professor pelos alumnos, possuindo-se aquelle de sentimentos paternaes para com estes, de modo a corrigil-os pelos meios brandos da persuacão amorosa.

Nenhum castigo physico será permittido, ainda quando reclamado ou auctorizado pelos pais, tutores ou protectores dos alumnos.

*O professor que infringir esta disposição fica sujeito á pena de multa e suspensão.*¹⁴⁵

Em Mariana, o Regulamento definia que as penas para os alunos eram de: “1º reprehenção - 2º privação do recreio - 3º retenção de até meia hora depois de findo os trabalhos, 4º - expulsão por um dia, 5º expulsão definitiva”¹⁴⁶, ou seja, a postura adotada pelo estado estava presente também no regulamento do município. Como era de se esperar, uma vez que a maioria das fontes são relatórios e correspondências enviadas ao governo do estado de Minas Gerais, não encontramos registro de castigos físicos nas Escolas Isoladas do período.

No caso dos professores que não cumprissem o regulamento, as penas indicadas pela Legislação Estadual e adotadas pelo Regulamento Municipal eram de: 1º) admoestação, 2º) multa, 3º) suspensão, 4º) demissão. Aos inspetores só cabiam a 1º e 4º penas.

Não só os castigos mudaram como surgiu a iniciativa de premiação aos que se destacavam. Para os professores, o *Regulamento N. 1 da Instrução Publica de Mariana* garantiu que aqueles que demonstrassem aptidão e o maior número de alunos, seriam premiados. Aptidão não só para ensinar o previsto pelo currículo, mas também em questões de higiene¹⁴⁷.

Foi identificada a interferência do ambiente familiar do professor no ambiente de ensino, o que já era de se esperar, uma vez que a maioria das Escolas Isoladas funcionavam nas casas dos próprios professores. Abaixo um dos relatos encontrados,

Venho por esta carta afirmar a V. Ex.cia que não procede a acusação de que meu marido, o cidadão Affonso dos Santos chegou embriagado e causou transtorno na aula que funciona em minha residência no Distrito de Cachoeira de Brumado. O boato se deve as mulheres que nada mais tendo a fazer se põe a atrapalhar a vida de tantas crianças que em decorrência disto podem ser privadas do ensino. Espero reconsideração do caso,

Ercília A. dos Santos

¹⁴⁵MINAS GERAES, Lei N. 41 – de 3 de agosto de 1892, Art. 84.

¹⁴⁶Regulamento No. 1 da instrução publica municipal, AHCMM, L 156, p.14.

¹⁴⁷Desde a segunda metade do século XIX as ações governamentais passaram a adotar as práticas médicas higienistas influenciadas pelo que vinha acontecendo na Europa. Resumindo o controle prescrito pela medicina deveria garantir não só uma política de higiene a ser aplicada nos espaços públicos (como limpeza das ruas, saneamento básico) e também nas instituições, entre elas a escola, para formar o “homem” preparado para a nova sociedade que se almejava (em que reine a ordem e caminhe para o progresso). As crianças deveriam passar por um processo de higienização dos corpos por meio do ordenamento do espaço e do tempo.

Cachoeira do Brumado, 18 de novembro de 1897¹⁴⁸

Esse breve panorama das Escolas Isoladas no final do século XIX em Mariana foi o ponto de partida para o estudo que será desenvolvido acerca do Grupo Escolar de Mariana, resgatando a história fundadora do Grupo Escolar de Mariana e observando em que medida se diferenciou das Escolas Isoladas da cidade. Analisar diferenciais quanto ao ensino promovido nas Escolas Isoladas e no Grupo não será possível, pois não foi encontrado nenhum material produzido pelos alunos das Escolas Isoladas. Assim a análise realizada no capítulo seguinte partiu das legislações, correspondências, atas de reuniões da Câmara municipal, relatórios e jornais para tecer as conclusões.

¹⁴⁸ Arquivo Público Mineiro IP 2/2- não foi encontrada a resposta da Secretaria do Interior ao caso e nem mesmo se o fato descrito realmente aconteceu, no entanto o documento revela o conflito possível de uma escola que funciona tão próximo ao ambiente familiar do professor.

3. Capítulo 3: A República e o Grupo Escolar em Mariana

O modelo dos Grupos Escolares para a educação primária da República, não desconsiderou a herança da educação jesuítica realizada ainda em tempos de colônia. A educação no Brasil foi institucionalizada com a chegada da Companhia de Jesus. Os jesuítas advinham de uma formação rígida e que servia ao propósito da Contra-Reforma de expandir o catolicismo. Nessa questão obtiveram êxito, e no Brasil, os jesuítas deixaram “mais de 20 colégios, além de 17 “casas de residência” (seminários)”, entre 1549 e 1759¹⁴⁹. É na escola jesuítica que se encontrou o modelo para o Grupo Escolar: divisão de alunos por séries, classes com alunos sentados em fila, divisão das salas por nível de aprendizagem, salas separas por gêneros: masculinas e femininas¹⁵⁰.

A matriz da escola jesuítica, que atravessou o Império e chegou a República, teve como base o *Ratio Studiorum* (1599). Um método de ensino que se pautava na disciplina, cumprimento das normas, e utilizava do canto e do teatro para ensinar, além da memorização. O Grupo Escolar de Mariana tinha inúmeras aulas de canto (basta rever as tabelas de horário das disciplinas), e as regras e horários bem delimitados são outras características facilmente identificadas.

Antes mesmo do Grupo, as Escolas Isoladas já se baseavam nas regras contidas no *Ratio Studiorum*. Além da disciplina e da premiação dos alunos que se destacavam, as Escolas Isoladas utilizavam o método mútuo que se valia da memorização na aprendizagem.

Outra marca da educação republicana contida no *Ratio* foi a da intensificação da fiscalização. Dermeval Saviani sobre o conjunto de regras da metodologia jesuítica afirmou que “no *Ratio Studiorum* há a idéia da supervisão educacional. Ou seja, a função supervisora é destacada, abstraída das demais funções educativas e representada na mente como uma tarefa específica, para qual, em consequência, é destinado um agente, também específico”¹⁵¹. O forte caráter fiscalizador foi observado desde as Escolas Isoladas com os inúmeros cargos de fiscalização que se concentravam no Conselho Superior, Conselhos Municipais e Distritais, além dos inspetores ambulantes. Posteriormente no Grupo a

¹⁴⁹ BITTAR, Marisa; FERREIRA JR., Amárico. **Casas de bê-á-bá e colégios jesuíticos do século 16**. 2007, p.52

¹⁵⁰ HILSDORF, M. L. **História da Educação Brasileira**. 2003.

¹⁵¹ SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2008, p. 56

fiscalização foi realizada por inspetores e diretores, que estavam submetidos a fiscalização da Secretaria do Interior de Minas Gerais.

A educação no início do século XX, não foi, portanto, inovadora. Muito se baseou na pedagogia jesuítica, e carregava a idéia de que “*à educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando, à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano*”¹⁵², moldá-los a fim de que se tornassem “os cidadãos”.

Os republicanos são porta vozes de ideais, existentes a muito tempo e já anunciados por Comenio, na **Didáctica Magna**, que defendia a idéia da educação para todas as crianças, “*Que devem ser enviados às escolas não apenas os filhos dos ricos ou dos cidadãos principais, mas todos por igual, nobres e plebeus, ricos e pobres, rapazes e raparigas, em todas as cidades, aldeias e casais isolados*”¹⁵³.

As mudanças referentes a educação não foram muito significativas na cidade de Mariana antes do século XX. O município contava com as Escolas Isoladas no século XIX, espalhadas por suas freguesias e distritos, continham inúmeros problemas para funcionarem. Após o breve panorama das características econômicas e sociais que acompanham o Brasil ao longo de sua história e adentram o cenário do Brasil republicano, e o cenário das Escolas Isoladas em Mariana serão discutidas as questões diretamente ligadas ao primeiro Grupo Escolar da cidade. Em que medida houve uma continuação da educação promovida no período imperial? O que de fato mudou com a “educação republicana”?

3.1- A criação dos Grupos Escolares em Minas Gerais

Os Grupos Escolares não são uma invenção dos políticos mineiros. Tiveram como modelo as instituições paulistas, que por sua vez, buscaram modelos estrangeiros, sendo influenciados pelos europeus. No final do século XIX foram instalados os primeiros Grupos Escolares no Brasil. Em São Paulo, o primeiro Grupo data de 1894, no Rio de Janeiro 1897, no Maranhão e Paraná 1903, e em Minas Gerais foram criados a partir de 1906¹⁵⁴.

Dermeval Saviani, reunindo diversos autores que estudaram Grupos Escolares no Brasil, apontou que a reforma do ensino primário se iniciou em 1890, na Escola Normal de

¹⁵² SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2008, p. 58

¹⁵³ COMENIO, Juan Amos, 1592-1670. **Didactica magna**. 1957, capítulo IX.

¹⁵⁴ VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos Escolares**. 2006, p.7.

São Paulo seguindo modelos de países como a Alemanha, Suíça e Estados Unidos. A primeira iniciativa foi criar a ‘escola-modelo’ anexa a Escola Normal. A Lei n.88 de 8 de setembro regulamentada pelo Decreto n.144B de 30 de dezembro, tinha como questão central o ensino primário determinando que os Grupos Escolares seriam locais que agrupariam de quatro a dez Escolas Isoladas.¹⁵⁵

Apesar de todas as limitações e do esforço quanto à promoção da educação primária ter sido diferenciada entre as diferentes regiões do estado de Minas Gerais, uma maior homogeneização do ensino foi idealizada em 1906 quando assumiu a Presidência de Minas Gerais, João Pinheiro¹⁵⁶. Foi no seu governo que se iniciaram as mudanças no processo de escolarização, com a criação dos Grupos Escolares. O primeiro Grupo Escolar foi criado em 1906, na capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. Recebeu o nome de Barão do Rio Branco e se localizava na região central da cidade. Luciano Mendes Faria Filho que analisou a criação dos Grupos Escolares em Belo Horizonte apontou que a mesma acompanhou o processo de urbanização da cidade, e que, os Grupos Escolares trouxeram visibilidade à modernização republicana além de denunciarem o atraso das Escolas Isoladas¹⁵⁷.

Antes dos Grupos Escolares, as Escolas Isoladas, contavam com “aulas heterogêneas”, crianças de diferentes séries em uma mesma sala, professores que precisavam “redobrar esforços”. Um método pouco eficiente¹⁵⁸. Das Escolas Isoladas foram enumerados muitos problemas no capítulo anterior: a frequência dos alunos era baixa, os espaços e o mobiliário muitas vezes inadequados, apresentavam condições insalubres (funcionavam em porões e salas com pouca ventilação) e muitos dos professores não recebiam uma formação adequada (uma minoria cursava a Escola Normal). Os alunos de diferentes graus ocupavam o mesmo espaço físico e o horário era dividido para que um mesmo professor pudesse ensinar a

¹⁵⁵ SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2008, p.171 e 172.

¹⁵⁶ João Pinheiro da Silva entrou para o Partido Republicano Mineiro com a morte do senador Carlos Vaz de Melo, em 1904. Foi eleito senador em fevereiro de 1905, passando a participar das decisões do partido. Sua indicação pelo próprio Presidente de Estado Francisco Sales partiu de uma medida para evitar que surgisse uma crise em Minas. Na tentativa de conciliar as correntes do sul, liderada por Wenceslau Braz, e as do centro minerador, cujo principal interlocutor era Chrispim Jacques Bias Fortes, João Pinheiro foi eleito em 1906 para a presidência do Estado e Bueno Brandão para a vice-presidência. Durante seu mandato como Presidente de Estado, promoveu reformas educacionais afirmando que a educação seria o “sustentáculo do desenvolvimento econômico que pretendia para Minas”

¹⁵⁷ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **A escola no movimento da cidade**. 2004, p. 91.

¹⁵⁸ MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**, 1962.

todos. Diante de tais condições o modelo de Grupo Escolar, adotado desde 1892 pelo estado de São Paulo serviu como inspiração para a reforma das escolas primárias em Minas e no restante do país.

O modelo do Grupo Escolar foi criado legalmente no Estado de Minas com a Lei nº 439/1906, promulgada no governo de João Pinheiro e Carvalho Britto, ficou conhecida como a Reforma João Pinheiro. Os jornais do período apresentavam João Pinheiro como um dos principais idealizadores das mudanças educacionais, o *Minas Geraes* fez referência à postura de João Pinheiro num texto escrito por Rodolpho Jacob:

*Quanto a obra e educação, de que elle (João Pinheiro) fez também uma parte essencial de seu programma esa deve ser realizada pela reorganização da instrução primária, em bases taes que, assegurando o desenvolvimento moral e intellectual da massa do povo mineiro, a habilitem antes de tudo para uma vida de acção e de trabalho apropriada ao nosso meio (...) De toda essa acção educativa, porem, o que mais avulta e vai ser objecto especial do nosso exame é o grande esforço realizado em prol da instrucção agrícola e primaria do povo mineiro.*¹⁵⁹

Segundo a Reforma de 1906, a escola seria um “*instituto de educação intelectual, moral e física*” (Art 1º). O ensino das crianças, ainda poderia ser ministrado nas Escolas Isoladas, mas estas não tinham o mesmo espaço físico, nem a organização dos Grupos Escolares.

Um dos objetivos da Reforma estava no Art 4º e 5º da Lei 439 de 1906, “*O Governo empregará os esforços possíveis para a difusão do ensino em todos os núcleos de população*”, e, “*Serão adotadas medidas adequadas e eficazes para que a instrução primária se torne realmente obrigatória, determinando-se a idade escolar e isenções*”.

Os Grupos Escolares eram compostos por, no mínimo, 4 salas de aula, em que funcionavam classes separadas segundo a idade e o nível de conhecimento dos alunos (1º, 2º, 3º e 4º anos). Cada classe correspondia a uma série, regida por um professor. Além disso, os grupos “*Só podiam ser criados em cidades, vilas e sedes dos distritos*”¹⁶⁰, ou seja, foram construídos no espaço urbano,

A reorganização administrativa e pedagógica da escola elementar por eles propiciada incidiu na reordenação dos tempos e espaços escolares, na ampliação do currículo, contemplando disciplinas de caráter enciclopédico, e na redefinição

¹⁵⁹ Minas Geraes (órgão oficial dos poderes do estado), Belo Horizonte, 10 de agosto de 1907.

¹⁶⁰ Regulamento Geral da Instrução do Estado, decreto nº 3.191/1911

*do lugar ocupado pela escola no traçado das cidades, posto que os Grupos Escolares se constituíram como uma realidade essencialmente urbana.*¹⁶¹

Na perspectiva da busca pela homogeneização do ensino primário, ficou definido que a organização do Grupo Escolar deveria ser coordenada pelo governo do Estado de Minas Gerais, que assumiu a responsabilidade de determinar a duração do curso primário, a divisão do ensino, o programa escolar, o governo deveria estabelecer:

*1º As condições de matrícula, 2º O dia escolar, 3º Os feriados, 4º O maximo de alumnos de cujo ensino se poderá ocupar um professor, 5º A freqüência mínima necessária para conservação de uma escola, 6º As penas disciplinares, 7º A época e o processo dos exames*¹⁶²

O modelo “Grupo Escolar” correspondia a um novo ideal de racionalização e uniformização do trabalho escolar, seja quanto a conteúdo, horários, condutas, práticas pedagógicas e cultura. A organização do ensino significava uma “*estratégia de atuação no campo do educativo escolar, moldando práticas, legitimando competências, propondo metodologias*”.¹⁶³

A ligação entre as políticas de escolarização e os projetos de construção de nação, já foi identificada por Marlos Bessa,

*A questão da expansão de uma escolaridade elementar e preocupada em formar a futura cidadania é um projeto que perpassa a formação de inúmeras nações modernas, já no século XIX, não apenas na Europa e na América do Norte, mas também no nosso entorno, como a Argentina, o Uruguai, o Chile e o México, de um modo geral nações que tiveram em algum momento de sua história um projeto republicano de nação.*¹⁶⁴

O Regulamento de 1906¹⁶⁵ tratou amplamente da proposta educacional da qual se fez mensageiro: o ensino primário particular; classificação, organização e administração das escolas públicas primárias; quanto ao prédio, mobiliário e material escolar; sobre o corpo docente e seus deveres; matrícula, frequência, suspensão e restabelecimento do ensino; regime escolar, exames, prêmios e férias; escolas normais; inspeção escolar; sobre os aspectos disciplinares relativos aos alunos e professores, incluindo a tabela de vencimentos dos professores. Pelo Programa de 1906 percebemos que os Grupos Escolares além do dever de combater o enorme analfabetismo e educar as crianças, deveriam também ensinar princípios

¹⁶¹ VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos Escolares**. 2006.

¹⁶² Reforma do Ensino Primário e Normal do Estado de Minas Gerais, Lei nº439/1906, Art. 6º

¹⁶³ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**. 2000.

¹⁶⁴ ROCHA, Marlos Bessa Mendes. **Projeto Nacional e Escolarização**. 2006, p.133-134.

¹⁶⁵ Ver ANEXO 4

próprios das nações civilizadas, tomando como referência países europeus e da América do Norte: higiene, educação física, moral, bons costumes, etc.

Os grupos se constituíram em templos da modernidade e competência, principalmente quando comparados as Escolas Isoladas. Uma verdadeira “*repartição pública, com horários de funcionamento, postos, hierarquias funcionais, divisões dos alunos por classes, concentração de crianças e docentes, aparelhamento, higiene, pedagogicamente bem instalado e bem localizado*”¹⁶⁶. Delimitaram o espaço escolar e o separaram da casa do professor, instituindo normas padronizadas para o seu funcionamento.

A legislação mineira e a sua constante modificação no início da República nas questões educacionais indicam uma tentativa de (re)organização do ensino primário. Mas a implantação dos Grupos estava longe de garantir “educação para todos”, até porque poucas crianças tiveram acesso a esses Grupos. Na verdade, um ambiente ideal para que os republicanos pudessem matricular seus filhos, divulgar seus valores aos demais que lá cursavam/matriculavam/frequentavam o Grupo. Um modelo de educação próprio do regime republicano,

*Os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da Nação. A escola primária tornou-se uma das principais divulgadoras dos valores republicanos; por isso, os grupos escolares tornaram-se um símbolo. Era preciso torná-los evidentes, exibi-los, soleniza-los.*¹⁶⁷

Buscando aprimorar a Reforma João Pinheiro, em 1910, a Reforma Wenceslau Brás reorganizou as escolas normais em Minas Gerais, determinando que dentre as matérias a serem cursadas pelas futuras normalistas, deveria estar *Higiene e Educação Moral e Cívica*. E no ano seguinte, o Presidente Júlio Bueno Brandão e seu secretário Delfim Moreira da Costa Ribeiro reformularam a Reforma João Pinheiro, mas as mudanças não foram muito grandes. Sob responsabilidade do Secretário do estado e do Presidente do estado ficaram a administração e fiscalização do ensino público e a inspeção do ensino particular. A fiscalização geral deveria ser intensificada e para tal o governo contava com muitos profissionais: o Conselho Superior da Instrução, inspetores regionais, municipais e distritais, bem como com os diretores dos Grupos Escolares. Em 1911, através do Decreto 3191, de 9 de

¹⁶⁶ VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos Escolares**. 2006, p.84.

¹⁶⁷ SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização**, 1998.

junho, foi então publicado o Regulamento da Instrução. Dentre as mudanças apresentadas, destacou-se o reconhecimento da escola infantil.

Diante das propostas para o ensino nos Grupos Escolares eles foram se espalhando por todo o estado de Minas Gerais e em 1914, o jornal “O Germinal” revelou que

(...)Funcionaram no Estado, em 1914, 122 grupos escolares. Se, como é natural, sofreram alguns delles as consequencias de ligeiras epidemias reinantes nas localidades, e de causas diversa, que occasionaram depressão na matricula e frequencia, pode-se afirmar que do funccionamento desses estabelecimentos, em geral resultam, e bem da instrucção, incalaveis beneficios. Muitos foram os cuidados do governo pela escolha do corpo docente, pelo bom aparelhamento material dos grupos, pela assistencia ao mesmos prestada por intermedio do inspectores regionaes de ensino.¹⁶⁸

A instauração e o reflexo da Legislação Estadual no Grupo Escolar de Mariana, suas especificidades, serão discutidos a seguir.

3.2- O Grupo Escolar de Mariana

A preocupação quanto a uma mudança no modelo das Escolas Isoladas só apareceu nas Atas da Câmara de Mariana dois anos depois da Reforma Estadual de João Pinheiro (1906), que determinou a criação dos Grupos Escolares no estado. Os projetos que se transformaram nas leis para (re)organizar o ensino nesse começo de século XX, trouxeram grandes mudanças ao separar os alunos em séries graduadas e incorporar elementos considerados modernizadores que já haviam sido adotados por outros países, como o método intuitivo¹⁶⁹ e simultâneo de ensino¹⁷⁰.

Apesar de a Reforma de 1906 determinar a criação dos Grupos em Minas Gerais, ainda se passaram três anos para que o de Mariana fosse criado e a criação se deveu em grande parte a interesses políticos. A política, sempre, de uma forma ou de outra interfere na educação das diferentes épocas e lugares. Em Mariana não foi diferente. Quando analisamos o processo de criação do Grupo Escolar na cidade foi identificada uma relação próxima entre o Partido Republicano de Mariana e o Grupo.

Gomes Henrique Freire de Andrade assumiu o cargo de Agente Executivo da Câmara Municipal de Mariana na década 1890, logo após terminar o curso de medicina no

¹⁶⁸ O Germinal – Marianna, 23 de Junho de 1915.

¹⁶⁹ Método advindo da Alemanha do século XVIII. Disseminado na Europa pelos seguidores de Pestalozzi durante o século XIX. Nesse método o aluno raciocinaria a partir da observação direta.

¹⁷⁰ Ver cap.2, p.50

Rio de Janeiro. Filiado ao Partido Republicano Mineiro¹⁷¹ defendia em suas ações os ideais republicanos e iniciou na cidade um movimento para a aceitação da nova forma de governo. Ele não estava sozinho, seu grupo tomou várias iniciativas elencadas no início desse capítulo. Além dessas, estabeleceu um bom relacionamento com a Igreja Católica o que era importante para conseguir espaço na sociedade marianense.

Como membro do Partido Republicano Mineiro, Gomes Freire precisava promover ensino público e gratuito no Grupo Escolar, como já acontecia em cidades próximas a Mariana, como Belo Horizonte. Fundar o Grupo Escolar em Mariana atendia ainda ao que estava previsto na Reforma João Pinheiro de 1906, lembrando que João Pinheiro era amigo de Gomes Freire. Acreditamos que havia também outras questões como: onde estudariam os filhos da elite republicana marianense? No seminário? No colégio das freiras? Nada melhor para eles que uma escola que garantisse a qualidade do ensino para seus filhos, e não se opusesse ao regime republicano. Até então, havia a preparação no Colégio do Seminário para cursarem Engenharia, Medicina e Direito no Brasil ou na Europa, mas não havia um ensino primário, somente o secundário. As filhas recebiam educação em casa (preparavam-se para o casamento), quando muito se tornavam professoras. Onde a elite faria o ensino primário em Mariana? Com professores particulares?

O Grupo Escolar de Mariana foi criado em 06 de julho de 1909 pelo Decreto n.2572¹⁷². Sua festa de inauguração foi grandiosa e contou com verbas da Câmara Municipal que pagou

A Antônio Gomes, proveniente de 15 dúzias de fogos por ocasião da festa de inauguração do Grupo Escolar a razão de 5.000 a dúzia port^a de 9 de Março¹⁷³

A Manoel Teixeira da Fonseca proveniente de músicas que forneceu para as festas da inauguração do Grupo Escolar desta cidade correndo esta despeza pelas verbas eventuais e obras públicas, port^a de 16 de março¹⁷⁴

A Francisco Fonseca da Trindade proveniente de festejos da inauguração do Grupo Escolar, despesas com o almoço ao clero que serviu na missa, prontificou canteiros, etc. Portaria de 2 de junho de 1910¹⁷⁵

¹⁷¹ O Partido Republicano Mineiro (PRM) foi criado em 4 de junho de 1888 e representava os interesses dos republicanos e da oligarquia do estado de Minas Gerais.

¹⁷² MINAS GERAIS, Decreto n.2572, de 06 de julho de 1909, Cria o grupo escolar de Mariana.

¹⁷³ Despesas de Abril de 1910, Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, cód-231, p.163.

¹⁷⁴ Despesas de março de 1910, Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, cód.231, p.132.

¹⁷⁵ Despesas de junho de 1910, Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, cód.231, p.180.

Diferentemente da inauguração das Escolas Isoladas, o Grupo Escolar teve uma festa de inauguração que contou com a apresentação da banda musical e conferiu visibilidade à criação do novo modelo de educação primária que se instaurou na cidade.

O Grupo em Mariana, diferente de outras localidades, não iniciou seus trabalhos em prédio próprio e no ano em que foi inaugurado faltava parte do que era necessário para o seu funcionamento. O material foi providenciado aos poucos. Em 1910, por exemplo, chegaram as seguintes mobílias: armário para gabinete do diretor, mesa com gavetas, mesa para professor e quadros-negros, como vemos abaixo,

Recebi do Senhor Collector Thesoureiro da Câmara Municipal, Arestide Ferreira Mesquita a quantia de seis centos e vinte e nove mil reis importância proveniente de diversas peças de mobília para o Grupo Escolar d'esta cidade conforme a conta apresentada nesta data. E por ter recebido mandei passar o presente em duplicata, sendo a primeira sellada. Marianna, 14 de junho de 1910. João Praga¹⁷⁶

Com a denominação de Grupo Escolar de Mariana permaneceu até 1914, quando passou a ser denominado de Grupo Escolar Gomes Freire. Em 1931 recebeu o nome de Grupo Escolar Dom Benevides, coincidindo com a inauguração do prédio próprio em que permanece até hoje a atual Escola Estadual Dom Benevides¹⁷⁷.

Conforme apontado nos capítulos anteriores, no final do século XIX acirraram-se os debates em torno da educação e da sua importância para o Brasil. O país precisava se modernizar e construir uma identidade nacional, sem que pesasse o fato de ter acabado de passar sua mão-de-obra de escrava para livre. Neste contexto opinavam políticos, intelectuais, grandes proprietários de terra, a Igreja Católica. Muitos dos discursos políticos destacavam o valor da educação na preparação das crianças que futuramente se tornariam os “cidadãos” da República. A idéia de que o progresso da nação dependia da educação do povo era fortemente defendida no final do século XIX, basta ler os Pareceres de Rui Barbosa, em 1881, que destacavam que a ignorância era “*chave misteriosa da desgraça*”.

O jornal “O Germinal” de 11 de junho de 1915, apresentou essa idéia de valorização do ensino. Citando o Barão de Macahubas apontava que “*a instrução é um*

¹⁷⁶Arquivo Público Mineiro, SI- 2873, sem numeração de página.

¹⁷⁷A mudança da nomenclatura para uma homenagem a um membro da Igreja Católica coincide não só com a chegada de Getúlio Vargas ao poder nacional, como também com a mudança no governo da Câmara Municipal de Mariana e a ida de Gomes Freire para Belo Horizonte, o que será explicado de modo mais detalhado no item que trata do prédio escolar.

inestimável thesouro, de cujo cofre é o estudo”. Afirmava ainda que foi João Pinheiro, quem começou a resolver os problemas da instrução pública¹⁷⁸. Esse discursava que o analfabetismo desapareceria em Minas Gerais, pois segundo ele *“existem muitas escolas, e até mesmo nos pequenos povoados e em longínquos recantos existem escolas públicas onde os homens amanhã, hoje crianças, vão beber os ensinamentos que lhes preparam o espírito para uma vida fácil, suave e proveitosa e, sobretudo útil a Pátria*”. No entanto, percebemos que essa situação demorou para se reverter e até hoje Minas Gerais é um estado que apresenta alto índice de analfabetismo¹⁷⁹. Além do fato de que muitas das escolas existentes apresentam baixa qualidade no ensino ofertado quando comparadas aos colégios particulares.

O projeto de formação dos cidadãos para a República não se concretizou, os cidadãos não poderiam ser formados de uma hora para a outra. José Murilo de Carvalho fez uma importante consideração acerca dos cidadãos da Primeira República, e dos equívocos cometidos,

*O primeiro era achar que a população saída da dominação colonial portuguesa pudesse, de uma hora para outra comportar-se como cidadãos atenienses, ou como cidadãos de pequenas comunidades norte-americanas. O Brasil não passara por nenhuma revolução, como a Inglaterra, os Estados Unidos, a França. O processo de aprendizado democrático tinha que ser por força lento e gradual. O segundo equívoco já fora apontado por alguns opositores da reforma da eleição direta, como Joaquim Nabuco e Saldanha Marinho. Quem era menos preparado para a democracia, o povo ou o governo e as elites? Quem forçava os eleitores, quem comprava os votos, quem fazia atas falsas, quem não admitia derrota nas urnas? Eram os grandes proprietários, os oficiais da Guarda Nacional, os chefes de polícia e seus delegados, os juízes, os presidentes das províncias ou estados, os chefes dos partidos nacionais ou estaduais.*¹⁸⁰

O Grupo Escolar, logo após sua criação, se tornou destaque na promoção da educação primária da cidade. Mas mesmo assim, o número de matrícula disponível não conseguia ser preenchido. Apesar do bom espaço, professores normalistas e condições bem melhores que as Escolas Isoladas foram encontrados relatos da dificuldade de se alcançar o número de alunos suficientes para preencherem as vagas disponíveis nesses primeiros anos de funcionamento. Em uma das cartas remetidas ao secretário do interior Delfim Moreira, o

¹⁷⁸ Essa posição se deveu ao fato de João Pinheiro ser republicano e por isso, o jornal considera que foi ele quem iniciou a reforma na educação primária.

¹⁷⁹ Segundo os dados do IBGE, em 2008, o índice de analfabetismo no estado de Minas Gerais é de 8,9% da população e de 20,6% da população são analfabetos funcionais. Minas Gerais fica atrás até mesmo do estado do Amazonas que tem 8,3% de analfabetos. In:<http://www.ibge.gov.br/home/> acessado dia 15/09/2010.

¹⁸⁰ CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. 2008, p.43.

diretor o Grupo Escolar relatou que a criação de Escolas Isoladas prejudicou a matrícula no Grupo,

Directoria do Grupo Escolar de Mariana 4 de março de 1910

(...) Científico-vos de que a criação das escolas do morro de Sant'Anna e Vargem, suburbios d'esta cidade, prejudicaram extraordinariamente este grupo como podereis verificar pelas matrículas comparada as com a do grupo.

Tendo V. Ex.cia concedido ao Collegio da Providência d'esta cidade autorização de praticarem dentro do próprio estabelecimento as alumnas do curso normal resultou d'isso a criação pelas Ex.mas Irmãs de uma escola primária gratuita para cuja a manutenção retirarm meninas d'este grupo como podereis verificar cotejando a matricula do Grupo com as alunas da referida escola.¹⁸¹

Neste documento ainda observamos a intervenção da Igreja buscando ministrar o ensino as meninas. Como no Grupo Escolar o ensino era misto, muitos pais provavelmente preferiam matricular suas filhas na escola primária ligada ao Colégio Providência, que além de restrito ao sexo feminino, ainda cultivava-lhes os princípios cristãos, tão bem quistos pela cidade que abrigava uma das mais importantes Arquidioceses do país. Acreditamos que o número de matrículas no Grupo foi também dificultado pela criação de novas escolas nos distritos, que certamente eram preferidas por aqueles que lá residiam, por causa da dificuldade de locomoção e financeira que teriam os alunos que desejassem estudar na cidade (no Grupo).

3.2.1- O Prédio

Em Minas Gerais os Grupos Escolares refletiram em seus prédios a busca pelo moderno e a prosperidade financeira do estado. Assim como os de São Paulo, escolheram terrenos em lugares centrais das cidades, para a construção de prédios suntuosos¹⁸². Prédios construídos em áreas urbanas que pudessem se tornar símbolo das escolas republicanas.

Ester Buffa e Gelson de Almeida Pinto tratando dos prédios dos Grupos Escolares de São Paulo, afirmaram que

a pujança da economia cafeeira e os incipientes processos de industrialização e urbanização permitiram aos reformadores da instrução pública vislumbrar as escolas graduadas como um melhoramento e um fator de modernização cultural e educacional. (...) O vigor econômico do Estado no período permitiu a construção de escolas com requinte e, em algumas delas, o uso intesivo de materiais importados

¹⁸¹ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-3025, sem numeração de página.

¹⁸² Para saber mais ler: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**, 2000.

*estilos arquitetônicos europeus, o neoclássico e o eclético, utilizamos marcadamente nas construções públicas.*¹⁸³

Essas características também podem ser observadas no prédio da maioria dos Grupos Escolares de Minas Gerais do início do século XX, provavelmente por ser São Paulo o modelo seguido na criação dos Grupos em Minas e porque o estado também dispunha da produção cafeeira e da riqueza daí advinda, como já foi demonstrado anteriormente.

O Regulamento nº1960, referente aos Grupos Escolares de Minas Gerais, em 1906, definiu no Art.49 que “*para a edificação dos prédios escolares o governo fornecerá os tipos arquitetônicos, em desenhos que compreenderão as plantas detalhadas correspondentes*”. Além do fornecimento de plantas para a construção dos prédios o governo de Minas elaborou um pequeno manual com as prescrições e cuidados que deveriam ser tomados na construção dos prédios. Sob a organização de José Dantas, o manual datado de 1908, prescreveu que as acomodações escolares primárias deveriam ter:

*saletas de entrada, onde são collocados vestiários para guardar chapéus e capas das crianças; alpendres largos para facilitar as entradas independentes nas diversas salas; salas de aula bastante espaçosas, iluminadas e bem ventiladas, sendo em número e dimensões calculados a razão de 40 crianças em cada sala, e com um ambiente de mais de 5,m³000 para cada menino; um vasto salão para museu; gabinetes para a directoria e professores; dependências para a instalação de reservadas, e, finalmente, galpões para exercicios physicos e trabalhos manuaes.*¹⁸⁴

Os prédios deveriam ter no mínimo quatro salas de aula, um espaço para biblioteca e para a sala do diretor. Deveriam ser tomados os devidos cuidados com iluminação e ventilação. Quanto às recomendações funcionais, o Decreto nº 3191 de 1911, fez inúmeras indicações de como deveriam ser e o que deveriam conter. Dentre essas a construção de um jardim para o estudo de agricultura e botânica elementar, uma área nivelada coberta para ginástica e evoluções militares. Os artigos 1º, 2º e 3º determinavam parte das características físicas necessárias,

1º. As varandas, construídas do lado oposto a fachada, com separação para os dois sexos, ligando o edifício às dependências do numero seguinte;

2º. Gabinetes, com aparelhos sanitários, dois no mínimo para cada escola, manter closetes e mictórios de porcelana, mármore, ardósia ou ferro esmaltado; lavabos correspondentes;

¹⁸³ BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e Educação**. 2002, p.33-34.

¹⁸⁴Relatório do Secretário do Interior ao Presidente do Estado em 1908. Arquivo Público Mineiro.

*3º. Nos Grupos; um salão para museu e biblioteca; um gabinete para o diretor e que sirva ao mesmo tempo de sala de visitas; um salão para trabalhos manuais, salas de aula, de 4 a 12*¹⁸⁵

O Grupo Escolar de Mariana iniciou suas atividades num prédio alugado, situado ao lado do prédio da Câmara,

Figura 2- Primeiro local de funcionamento do Grupo Escolar de Mariana



Foto do prédio em que se iniciaram os trabalhos no Grupo Escolar de Mariana, acervo da Escola Estadual Gomes Freire

Alguns anos depois, ocupou um prédio à Rua Dom Viçoso cedido para seu funcionamento. Somente em 1931 passou a ocupar o prédio próprio também na Rua Dom Viçoso, no qual funciona até hoje a Escola Estadual Dom Benevides.

Nas atas da Câmara Municipal de Mariana foram encontradas breves referências quanto ao Grupo Escolar em 1908, autorizando o Agente Executivo a adquirir um

¹⁸⁵ Minas Gerais, Regulamento do Decreto nº 3191, 1911, p.216

prédio e reformá-lo com verbas de obras públicas e outras do orçamento vigente. Esse prédio seria doado ao governo, para fins escolares como descreve o trecho abaixo,

*Carlos Candido pedindo a palavra o vereador Pe Santos Faria, propos a Câmara a seguinte indicação: autorizando Agente Executivo a adquirir um prédio para o Grupo Escolar nesta cidade, o digo pedindo a palavra o vereador Pe Santo Faria, foi pelo mesmo submetida a considerações da Câmara uma indicação autorizando o Agente Municipal à adquirir um prédio para um Grupo Escolar nesta cidade, podendo applicar para em fim os saldos da verba a obras públicas e as de outras verbas orçamentárias, o qual posto em votação depois de ligeira discussão foi unanimamente aprovada.*¹⁸⁶

No entanto esse prédio não foi providenciado, o Grupo funcionou provisoriamente em dois prédios até 1931, quando passou a ocupar o local construído e planejado especificamente para o Grupo. Do prédio que ocupou antes de mudar para o definitivo, sabemos que as condições não eram as ideais para o funcionamento de um Grupo Escolar, como pode ser notado no trecho abaixo,

*Ex.mo Presidente
Scientificando-vos de que dei começo aos consertos (...) comunico-vos que desdobrei o Grupo em dois turnos por falta de salas, pois seis salas estão impossibilitadas de receberem alumnos.
Marianna 3 de out. de 1914
José Ignácio de Sousa
Pode ser aprovado o acto do director do Grupo de Mariana
08/10/1913
C.Luz,F.Motta,Carn.*¹⁸⁷

O prédio passou por mais de uma reforma. O primeiro pedido do Grupo Escolar identificado nas correspondências para a Secretaria do Interior é de 1911. Em uma dessas reformas, o Grupo precisou dobrar seu turno para conseguir atender aos alunos,

*Pede o Snr. Director do Grupo de Mariana [em 2 de janeiro de 1914] pagamento da gratificação a que se julga com direito, por ter o Grupo funcionado em dois turnos, durante o mez de setembro passado. Traz attestado de exercício do inspector escolar.*¹⁸⁸

Em uma visita a Mariana, em 7 de novembro de 1914, Delfim Moreira, Secretario do Interior de Minas Gerais, registrou que,

*Funciona o grupo em um prédio antigo, de longa data adaptado para servir a estabelecimento de instrução. Nelle esteve installado o collegio Roussine, em que Cesário Alvim fez o seu curso de humanidades.*¹⁸⁹

O relatório das atividades de 1913 deixou claro que, mesmo com as reformas

¹⁸⁶Arquivo Municipal da Câmara de Mariana, cód.235, Ata de 6 de janeiro de 1908.

¹⁸⁷Arquivo Público Mineiro, cód. SI-3440, sem numeração de página.

¹⁸⁸Arquivo Público Mineiro, cód. SI-3512, sem numeração nas páginas.

¹⁸⁹O Germinal, Mariana, 3 de dezembro de 1914.

realizadas, o prédio ainda encontrava-se em condições inapropriadas,

O prédio que é de propriedade do governo, (...) tem recebido consertos sucessivos e ainda necessita de muitos outros que eram esperados porque sendo o prédio velho no qual se fez simples adaptação, há cinco annos, tem muitos pontos o seu engradamento arruinado em muitos pontos pela acção do tempo e algumas paredes, cujos paus a piques estão podres, abatidas.¹⁹⁰

Apesar das péssimas condições físicas do Grupo Escolar de Mariana outros prédios conseguiram o financiamento para a reforma primeiro. A Escola Normal e o Colégio Providência terminam suas reformas em 1912, com o apoio do Senador João Bawden e Silviano Brandão. Isso provavelmente se deveu a uma briga política entre Bawden e Gomes Freire. O jornal “O Germinal”, apresentou alguns relatos do desentendimento entre os dois, que se traduziram na disputa entre os membros do ex-partido que defendia a monarquia e o republicano liderado por Gomes Freire. O periódico de 25 de dezembro de 1901 trouxe a seguinte declaração dos opositores dos republicanos, liderados por João Bawden:

(...) o que existe em Mariana, não é como se publicou, a oligarquia política dominada pelo Dr. Bawden, mas a segurança dos moradores de Mariana que nesse brioso cavalheiro tem o apóstolo sagrado de sua liberdade e de suas razões. Sabemos que os jacobinos, assalariados do Sr. Dr. Gomes, o inventor de traficantes eleitoraes em Mariana e do espingardeamento do povo desse lugar, nas celebres eleições no início deste degradante regime republicano.

A disputa continuou nas primeiras décadas do novo regime e acabou juntando Bawden aos religiosos de Mariana. A disputa se traduziu também nas bandas musicais da cidade. Bawden tinha a banda “Dr. João Bawden” e Gomes Freire a banda “União 15 de Novembro”, que em 17 de novembro de 1900, se agrediram fisicamente, terminando o incidente com a prisão de oito pessoas. Toda essa disputa política refletiu diretamente no Grupo Escolar que só conseguiu construir seu prédio próprio depois que Gomes Freire deixou o governo da cidade (1930), quando Getúlio Vargas já havia assumido a presidência do Brasil.

O nome que recebeu o Grupo ao longo dos anos também foi reflexo dessa disputa por poder. Era comum homenagear políticos importantes do período. No Grupo Escolar de Mariana se homenageou um político de destaque para o cenário da cidade, Gomes Henrique Freire de Andrade. Em 1914, portanto, além de patrono do Grupo, foi homenageado na nomenclatura “Grupo Escolar Gomes Freire”. Assim permaneceu até que a homenagem se transferiu para um membro da Igreja Católica “Dom Benevides” em 1931, ano em que foi inaugurado o prédio próprio. A construção e doação desse último envolveu uma disputa

¹⁹⁰ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-3460, sem numeração nas páginas. (Relatório das atividades de 1913)

política da época entre o grupo daqueles que estavam no poder local (liderados por Gomes Freire), e seus opositores (o grupo ligado a Igreja Católica). Confrontando os textos do jornal “O Germinal” com outros de cunho religioso, como “O Cruzeiro” e “Opinião Municipal”, percebemos a acirrada disputa política implícita nas iniciativas educacionais, principalmente entre os anos de 1920 e 1930. Tal disputa se traduziu em matérias de tons agressivos, como a que tratou da construção do novo prédio do Grupo Escolar. Em “O Germinal” (republicano), associou-se a construção a uma ação do governo de Mello Viana, executada no de Antônio Carlos e acrescentou que “*o maior trabalho do arcebispado foi indicar para o mesmo local e nome. Além disso, estando o velho grupo a desabar, hora-se de construir forçosamente outro ou privar o ensino de numerosas creanças*”.¹⁹¹

Já os jornais vinculados à arquidiocese de Mariana proferiam que,

*Dom Helvécio, o nosso querido arcebispo é incontestavelmente, o expoente máximo do progresso de nossa terra, que já lhe deve serviços de mais alta valia (...) a construção do Novo Grupo Escolar, um dos melhores do Estado e que veio preencher uma lacuna de ha muito reclamada, por toda população de Mariana, pois, o antigo grupo, além de imprestavel, estava em eminente perigo e se não fosse a intervenção do grande Arcebispo junto aos poderes do Estado, estariam ate hoje centenas de creanças privadas do benefício da instrucção*¹⁹²

Essa disputa, muito mais em prol do prestígio político que de fato uma preocupação com a educação, refletiu um movimento maior em Minas Gerais, no qual a Igreja combateu a laicização do ensino implantado por João Pinheiro, desde a criação dos grupos escolares. A cidade de Mariana e a força do seu arcebispado comandaram todo o movimento, que culminou na introdução do ensino do catecismo nas escolas públicas em todo o estado em 1928. Isso ocorreu durante a gestão de Francisco Campos, Secretário do Interior do governo Antônio Carlos, governo relacionado a construção do prédio do Grupo Escolar de Mariana. Na cidade, a intervenção da Arquidiocese ultrapassou os limites da educação e conseguiu, em 1934, nomear um novo prefeito para a cidade, Dr. Josaphat Macedo¹⁹³. Esse era contrário ao governo republicano local e recebeu o apoio do bispo Dom Helvécio.

O novo prédio foi recentemente reformado para comemoração do centenário da escola, em 2009, procurando resgatar os traços iniciais de sua construção (1931), abaixo uma foto da atual Escola Estadual Dom Benevides após a conclusão das reformas.

¹⁹¹O Germinal, Mariana, 27 de fevereiro de 1934.

¹⁹²O Cruzeiro, Mariana, 2 de agosto de 1930.

¹⁹³O Germinal, Mariana, 28 de fevereiro de 1934. p.1

Figura 3- Fotografia da atual Escola Estadual Dom Benevides, antigo Grupo Escolar de Mariana



Foto da Escola Estadual Dom Benevides, acervo pessoal, 2010

O prédio inaugurado em 1931 situa-se na região central da cidade, tem um grande pátio ao centro, e ao redor desse as salas de aula, o que permitia aos professores e funcionários observar o que acontecia no pátio de qualquer lugar em que estivessem. A construção obedeceu aos cuidados que deveriam ser tomados quanto à luminosidade e

ventilação, utilizando grandes janelas em todas as salas. Muito da estrutura antiga é mantida até hoje, mas um projeto de ampliação do número de salas transformou parte do porão em espaços para se ensinar que não contam com a adequabilidade acima descrita.

A Câmara municipal esteve envolvida na escolha e doação do terreno para o funcionamento do Grupo Escolar, escolher um lugar central era essencial para se dar visibilidade ao novo modelo de escola. Esse processo, no entanto, contou também com intervenções de membros da Igreja Católica. O prédio definitivo do Grupo Escolar localizava-se próximo ao Seminário e ao lado do antigo Palácio dos Bispos¹⁹⁴, além de ter o nome modificado para “Grupo Escolar Dom Benevides”, que permanece até hoje.

Figura 4- Fotografia do interior da atual Escola Estadual Dom Benevides, antigo Grupo Escolar de Mariana



Fotos da Escola Estadual Dom Benevides, antigo Grupo Escolar de Mariana, na comemoração de seu centenário em julho de 2009 (seu interior), disponível em: http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.asp?id_projeto=27&ID_OBJETO=107812&tipo=ob&cp=000000&cb=

3.2.2- Os Mestres

¹⁹⁴O edifício serviu de 1753 a 1927 como residência episcopal de Mariana.

No estado de São Paulo, que serviu como modelo para a criação dos Grupos Escolares no restante do Brasil, a postura com relação aos professores primários mudou no início da República. Rosa Fátima que observou que se investiu na formação de professores e na valorização do magistério por meio da Reforma da Escola Normal e da concessão de melhores salários aos professores. O cargo era ocupado majoritariamente por mulheres, pois o salário não era atrativo para os homens e as mulheres acabaram se sobressaindo nessa área. Outro fator elencado pela autora está no fato de que era a única carreira em que conseguiam ingressar¹⁹⁵.

Pela Reforma de 1906, do ensino primário em Minas Gerais, ficou definido que os professores,

Art.8º - Os professores primários poderão ser efetivos, adjuntos e substitutos.

Art.9º- Os professores efetivos e adjuntos, que devem ser normalistas, serão nomeados pelo Presidente do Estado, e os substitutos, na forma determinada em regulamento.

Iniciou-se também a formação dos professores que ministrariam as aulas nos grupos escolares. Para tal foram criadas as escolas-modelo anexas às escolas normais para que pudessem servir de referência aos demais grupos escolares do estado, a fim de alcançar uma homogeneização do ensino. O Decreto estadual de 6 jun 906 n.1908, também uniformizou a distribuição das matérias do ensino normal pelos quatro anos, assim os programas do mesmo passou a ser igual em todas as Escolas Normais. Isso refletiu na prática quando os professores formados nessas escolas iniciassem seus trabalhos nos Grupos Escolares. A Lei 439 de 1906 no Art.11 ainda determinou que *“perderá a cadeira o professor cuja incapacidade moral ou física para o exercício do cargo for verificada em processo regular, na forma prevista do regulamento”*. Passaram também a premiar o professor que cumprisse perfeitamente suas funções e tivesse o maior número de alunos aprovados. Ser professor do Grupo Escolar exigia um rol de qualidades muito atreladas à moral do cidadão, segundo o Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas de 03 de janeiro de 1907, competia ao professor:

Manter a ordem de entrada dos alunos em classe e sua permanente distribuição; executar o programa no horário estabelecido e conseguir a disciplina nas suas aulas; ter seu cargo e zelar o material escolar; verificar o asseio e higiene dos alunos; fiscalizar os alunos, em horas de recreio, ao ser designado pelo diretor, quando instruiria esses alunos nos exercícios físicos livres e de ginástica do programa.

¹⁹⁵ SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização**, 1998.

Em 1911, entre as funções do professor previstas no regulamento, estava incitar nos alunos o amor a pátria e inspirar-lhes patriotismo claramente um interesse do governo republicano.

O Grupo Escolar, pelo menos em seu projeto, atendia a preocupação governamental quanto ao trabalho desenvolvido pelo professor frente aos propósitos assinalados para a educação, reunidos na formação do cidadão brasileiro. O trabalho docente, portanto, não poderia ocorrer ao gosto do professor ou professora, mas sim constituir-se num trabalho planejado e comum a todos os docentes.

Em 1911 as funções dos professores no Grupo iam além, e estavam ligadas ao projeto republicano de inculcar o amor à pátria nos alunos, pois eles deviam abrir diariamente as aulas cantando o hino da bandeira, além da missão de servirem como exemplo de patriotismo aos mesmos. O regulamento previa ainda que os professores deveriam ser *“exemplo vivo de altivez, independência, coragem, amor ao trabalho, prudência, ordem, sobriedade, temperança, economia, decoro, dignidade e justiça”*¹⁹⁶.

Os primeiros professores a tomarem posse do Grupo Escolar de Mariana o fizeram em 09 de agosto, começando pela *“normalista D. Albertina Guedes, removida da cadeira do sexo feminino do districto de Cattas Altas da Noruega, município de Queluz”*. Em seguida temos: a normalista Ercilia Joannita Ferreira de Mesquita; *“a professora D. Francisca de Paula Xavier de Abreu, removida da 2^a. cadeira do sexo feminino desta cidade para o referido grupo”*; *“a professora D. Francisca Dias Bicalho, removida da primeira cadeira do sexo masculino desta cidade para o referido grupo”*; *“a professora D. Leontina de Godoy, removida da 2^a. do sexo masculino desta cidade para o referido grupo”*; *“o professor José Claudino dos Santos, removido da 4^a. cadeira do sexo masculino desta cidade”*; a normalista D. Leonidia de Castro Queiroz, *“D. Augusta Queiroz de Almeida, removida da primeira cadeira mista desta cidade para o referido grupo.”*¹⁹⁷ Abaixo a foto dos professores e funcionários do Grupo Escolar datada de 1909.

Figura 5- Professores e funcionários do Grupo Escolar em 1909

¹⁹⁶ MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. 1962, p.189-190

¹⁹⁷ Acervo Escola Estadual Dom Benevides, Livro Termo de Posse, p.1, 2 e 3.



Fotografia datada de 1909 pertencente ao Acervo Escola Estadual Gomes Freire¹⁹⁸

Este corpo docente foi responsável pela condução de 8 turmas, duas para cada uma das séries do curso primário, cumprindo com o art.21 do Regulamento de 1906 que determinava “*que todo o curso primário seja ministrado a cada sexo separadamente*”.¹⁹⁹

De 1909 até 1926, só foi identificado um professor, José Pedro Claudino dos Santos. As professoras, segundo o Regulamento de 1906, tinham preferência, pois poderiam lecionar tanto para as classes femininas quanto masculina, ao contrário dos homens que só ficavam com a última opção. Isso também acabou valendo para os demais profissionais da escola que foram em maioria mulheres. Observando o livro de ponto do Grupo de Mariana, só mais dois homens fizeram parte dos profissionais do Grupo até 1926, sendo os dois diretores. Os Grupos da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, apresentavam outra realidade lá a preferência para o cargo de diretor era das mulheres, enquanto no interior os homens

¹⁹⁸ Hoje uma escola de ensino fundamental de Mariana faz a homenagem ao político Gomes Freire e alguns documentos relativos ao Grupo Escolar de Mariana que deveriam estar na Escola Estadual Dom Benevides estão lá.

¹⁹⁹ MINAS GERAIS. Regulamento da instrução primária e normal, aprovado Decreto 1960, de 16 de dezembro de 1906.

preenchiam o cargo²⁰⁰.

Os professores do Grupo Escolar de Mariana eram normalistas e muitos deles formados na Escola Normal de Ouro Preto, o que aponta a escolha dos mais qualificados para ministrarem as aulas nos Grupos Escolares. Aqueles que eram normalistas e que tinha sua cadeira fechada em prol da fundação de um Grupo Escolar que a absorvia, continuavam recebendo o salário até que se formasse uma turma,

*Peço pagamento dos meus vencimentos de 20 de julho a 9 de agosto de 1909 tempo em que esteve esperado a matricula do Grupo de Mariana, sendo promovida de Cattedras Altas de Noruega, município de Queluz para o mesmo grupo.” Albertina Guedes, professora do Grupo Escolar de Mariana. Belo Horizonte, 6 de dezembro de 1909.*²⁰¹

A falta de fontes não possibilitou que se detalhasse a prática docente no Grupo Escolar de Mariana. As leis determinavam como deveria ser o trabalho e os relatórios e correspondências evidenciaram o bom ou mau cumprimento das leis. O que se sabe é que eram normalistas e que houve um grande movimento das professoras que antes ocupavam as Escolas Isoladas se transferindo para o Grupo Escolar.

Descobrimos que algumas das professoras pertenciam à elite da cidade, aquela que conseguia cursar a Escola Normal. Dona Albertina Guedes era filha do 1º Barão de Pirapitingui²⁰², Ercília tem o sobrenome Ferreira de Mesquita herdado de uma família de funcionários do exército que foram para Mariana pelo menos um século antes de o Grupo Escolar existir. O sobrenome Bicalho de Dona Francisca, é o mesmo de uma importante família que se formou em Ouro Preto ainda no século XVIII²⁰³.

Um dos professores esteve diretamente ligado aos republicanos que governavam Mariana. José Pedro Claudino dos Santos, formado na Escola Normal de Ouro Preto, foi eleito vereador da Câmara Municipal de Mariana antes de 1900. Desde o período participou ativamente da mesma. Foi membro do Partido Republicano de Mariana e foi citado diversas vezes no periódico “O Germinal”, como “companheiro” e respeitado professor. Esteve frequentemente nas bancas examinadoras das Escolas Agrícolas da região e só

²⁰⁰ FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**, 2000.

²⁰¹ Arquivo Público Mineiro, SI- 2977, sem numeração de página.

²⁰² http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=578121 acessado em 16/05/2010

²⁰³ **ANTÔNIO Dias Bicalho** nasceu na Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem, Massarelos, Porto-Portugal. Ele casou-se com ANA MARIA de Jesus em 20 julho 1738 em Ouro Preto-MG. Eles tiveram os seguintes filhos: **JOAQUIM Dias Bicalho** nasceu em 1752 em Ouro Preto-MG.; **ANA Dias Bicalho** nasceu em 1755 em Ouro Preto-MG; **MARIA Dias Bicalho** nasceu 1757 em Ouro Preto-MG. Dados retirado do site: <http://br.oocities.com/basededadoscastro/pafg64.htm> acessado em 16/05/2010.

renunciou aos cargos da Câmara para exercer o posto de professor, a ata da reunião da Câmara de 19 de junho de 1900 foi uma dessas situações,

(...) aberta a sessão sob a Presidência do Barão de Camargos (...) o cidadão José Pedro Claudino dos Santos tinha renunciado o cargo da Câmara visto ter sido nomeado professor público de instrução primária de S. Bárbara da Canoas, neste Estado sob projecto dos Snrs: José Volfango, Padre Lessa, Cônego Tobias, Antônio Augusto de Castro e Lopes Camelo.

Outros relatos de professores que se envolveram com a política local foram encontrados e não se restringiram apenas ao Grupo Escolar, essa interferência foi identificada em algumas Escolas Isoladas. Como se pode perceber na carta do professor de Sumidouro de Mariana em 24 de novembro de 1907,

Illmº e Exmº Snr. Dr. Manoel Thomaz de Carvalho Britto

Saúde e Fraternidade

Lendo o <<Minas Geares>> tenho avisos por V. Ex.cia dirigidos a alguns professores do Estado, observando-lhes que obstenha-se das luctas de politicagem local (...) Chamo a atenção para o seguinte: Há neste districto um professor em disponibilidade, o cidadão Manoel Affonso da Silva, o qual além de tornar parte activa no pleito de 1º do corrente mez, estimulou alguns desordeiros, eleitores a pertubarem a ordem.

José Duarte Firmino²⁰⁴

Foram encontrados também relatos de professores que reclamavam sofrer de perseguição pelo inspetor escolar o que revela os conflitos entre professores e supervisão, como se lê na carta remetida a Delfim Moreira, secretario do interior,

(...) peço-vos permissão para levar ao vosso conhecimento que infelizmente sou vítima da manifesta vontade, quiça perseguição do Inspector deste distrito Rev.mo P.e Antônio Philomeno de Oliveira Moraes, que movido pelo interesse de proteger sua sobrinha, referida D. Maria da Conceição Moraes, não cessa de por todos os meios e ao seu alcance até indecorosos e ridículos, crear-me embaraços e dificuldades no exercício de meu magistério que, mênça de Deus procuro desempenhar com zelo, proveito para instrução pública e dignidade.

São Caetano, 14 de março de 1912.

Iracema Neves.²⁰⁵

Aqui cabe destacar ainda o fato de o inspetor ser um padre, fato que concorda com a idéia de que a Igreja, mesmo depois de o ensino ter se tornado laico na Constituição de 1891 continuou ocupando seu espaço nas escolas públicas, seja supervisando, seja formando as professoras que ministrariam as aulas nos Grupos Escolares.

²⁰⁴ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-2902, página sem numeração.

²⁰⁵ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-2902, página sem numeração.

Na prática desses professores eram comuns as licenças de saúde, ou licenças para cuidar de doentes na família. Esses relatos são os mais encontrados provavelmente porque o pedido fazia parte dos tramites legais para se conseguir a licença. Como exemplo um trecho do pedido de 7 de fevereiro de 1914,

“D. Ercília Joanita Ferreira (...) pede 6 meses de licença para tratamento de saúde.”

Abaixo está escrito:

“O Director do Grupo indica D. Augusta Braga para substituir o requerinte referente a licença que foi concedida”

Existiam também licenças sem remuneração como vemos no trecho assinado pelo diretor

Diz o abaixo assignado que tendo obtido do Snr. Director do Grupo Escolar “Dr. Gomes Freire” desta cidade 30 dias de licença para tratamento de saúde sem vencimentos, vem respeitosamente solicitar-vos que digneis mandar consideração a que se refere o artigo 378 do Regulamento Geral da Instrução.

N’estes termos

Para deferimento

E.R.J

Marianna 15 de Abril de 1914.

A servente Cornélia Duarte.²⁰⁶

As licenças eram tidas como um problema para o bom funcionamento do Grupo, pois além de contribuírem para a infrequência dos alunos, ainda, segundo o diretor José Ignácio prejudicavam principalmente porque a professora substituta *“sabendo que ficará na regência da cadeira somente durante a ausência da proprietária, não trabalhará com ardor necessário e, demais, nem sempre se encontra substituto com a devida prática”²⁰⁷.*

Ser professora do Grupo era um cargo de prestígio e de distinção na cidade. Várias vezes as professoras foram elogiadas nos jornais. Elas ainda eram consideradas as intelectuais da cidade, principalmente porque a maioria da população não tinha nem mesmo acesso ao ensino primário. O trecho abaixo retirado do jornal “O Germinal” de 22 de março de 1912 ilustra isso, *“Dona Francisca de Paula Xavier, professora do Grupo Escolar de Mariana, engrandece a nossa cidade com seus ensinamentos e é uma intelectual de respeito em toda a região. Motivo de orgulho para o povo”.*

O cargo de professor ainda permitia que se conseguissem prêmios, pois o governo de Minas premiava aos professores que se destacavam no exercício de seu magistério. O jornal “O Germinal” de 26 de março de 1914 relatou uma dessas premiações,

²⁰⁶ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-3512, sem numeração de páginas.

²⁰⁷ Arquivo Público Mineiro, cód. SI- 3460, sem numeração de páginas. (Relatório das atividades de 1913)

Premio de viagem: Já foi publicada a lista dos 50 professores públicos primários do Estado, que foram recompensados com o premio de viagem a Belo Horizonte, merecendo esta distinção a exma, senhorinha Leonydia Queiroz, inteligente professora do nosso Grupo Escolar, a quem apresentamos as nossas felicitações.

Mas e quanto à atuação pedagógica desses professores? Não foram encontrados documentos produzidos durante as aulas nesses primeiros anos de funcionamento do Grupo. O Regulamento de 1906 permitia que o professor acompanhasse os alunos nos anos do curso primário, ou seja, fosse professor da mesma classe desde a 1ª até a 4ª série, “*Tal providência permitiria ao professor um completo conhecimento de cada um dos alunos, cujo progresso acompanharia sempre orientando-o de acordo com as suas tendências específicas*”²⁰⁸. Mas não se conseguiu avaliar na prática os efeitos disso. A fonte que tratou em parte da conduta dos professores no ambiente escolar foram os relatórios elaborados pelo diretor, mas sabemos da limitação que tal documento apresenta por responder a uma prescrição legal. Os relatórios encontrados, de 1911 e 1913 reservaram uma parte específica para tratar dos professores.

O Relatório das atividades de 1911 descreveu que “*as professoras D. Francisca de Paula Xavier de Abreu, D. Francisca Dias Bicalho e D. Leontina de Godoy que, além de se dedicarem ao ensino com dedicações raras, concorreram eficazmente para a boa disciplina do grupo cumprindo exatamente as ordens emanadas da diretoria.*” Destacando que “*D. Francisca Dias Bicalho, ampliando o método da palavração, criou em especial, cujos resultados se patenteiam no seguinte quadro: com uma freqüência de 52 alunas, promoveu para o 2º. ano 24, para o 2º. semestre 16, restando apenas 12 que vão cursar o 1º. semestre em 1912, destas 12, 8 se matricularam em junho*”.

Não foram só elogios. A supervisão dos professores era feita também pelo diretor. Nessa relação estavam presentes os desentendimentos. No trecho do relatório de 1911, José Ignácio, teceu críticas ao “mau” comportamento de alguns professores,

A professora D. Leonydia de Castro Queiroz, consentiu que sua classe se mantivesse, durante o ano em permanente algazarra e qualquer ordem ou observação da diretoria ou mesmo do Inspetor era, por ela, discutida, dentro e fora do estabelecimento, em termos grosseiros como sucedeu no dia 30 de novembro em que o Sr. Inspetor determinou houvesse encerramento das aulas embora quinta-feira.

A professora Albertina Guedes teve igual procedimento de sua colega Leonydia e além de tudo muito violenta e descortês para com os colegas, diretor e alunos, aos quais trata com pouco carinho antipatizando-se, de vez em quando com determinado aluno a ponto de ser necessário a intervenção da diretoria. E nos dias

²⁰⁸ MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. 1962, p.163.

dos exames manteve-se inconvenientemente irritada, sendo a causa de seu procedimento o fato de ter sido, no 4º. ano, aprovada simplesmente uma sua protegida. Lamento que essas duas professoras procedam assim ultimamente, porque são competentes e inteligentes nas quais depositei muita esperança.

O Regulamento de 1913 apresentou um breve trecho sobre os professores, somente elogiando-as sem tratar de nenhuma pessoalmente, “*Todas cumpriram o seu dever e graças a dedicação das mesmas é que se deve o bom resultado do fim do anno e a boa disciplina do grupo*”.

3.2.3- Administração e Fiscalização

Os diretores e inspetores são personagens importantes a compreensão do cenário do Grupo Escolar de Mariana. Os inspetores fiscalizavam, e ao mesmo tempo aconselhavam aos diretores em sua administração, e, os diretores, assumiam em seus cargos a função de fiscalizar o ensino.

A figura do diretor do Grupo Escolar compunha o cenário de poder na esfera do município, juntamente ao delegado, ao agente executivo e ao padre. Quanto aos critérios para a escolha do diretor, o Regulamento de 1906, é omissivo. Só no Regulamento de 1911 ficou claro quem poderia ser nomeado para o cargo da direção:

Art. 69. Os diretores de grupos são funcionários da confiança do governo; serão nomeados livremente pelo Presidente do Estado; tomarão posse e prestarão compromisso perante o Secretário do Interior, e comunicarão o exercício à Secretaria.

Art. 70. Para as nomeações de diretores de grupos serão preferidos:

- 1. os professores normalistas das escolas urbanas, mantidas no exercício do cargo as atuais diretoras;*
- 2. os cidadãos notáveis por serviços prestados à instrução.*

No art.73 do Regulamento de 1911 são listados 23 atribuições do diretor do Grupo Escolar, dentre os quais destacamos aqueles relacionados à tarefa de fiscalização:

4. Percorrer durante o dia todas as classes, fiscalizando o ensino e a disciplina e dando as providências que se fizerem necessárias;

5. Observar, em particular, aos professores, as irregularidades de ensino e disciplina, verificadas nas suas classes ou fora delas;²⁰⁹

Cabia ao diretor impor penas disciplinares; fazer cumprir o programa e o horário; acompanhar a frequência de alunos e professores; “*cuidar da higiene e saúde dos*

²⁰⁹ MINAS GERAIS. Reg. a que se refere o Dec.n. 3.191 de 9 de jun. de 1911, Tít. II, Cap. VIII, Art. 73.

alunos”²¹⁰ bem com do asseio, guardar e conservar os móveis, os objetos escolares e o prédio. Anualmente deveria remeter ao Secretário do Interior um relatório das atividades “*sobre o movimento do grupo, mencionando nele todas as ocorrências que se derem durante o ano letivo.*”²¹¹

Essa dissertação, que delimitou o início do recorte temporal em 1889, visando acompanhar as primeiras iniciativas do governo republicano em Mariana frente à educação pública primária, se estendeu até o ano de 1915, ano em que José Ignácio deixou a direção do Grupo. Analisando o período escolhido encontramos personagens de forte expressão no ambiente escolar, influenciando-o. O diretor do Grupo Escolar de Mariana é um desses personagens. É preciso lembrar ainda que boa parte dos documentos escolares e os relatórios foram produzidos e/ou assinados por José Ignácio.

Ser diretor do Grupo Escolar era não só um cargo de prestígio, como também conferia centralidade administrativa. O relacionamento com professores e alunos deveria ser próximo para que ele conseguisse cumprir suas atribuições. No entanto, sabemos que nem sempre essa relação se deu de forma harmoniosa, como vimos no item que tratou dos mestres situações de desentendimento ocorriam até mesmo com os professores.

José Ignácio, além de diretor do único Grupo Escolar foi vereador da Câmara Municipal e um dos principais farmacêuticos da cidade. Aspectos da sua vida foram apresentados no apêndice 3 (p.174) . Acreditamos que a forma como conduziu a escola primária esteve diretamente ligada às funções que desempenhou enquanto “braço direito” do político Gomes Freire atendendo aos princípios republicanos, cumpriu o Regulamento previsto para o ensino primário estadual.

A fim de garantir a homogeneidade do trabalho docente, e auxiliar o diretor nos trabalhos de inspeção, tinha-se o inspetor (também chamados de fiscais escolares). Trabalhando em conjunto, o diretor e inspetor, deveriam buscar garantir uma formação comum, reproduzir a racionalidade e o mesmo padrão de trabalho pedagógico em todos os Grupos Escolares do estado.

²¹⁰ MINAS GERAIS. Reg. a que se refere o Dec.n. 3.191 de 9 de jun. de 1911, Tít. II, Cap. VIII, Art. 73.

²¹¹ MINAS GERAIS. Reg. a que se refere o Dec.n. 3.191 de 9 de jun. de 1911, Tít. II, Cap. VIII, Art. 73.

Entre os fiscais escolares existiam os estaduais e os municipais. Esses últimos eram pessoas da própria cidade, o que acabava por colocar o ambiente escolar muito ligado ao poder dos grupos políticos partidários da cidade. A proximidade foi um traço que marcou a educação pública da época, ela conferia prestígio aos políticos. Essa situação advém desde o período das Escolas Isoladas. A Reforma Afonso Pena de 1892, de Minas Gerais, permitia que os fiscais fossem pessoas da confiança do Agente Executivo da Câmara Municipal. Isso fica claro no trecho abaixo, em que o próprio Agente Executivo da Câmara de Mariana indicou as pessoas de sua confiança para serem os inspetores municipais. O que não difere muito da realidade hoje, em que a Secretaria de Educação dos municípios, na maioria das cidades, é coordenada por alguém da confiança do prefeito,

Illm.º Ex.mo Sr. Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão (secretario do interior)

Os muitos affazeres do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Marianna não me permittendo servir ao mesmo tempo de Inspector Municipal solicito a V. Ex.cia as nomeações dos P.e Luis Moreira Ramos para Inspector Municipal, Joaquim Affonso Rodrigues de Moraes supplente, Delegado Litterario de Mariana José Barceto da Trindade e Supplente deste o P.e Manoel Perereira Bernardino, visto recairem em pessoas de toda a minha confiança.

Saude e fraternidade

Marianna, 26 de abril de 1894.

O Presidente da Câmara

Caetano Camello Gomes²¹²

Os documentos consultados permitiram concluir que o cargo de inspetor era uma honra a quem o era indicado para tal, provavelmente pelo prestígio que conseguia os que ocupavam,

Illm.º Ex.mo Sr. Dr. Ministro

Tendo sido honrado pelo governo de Minas com a nomeação de Inspector Municipal de Marianna, communico a V. Ex.cia que já me acho em exercício do cargo e na medida de minha dedicação e confiança, sendo um auxiliar obscuro, homem esforçado e sincero do Governo de Minas.

Saúde e fraternidade

Marianna 23 de maio de 1894

Luíz Moreira Ramos²¹³

²¹² Arquivo Público Mineiro, cód. SI-733, sem numeração de páginas.

²¹³ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-733, sem numeração de páginas.

Dentre os excertos sobre o Grupo Escolar identificamos uma outra forma de inspecionar o Grupo- as visitas. Foram constantes e acabaram se constituindo em uma forma de fiscalizar o ensino. Tornaram-se uma ótima oportunidade para voltar os olhares ao novo modelo de ensino, pois diferentemente das Escolas Isoladas, recebiam muitas autoridades como: bispos, funcionários do governo, pessoas ilustre da sociedade, presidentes dos estados, secretários do interior, autoridades locais, estaduais e de âmbito nacional. As visitas eram relatadas nos jornais. O jornal “O Germinal” de 3 de dezembro de 1914 relatou uma dessas visitas,

Visita do exm. sr. dr. Delfim Moreira a estabelecimentos de instrução em Marianna. (...) O outro estabelecimento de instrução visitado pelo Sr. Presidente do Estado e pela sua comitiva foi o Grupo Escolar “Dr. Gomes Freire”, dirigido pelo pharmaceutico José Ignácio de Souza. (...) Fomos recebidos pelos alumnos, que se achavam correctamente uniformizados. Introduzidos nas salas de aulas pelo director do grupo, foram nos apresentados todos os trabalhos escolares, pelos quaes pudemos ver o apreciável aproveitamento geral dos alumnos. Comparadas as provas de aulas de fevereiro com as de outubro do corrente anno, examinados os trabalhos de agulhas, “crochet”, tecidos de malha, camisa, toalhas e bordados a mão, verifica-se, assim como por um rápido exame oral feito de surpresa, que no Grupo Escolar de Marianna a actual organização do ensino tem sido bem com comprehendida, com real proveito para instrução popular.

3.2.4- Os Alunos

Quem eram eles? Qual o perfil? A escassez de fontes relativas aos alunos do Grupo Escolar de Mariana dificultou muito tecer conclusões sobre os mesmos. Buscamos responder as perguntas: Quem eram os alunos? De onde eles vinham? Qual a origem econômica? Qual a idade? Havia negros? Imigrantes?

Em um dos relatórios encontram-se alunos que carregavam sobrenomes de prestígio na cidade, como os que foram premiados pela melhor classificação nos exames finais,

*Jandira Teixeira de Sousa 1º. prêmio (relógio de prata)
Luiz Franca de Almeida 1º. prêmio (um estojo)
Judith Maria Soares 2º. prêmio
Pedro Muzzi do Espírito Santo 2º. prêmio
Affonsina Stella Guimarães 3º. prêmio
Olga Murthé de Araújo 4º. prêmio²¹⁴*

Dentre esses nomes estava a filha do diretor José Ignácio, que ganhou o 1º prêmio. Um descendente da família Muzzi, e um da família do escritor Alphonsus de

²¹⁴ Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911. Arquivo Público Mineiro, cód. SI-3407, sem numeração de página.

Guimarães²¹⁵. O Grupo Escolar oferecia uma educação consoante com a proposta republicana, o que atraiu principalmente famílias ligadas aos políticos republicanos.

A propósito Ina von Binzer²¹⁶ numa de suas cartas a amiga Grete denunciou sua preocupação quanto ao fato de os fazendeiros não oferecerem ensino aos filhos dos escravos que após a Lei do Ventre Livre (1871) estavam libertos, “*Não estarão percebendo que, agindo assim [não provendo a educação dessas crianças], estão preparando a pior geração que se possa imaginar para conviver mais tarde com seus próprios filhos?*”. Não podemos nos iludir quanto as iniciativas para a promoção da educação dos mais pobres no período, pois mesmo com todas implicações de se ter uma população sem acesso a educação, a preocupação em inserí-los na escola não era uma prioridade.

A Caixa Escolar, criada para angariar fundos para o financiamento do estudo dos mais pobres, foi instituída na reforma de 1911 para Minas Gerais. Outra forma de garantir o essa ação assistencialista foi a criação do “fundo escolar” que ficou criado sobre forma de lei, como se lê no jornal “O Germinal” de 25 de julho de 1915

O deputado Alberto Alvares justificou um projecto de lei creando um fundo escolar, conforme dispõe a constituição do Estado. Esse fundo será exclusivamente destinado a auxilio de assistencia escolar a alumnos pobres das escolas publicas e aquisição de material escolar. Aprovado esse projecto, o governo poderá tornar effectiva a obrigatoriedade do ensino primario, conforme manda a constituição mineira.

Sabemos que crianças pobres tiveram acesso ao Grupo Escolar²¹⁷ pelos auxílios fornecidos pela Caixa. Em abril de 1913 a Caixa Escolar financiou uniformes para os alunos e alunas carentes, com a seguinte curiosidade: aos alunos, 59 ao todo, foi fornecido o tecido e a confecção: “*Pago à D. Antônia Almeida pela confecção de 60 uniformes*”, “*Fazendas e preparos para os mesmos*”; enquanto que as alunas, em número de 57, receberam apenas o tecido: “*218 ½ metros azulina para uniformes para alunas pobres*”.

²¹⁵ Afonso Henriques da Costa Guimarães nasceu em Ouro Preto MG em 24 de julho de 1870. Estudou engenharia e direito. Em São Paulo, colaborou na imprensa e frequentou a Vila Kyrial, de José de Freitas Vale, onde se reuniam os jovens simbolistas. Em 1895, no Rio de Janeiro, conheceu Cruz e Souza. Foi juiz e promotor em Conceição do Serro MG. Considerado um dos principais representantes do movimento simbolista no Brasil morou em Mariana no início do século XX, cidade em que faleceu no dia 15 de julho de 1921.

²¹⁶ BINZER, Ina von. **Os meus romanos**, 1994.

²¹⁷ O aconteceu também em muitos grupos escolares do estado de Minas Gerais. Um pequeno livreto acerca das pesquisas sobre os grupos escolares de Juiz de Fora chama-se “Sementes da Inclusão” e na página 29, descreve que “usufruindo dos benefícios da Caixa Escolar, os alunos mais pobres recebiam uniformes, cadernos, livros e alimentação (sopa diária)”. Para ler mais: YAZBECK, Lola (coord.). **Sementes da Inclusão**, 2007.

Dos 334 alunos matriculados em 1913 no início do ano 116 receberam uniformes por serem considerados carentes, assim temos que 35% dos alunos apresentavam precária condição sócio econômica. Em busca de garantir um bom desempenho desses alunos e de que, ainda que pouquíssimos, conseguissem prosseguir os estudos eram entregues bolsas de estudos do Ginásio. Essa determinação estava prevista na Lei 439 de 1906,

Art 14. Os alunos pobres que mais se distinguirem no curso primário pela inteligência, bom procedimento e assídua aplicação, terão a proteção do Governo para serem admitidos gratuitamente, quer no Gymnasio Mineiro, quer nos ginásios equiparados.

Parágrafo único. O Governo poderá ainda promover a educação profissional, quer dentro, quer fora do território nacional, de alunos pobres que revelarem, decidia aptidão para as artes mecânicas ou para as belas artes.

Também com o intuito de incentivar os alunos, a Caixa Escolar conferia prêmios de honra, como mostra o trecho abaixo,

Caixa Escolar <<Dr. Gomes Freire>>

O preclaro mineiro exm. dr. Estevam Leite de Magalhães Pinto, em affectuoso e delicado cartão, felicitou o menino José de Sousa Novaes, alumno do Grupo Escolar local, a quem foi conferido pela caixa escolar um dos prêmios de honra, que recebeu o nome do felicitante.²¹⁸

Em 1911 foi criada a Caixa Escolar “Gomes Freire”, cujos estatutos foram aprovados em 11 de agosto de 1912,

Creada para o fim de estimular maior frequencia de alumnos em nosso Grupo Escolar, só de 2 ou 3 rubricas as que devem constituir seu patrimônio tem ella auferido alguns recursos a saber: a) jóias e subvenções pagas pelos sócios; b) gratificações pro labore, que perdem os funcionários do Grupo Escolar;c) auxílio da Câmara Municipal.²¹⁹

Os recursos também provinham de algumas atividades culturais desenvolvidas no Grupo Escolar tais como teatro, filmes, apresentações diversificadas, quermesses etc. Tais recursos eram gastos com compra de uniformes, auxílio a alunos com remédios, alimentação, dentre outros. Algumas vezes as arrecadações não eram suficientes para garantir esses itens, tal como se pode ler,

Ex.mo Presidente

Scientifico-vos de que nesta data, a directoria da caixa escolar na impossibilidade de por requerimento instituir a sopa escolar por não suportar esse encargo o respectivo orçamento (...)

²¹⁸ O Germinal, 12 de novembro de 1912.

²¹⁹ Arquivo Público Mineiro, cód. SI 3440, sem marcação de página.

Mariana 3 de maio de 1913

José Ignácio de Sousa (secretário da caixa)²²⁰

A prestação de contas da Caixa era publicada no periódico “O Germinal”, com o intuito de garantir maior visibilidade ao trabalho de seus administradores, o apoio dos antigos colaboradores, além de buscar conseguir novos. Abaixo um trecho ilustrativo dessa prática de prestação de contas,

Em verdade, impressionou admiravelmente aquelle relatório [da directoria extincta da Caixa <<Gomes Freire>>], porque é para se admirar que uma instituição de tal natureza, num meio infelizmente refractario a tudo que encerra uma idéia altruista nos moldes de uma efficacia duradora, tinha, em tão pouco tempo, se desenvolvido tanto. Os algarismos são de uma clareza eloqüente na apreciação dos benefícios e fica-se por saber a quem mais se louve: si a benemerência dos sócios que concorrem para a educação primaria dos meninos pobres ou si a dedicação e critério do secretario e administrador da caixa. Eu, por mim, dou por iguais os méritos destes dois factores que conjugados, são a razão do florescimento desta nobre instituição.

O motivo deste adiantamento está, pois, na administração conscienciosa e direita dos rendimentos sociaes e na isenção de interesse pecuniário e próprio com que é administrado o serviço medico pelo patrono da caixa, Dr. Gomes Freire, e pelo secretario e diretor do Grupo, pharc. José Ignácio de Souza, com conhecimento de clinica auridos na pratica da profissão que por longo tempo exerceu.²²¹

A clara homenagem ao político Gomes Freire na caixa que se chamava “Caixa Escolar Gomes Freire”, remete a busca pela aceitação dos políticos. Este propósito ultrapassou os muros da escola e alcançou as resoluções da Câmara, contribuiu financeiramente para que o bom funcionamento da Caixa Escolar fosse mantido. Isto foi possível, porque à época Gomes Freire era também presidente da Câmara e Agente Executivo. José Ignácio e Pedro Claudino, respectivamente diretor e professor, eram vereadores.

O jornal “O Germinal” contribuiu diretamente na divulgação do funcionamento da Caixa Escolar, fazendo notar também sua importância para que as crianças tivessem acesso ao Grupo Escolar,

Caixa Escolar ‘Dr. Gomes Freire’

De conformidade com os estatutos, realisou-se no dia 22 do corrente, em um dos salões do Grupo Escolar <<Dr. Gomes Freire>>, a reunião dos membros desta grandiosa instituição beneficente, para eleger a sua nova directoria que deverá [di]rigir os seus destinos no período de 1914 a 1915. nesta reunião foi apresentado pelo exmo snr. Senador Gomes Freire, presidente da Caixa Escolar, minucioso relatório, pondo em evidencia os optimos e reais serviços prestados por tão bella

²²⁰ Arquivo Público Mineiro, cód. SI 3440, sem marcação de página.

²²¹ “O Germinal”, Mariana, 20 de março de 1914.

instituição á infância desprovida dos bens da fortuna e que freqüentam este acreditado instituto de ensino.

(...) A receita para o exercício de 1913 a 1914, que foi orçada em 1:778\$166rs., elevou-se a 1:801\$853r (...) cuja applicação mereceu o maior escrúpulo, foram assim distribuidas: 120 uniformes para os alumnos pobres de ambos os sexos; merenda a 25 meninos diariamente a contar do mez de março de 1913. Alem disto, forneceu a caixa escolar medicamentos e assistência medica a grande numero de alumnos e dez destes a respectiva dieta durante a enfermidade. A assistência medica foi prestada gratuitamente pelo desvelado director do grupo, que é pharmaceutico e em casos mais sérios, pelo patrono do mesmo. O Snr. senador Gomes Freire, que vota o maior carinho a este instituto de ensino, em tão feliz hora, fundado por elle em nossa terra.²²²

O trecho acima enaltece Gomes Freire e José Ignácio, que além de prestarem um bom serviço à frente da Caixa-Escolar, ainda realizavam atendimentos médicos gratuitos aos alunos, o que evidenciava especificamente aos políticos.

Nos relatórios enviados anualmente ao Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais também eram explicitadas as ações a Caixa Escolar. O Relatório de 1911 registrou a criação da Caixa, que se deu num momento cívico- a Festa da Bandeira. O Relatório referente ao ano de 1913 apresentou maiores considerações e revelou um pouco da realidade de uma parcela dos alunos que frequentavam o Grupo Escolar. Segundo o diretor do Grupo, José Ignácio, os alunos estavam abusando do auxílio fornecido pela Caixa, Segundo ele só iam ao Grupo quando tinham fome, em busca de merenda, e para conseguirem o uniforme.

Os mais precisados são, justamente, os que menos merecem, n'elles fallecem quase sempre todo o sentimento de nobreza e estimullo, devido ao meio em que nasceram e vivem, infelizes votados desde de cedo, ao sacrificio da mendicidade. E por isso não é raro ver-se meninos procurarem o Grupo Escolar com o fim exclusivo de obter uniforme, ideal que uma vez realizado, ao Grupo Escolar não voltam mais, ou só comparecem as aulas nos dias em que a miséria paterna não lhes pode offecer uma côdea de pão.²²³

Vai além, indicando que os alunos que não mantivesse a frequência precisavam ser punidos com internações em algum prédio público para que não se instalasse no ambiente escolar o “argumento da malandrice”, assim, segundo o Diretor. Destacou que era importante também que os educadores não se criasse a idéia de “*que o educando é necessário a escola, tanto que lhe paga para frequental-a!*”. Para o diretor o Estado devia intervir quando o aluno desacreditasse que fosse importante a escola e seus pais nada conseguem fazer,

²²² Jornal “O Germinal”, Mariana, 28 de fevereiro de 1914.

²²³ Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1913. Arquivo Público Mineiro, cód. SI-3460, sem página numerada.

*D'ahi a necessidade de intervenção dos poderes públicos no legítimo direito de defesa contra o futuro não cidadão encadernado n'esta criança.*²²⁴

Apesar de todo financiamento e a proposta de fazer do Grupo um espaço de todos os documentos apontaram que cerca de apenas um terço dos alunos eram pobres e conseguiram frequentar o Grupo com as ajudas recolhidas pela caixa escolar.

3.2.5- O Currículo

Mariana não contava com a riqueza do café que sustentou a economia do período da Primeira República, enquanto produtora de pequenos gêneros alimentícios contava ainda com resquícios da elite que viveu os tempos áureos da mineração, alguns fazendeiros, comerciantes, inúmeros ex-escravos e pessoas pobres. Preparar as crianças e ensinar-lhes o valor do trabalho era importante para a própria sobrevivência da economia que retomou suas atividades agrícolas no século XIX. Lembrando que a sociedade que até pouco tempo associava o trabalho a escravidão. No Brasil, a escravidão afastou uma formação para o trabalho livre, mesmo com sua abolição restou a associação do trabalho a algo depreciativo. Só mais tarde, com os imigrantes já estabelecidos, o trabalho livre foi ganhando credibilidade. O início do século XX marcou essa mudança com a organização dos trabalhadores nas primeiras greves. Diante da visão que a classe dominante tinha dos trabalhadores, como pouco inclinados aos trabalhos e propensos a crimes e vícios, tornou-se uma necessidade, sobretudo depois das primeiras organizações dos trabalhadores, garantirem a formação do trabalhador do país. A Reforma de Nilo Peçanha, em 1906 instituiu Escolas Profissionais na capital brasileira e criou em 1909 os Institutos Escolas de Aprendizes Artífices. Nilo Peçanha, presidente do Brasil (1909-1910), via como uma boa saída empregar os homens que se encontravam desocupados nas cidades e que poderiam contribuir para o desenvolvimento nacional através do avanço da indústria, que resolveria conseqüentemente, segundo ele, os problemas econômicos. Luiz Antônio Cunha apontou que seria

*O emprego da população urbana desocupada (que, de outra forma, poderia provocar inquietações e revoltas) e a criação de condições para seu bem-estar eram vistos como a contribuição da indústria para resolver a chamada questão nacional.*²²⁵

²²⁴ Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1913. Arquivo Público Mineiro, cód. SI-3460, sem página numerada.

²²⁵ CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2000, p.15.

Paralelamente a essas novas instituições de ensino com objetivos profissionalizantes, os Grupos Escolares acrescentaram ao seu cotidiano ensinamentos de trabalhos manuais e aprendizados agrícolas. No Grupo Escolar de Mariana isso não foi diferente. Era importante atribuir valor ao trabalho manual. Mesmo na educação das meninas havia também a preocupação em prepará-las para os afazeres domésticos (preparação para o casamento) e ensinar, as que necessitassem um ofício para auxiliarem no sustento de suas famílias.

Além disso, mesmo que em Mariana o aparecimento das fábricas não tenha ocorrido como em São Paulo no mesmo período, o industrialismo que estava chegando ao Brasil atingiu, ainda que de forma diferenciada, várias regiões do país. Ele refletiu na homogeneização e organização que passou a exigir do ensino primário na preparação da criança com regras, horários rígidos e planejamento das atividades. No Relatório de 1911, o diretor do Grupo Escolar, refletiu essa preocupação da realização do trabalho manual, e ao prescrever aulas anexas de trabalhos manuais no Grupo Escolar rompendo com a concepção que vinculava a atividade manual à escravidão, além de propiciar o aprendizado de um ofício para aqueles que dele necessitassem. No entanto a ligação com o “mundo do trabalho” no ambiente do Grupo é feita por muitas mediações e não podemos considerar que o ensino dos trabalhos manuais era simples e puramente voltado para a profissionalização, pois o aluno pobre também aprendia todo o restante do currículo e se preparava, assim como elite, inclusive para falar em público através das rigorosas provas orais. É interessante registrar que para essas aulas práticas haveria uma sustentação teórica nas aulas de geometria, desenho linear e aritmética,

*Seria de grande vantagem a criação de um campo prático de agricultura, anexo ao grupo, que viria ensinar os meninos a amar a terra, as arvores e o trabalho, rompendo, deste modo, com preconceitos mal entendidos de muitos, para o quais o trabalho é humilhante.*²²⁶

No jornal “O Germinal” há elogios feitos pelo Inspetor Francisco Leocádio aos trabalhos manuais realizados pelo Grupo de Mariana, ressaltando neles o “aproveitamento” para a instrução,

Fomos recebidos pelos alumnos, que se achavam correctamente uniformizados. Introduzidos nas salas de aulas pelo director do grupo, foram nos apresentados

²²⁶Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911, Arquivo público Mineiro, cód. SI-3407, sem numeração de página.

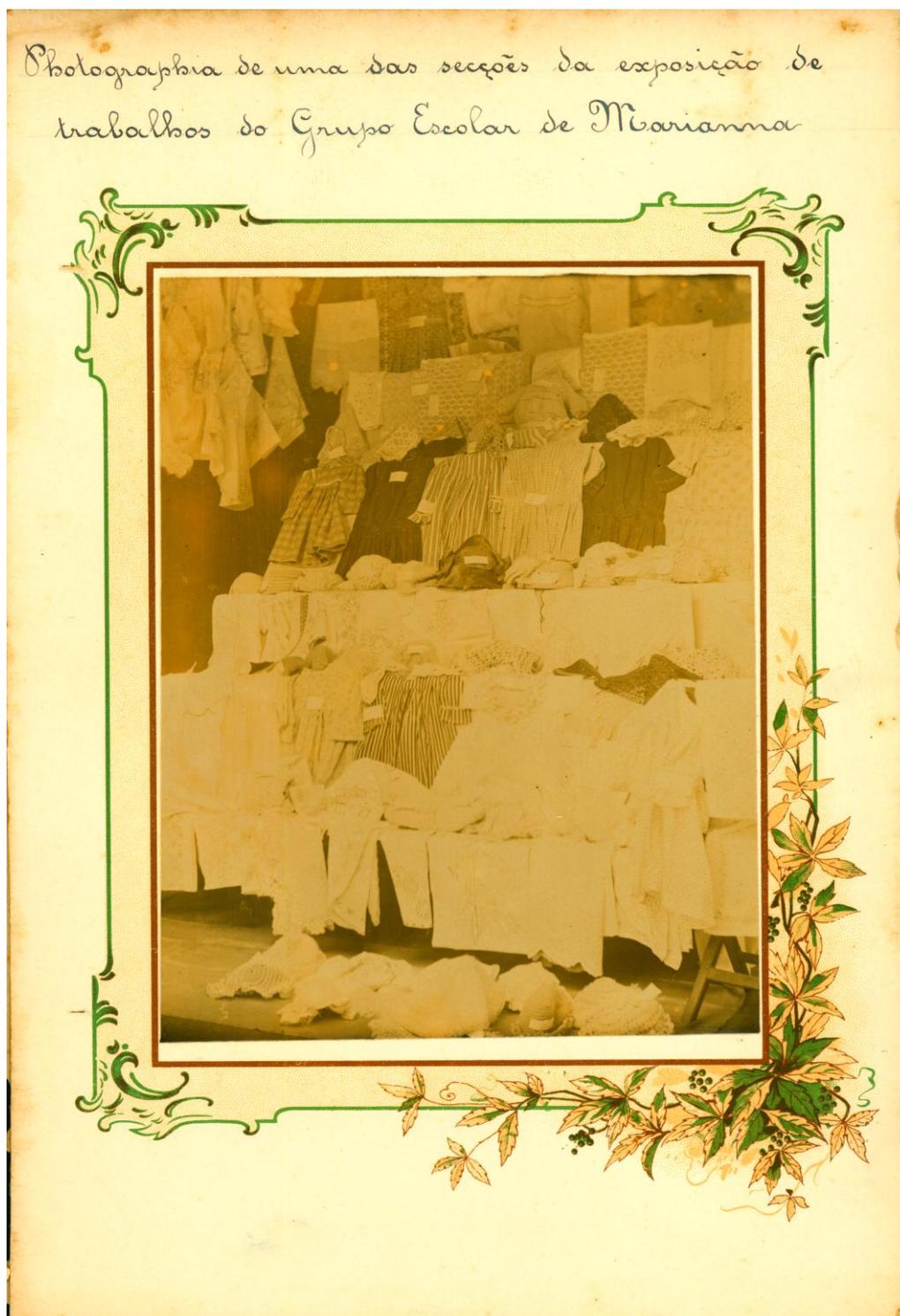
*todos os trabalhos escolares, pelos quaes pudemos ver o apreciável aproveitamento geral dos alumnos. Comparadas as provas de aulas de fevereiro com as de outubro do corrente anno, examinados os trabalhos de agulhas, “crochet”, tecidos de malha, camisa, toalhas e bordados a mão, verifica-se, assim como por um rápido exame oral feito de surpresa, que no Grupo Escolar de Marianna a actual organização do ensino tem sido bem comprehendida, com real proveito para instrucção popular.*²²⁷

Os trabalhos continuaram sendo expostos ao final do ano letivo, como se lê no relato de “O Germinal”, “Nos dias 27 e28 do mês passado foram feitos os exames nos alunos, terminado os exames foram expostos os trabalhos manuais. (muitos bordados e roupas para as crianças)”²²⁸. Essa prática perpassou todo o período contemplado pela pesquisa e se deteve nas atividades agrícolas para os meninos e bordados e costura para as meninas. A exposição dos trabalhos manuais realizados pelos alunos acontecia anualmente. A propósito foi encontrada uma fotografia da exposição de 1913:

Figura 6- Trabalhos manuais confeccionados por alunas do Grupo Escolar de Mariana em 1913

²²⁷ Jornal O Germinal, Mariana, 03 de dezembro de 1914.

²²⁸ Jornal O Germinal, Mariana, 13 de dezembro de 1914.



Fotografia dos trabalhos manuais das alunas do Grupo Escolar de Mariana no ano de 1913, acervo do Arquivo Público Mineiro.

Os discursos sobre a importância dos trabalhos manuais carregavam ainda uma influência das idéias liberais, nas quais o ensino primário bastava aos mais pobres e que com

isso adquiririam ainda uma habilidade para trabalhar, cabendo aos privilegiados economicamente darem continuidade ao estudo. Essa idéia esteve presente nos discursos ao relacionar o “bem” que fazia o Grupo Escolar em ensinar ofícios aos meninos e meninas pobres de Mariana. Isso era considerado suficiente para que conseguissem uma profissão e melhorarem suas vidas a partir de seus esforços. Os discursos dos políticos vinham recheados de patriotismo de uma nação que queria garantir “a formação de todos”, mas sem esclarecer que esta não seria nem para todos e muito menos em todos os níveis.

A rotina dos Grupos Escolares foi organizada de forma diferente da que ocorria nas Escolas Isoladas, o que também dificultava a garantia do número de alunos. O compromisso em proporcionar um ensino de maior qualidade passou a exigir que os alunos, os pais, os professores, se adaptassem a nova organização de ensino. O tempo passou a ser controlado, com horários específicos para cada disciplina e dias reservados para as comemorações cívicas. Essa organização refletiu na vida dos alunos e de seus familiares que precisaram se adaptar aos novos horários. Isso gerou resistência, como pode ser observar no pedido do diretor do Grupo ao secretário do interior em 25 de maio de 1914. Quase cinco anos depois de inaugurado ainda causava transtornos, seja quanto a distância entre o Grupo e casa dos alunos, seja quanto aos novos programas e horários diferentes dos quais já estavam habituados,

*O director do Grupo Escolar de Mariana em nome do corpo docente do estabelecimento que dirige, pede para a aula de costura funcionar das 10 às 11 da manhã em vez de ter logar das 15 as 16. Allega: 1º Que em Mariana é comum que se almoce as 9 e se jante as 15; 2º que, por tal motivo, são contínuos os pedidos para que se retirem do Grupo as 15 horas; 3º que, a tarde, já os alumnos estão fatigados, com fome, ficando em consequência desta desatentos.*²²⁹

A organização do horário foi acompanhada de uma reestruturação do currículo. Na Lei 439 de 28/09/1906, que reformou o ensino primário mineiro, o currículo deveria ser seguido a risca pelos Grupos e professores. A carga horária estipulada diariamente era de 4 horas, e podia ser ministrada nos seguintes horários: das 10h às 14h ou 7h às 11h ou 12h às 16h. Buscar a homogeneização do ensino era o objetivo dessas medidas. O Grupo Escolar de Mariana funcionou das 10h às 14h, e às vezes tinha uma aula após esse período da disciplina de trabalhos manuais, principalmente a de bordados e costura para as meninas. E chegou a funcionar em dois turnos em 1914, período em que seu prédio passou por reformas.

²²⁹Arquivo Público Mineiro, cód. SI-3512, sem página numerada.

As matérias definidas pela legislação mineira foram: Leitura, Aritmética, Escrita, Canto, Língua Pátria, Geografia, História do Brasil, Exercícios Físicos, Geometria e Desenho, Instrução Moral e Cívica, História Natural, Física e Higiene, Trabalhos (manuais), ver ANEXO D. Na divisão dos horários a disciplina de trabalhos [manuais], ganhou espaço e esteve presente o horário regular da 1ª, 2ª e 3ª séries. O que possibilita que em algumas localidades de Minas Gerais, o Grupo Escolar possa ter servido para preparar as crianças para o trabalho.

Os exercícios físicos também ganharam espaço no novo currículo. No Programa do Ensino Primário, de 30 de setembro de 1906, estavam previstos os exercícios físicos que seriam, segundo como consta no Decreto n.1947, *“Brinquedos em movimento, com assistência e intervenção do instrutor. – Continuação das evoluções militares, com mais aperfeiçoamento; - As alunas brincarão em liberdade, no pátio, alternando este exercício com o de extensão e flexão de músculos, executado metodicamente no salão, ou no pátio, a sombra”*. Essa disciplina que incluía ginástica e exercícios militares começou a ser ministrada desde o fim do século XIX, com o intuito de desenvolver nos alunos a agilidade e corpos mais saudáveis. No Grupo Escolar de Mariana essa prescrição foi atendida. Em uma das cartas remetidas a secretaria do interior, o diretor avisa ter convidado um *“official inferior da Brigada para a administração aos alumnos d'este estabelecimento, os conhecimentos das evoluções militares”*.²³⁰

As aulas de canto também chamam atenção, pois aconteciam duas vezes ao dia, em todas as séries. No Grupo Escolar de Mariana, assim como em outras instituições de ensino, as aulas de canto se constituíram em momentos de fundo patriótico e cívico. Muitos hinos, e marchas acabaram sendo incluídos nas determinações pedagógicas. Outro ponto de vista que pode ser aqui levantado é a facilidade em se decorar as canções e as melodias, que já vinham sendo utilizadas pela Igreja como parte integrante de sua liturgia. Talvez, isso tenha sido transferido para o ambiente escolar por já ter obtido sucesso no catecismo católico.

Para a aplicação de todo o conteúdo previsto no currículo havia restrições quanto ao material didático, só podia ser utilizado o indicado pelo governo,

Os livros, utensílios, modelos etc., serão uniformes em todas as classes, não podendo o professor ou o aluno adotar outros que não sejam os recomendados pelo

²³⁰ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-3025, sem numeração de página.

governo”; [...] “nas lições de leitura, a qualquer das classes, o professor deverá ler, previamente, o trecho dado, em voz alta e com expressão, de modo a ser bem ouvido por todos os alunos, que o imitarão repetindo a mesma leitura.”²³¹

Da identificação do material escolar utilizado no Grupo Escolar de Mariana encontramos: Livros de Vianna, Livro de Primeiras Letras, Anuários de Minas Gerais, Mapas de Minas Gerais, Mapas de Minas Brigueit, Mapas do Brasil, Livros de Cultura dos Campos, Contos Pátrios.²³² Todos fornecidos pelo governo de Minas Gerais e em quantidade inferior a necessidade do Grupo nesses primeiros anos de seu funcionamento.

O método utilizado, já mencionado anteriormente, encontrado em correspondências foi o intuitivo. As aulas de Língua Pátria e Leitura no Grupo Escolar de Mariana utilizavam o método de “*syllabação, palavração*²³³ e *sentenciação*²³⁴” na alfabetização dos alunos, durante o período observado (1909-1915). Por diversas vezes foram encontradas queixas de falta de compêndios necessários nesse método o que prejudicava a uniformização da leitura nas turmas, segundo o diretor do Grupo. Essa falta de material também teve reflexos no ensino de Aritmética que por não contar com material suficiente para ensinar através do método “*analytico*”²³⁵, precisou utilizar em paralelo o “*synthetico*”²³⁶. O diretor discordava das substituições, pois considerava que o método “*analytico*” era o que “*dava melhores resultados mesmo porque é o mais natural*”²³⁷.

Os alunos ainda deveriam realizar atividades fora do espaço da sala de aula como excursões e lições, a idéia de realizar experiências que possibilitassem a aprendizagem começou a ser difundida e a prática ganhou espaço diferentemente do que ocorria nas Escolas Isoladas. Dentre as atividades previstas estavam,

²³¹ Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Minas Gerais. Decreto nº 1.969/1907, Art. 17º e 34º

²³² Arquivo Público Mineiro, cód. SI- 3831 e cód. SI- 3811, sem numeração de página.

²³³ Palavração: diz respeito ao estudo de palavras, sem decompô-las, imediatamente, em sílabas; assim, quando as crianças conhecem determinadas palavras, é proposto que componham pequenos textos.

²³⁴ Na *sentenciação* formam-se as orações de acordo com os interesses dominantes da sala. Depois de exposta uma oração, essa vai ser decomposta em palavras, depois em sílabas.

²³⁵ Trata-se de método *intético*, de acordo com o qual se inicia o ensino da leitura com a apresentação das famílias silábicas. Métodos analíticos para o ensino da leitura seguem o caminho do “todo” para as “partes” e consistem em uma “[...] maneira de ensinar introdução à leitura que começa com unidades completas de linguagem e mais adiante as divide em palavras ou as palavras em sons”. Diferentemente deles, os métodos sintéticos seguem o caminho das “partes” para o “todo” e consistem em “[...] ensinar introdução à leitura começando por partes ou elementos das palavras, tais como letras, sons ou sílabas, para depois combiná-los em palavras.” In: HARRIS, T. L.; HODGES, R. E. (Org.). **Dicionário de alfabetização**. 1999, p. 182 a 185.

²³⁶ É um método que parte das partes para o todo, do desconhecido para o conhecido.

²³⁷ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-3460, sem numeração de página. (Relatório das atividades de 1913)

*As excursões fora da escola seriam feitas em horas diferentes das destinadas às aulas. As lições de Língua Pátria, Aritmética, Geografia, Geometria e outras seriam alternadamente feitas com provas práticas e escritas, em todas as classes.*²³⁸

Ainda quanto às atividades a serem desenvolvidas no Grupo Escolar, o regulamento demonstra a clara influência do higienismo na prática da escrita, pois a caligrafia deveria ser vertical²³⁹. O Decreto nº 1947, de 1906 de Minas Gerais apresentou no parágrafo I que *“Não se permita que as crianças fiquem entregues a si mesmas, ao traçarem as primeiras letras, devem ter a mão educada no modo de pegar a pena e manejá-la de acordo com tipo de letra adotado.”*

O currículo também refletiu as propostas do higienismo. Consoante ao modelo europeu, os cuidados com o corpo tornaram-se importantes não só para o indivíduo, mas para toda a sociedade. A preocupação com o corpo associou-se a força que ganhou a ciência no período, e que era demonstrada na fala de intelectuais quando destacavam que a disciplina era importante para as crianças em seu desenvolvimento físico e intelectual. As concepções dos médicos higienistas começaram influenciar o Brasil ainda no século XIX, ganhando força e mais adeptos no início do século XX. Na reivindicação de uma organização da sociedade civil, inclusive no espaço dos Grupos Escolares, o discurso médico (ligado a ciência) para a prevenção de doenças foi substituindo o discurso da Igreja (ligado aos pecados, a moral). A educação, baseada nos preceitos higienistas, buscava garantir que as crianças tivessem um desenvolvimento sadio. A higiene do corpo e dos espaços passou a ser bem quista para que se alcançassem hábitos e costumes saudáveis. Isso implicava em cuidados tanto nas casas das crianças quanto nas escolas. Os problemas que faziam parte do espaço, dos móveis, da

²³⁸ MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**, 1962, p. 162.

²³⁹ O livro do Dr. J. P. Fontenelle, Inspector Sanitário do Departamento Nacional de Saúde Pública e Docente de Higiene da Escola Normal do Distrito Federal, intitulado *Compendio de Hygiene*, publicado em 3ª edição em 1930, ilustra o pensamento da época, ao afirmar que *“A escripta, na escola, pôde [...] determinar a myopia si é feita em carteira defeituosa, ou em posição inconveniente, obrigando o alumno a abaixar demasiadamente a cabeça”* (p. 431). Sobre as deformações observadas na coluna vertebral dos escolares, em especial a escoliose, assim diz: *“a causa mais frequente da escoliose escolar é a attitude defeituosa mantida pelos alumnos durante os trabalhos na carteira, pelo que é até denominada doença profissional dos escolares [sendo] as escolas fabricas de myopes e de tortos”* (p. 823). E acrescenta mais um dado à sua defesa pelo uso da caligrafia vertical ou simétrica ao relatar que *“a circulação e a respiração fazem-se irregularmente, nas posições asymetricas, produzindo desastrosos effeitos sobre a saúde em geral. Especialmente em relação á perturbação da respiração”* (p. 836). In: MARTÍNEZ, Silvia Alicia; BOYNARD, Maria Amelia de Almeida Pinto. **Uso da Imprensa Periódica como estratégia de divulgação e reivindicação de novas práticas de escrita no estado do RJ**. In: www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/ acessado 10/08/2010.

ventilação e iluminação, bem como a organização, passaram a ser considerados fatores que influenciavam na qualidade da educação²⁴⁰.

Os cuidados higiênicos tornaram-se prioridade nos Grupos Escolares, a fim de inculcar nos alunos hábitos salutar, a atenção vai desde as instruções para a construção do prédio, como já visto no trecho que tratou do prédio do Grupo Escolar, a disciplina chamada de Higiene presente no currículo do mesmo. O diretor no relatório das atividades do Grupo em 1913 demonstrou a preocupação em seguir o regulamento sobre higiene e criar hábitos entre as crianças, mas destacou a realidade bem diferente que muitos alunos (aqueles auxiliados pela caixa escolar), vivenciavam em suas residências,

*De todas as disciplinas esta [Higiene] é a parte do programa em que tenho encontrado maior dificuldade em executar, porque em regra, o povo não cultiva e nem compreende as vantagens que o asseio e a hygiene trazem, sendo portanto mister que os educadores não se descuidem de ensinar a infancia as vantagens d'esse habito tão necessario a vida e n'esse proposito tenho empregado todos os recursos de que disponho a que infelizmente são quase nullos. A caixa tem sido poderosa auxiliar, com cujo concurso consegue em parte, a hygiene do vestuário fornecendo uniformes, a hygiene da boca e da cabeça pela distribuição de pentes e escovas mas ainda é pouco porque é preciso que o menino se habitue a pratica do asseio, em todas as suas manifestações que nem sempre pode ser cuidado no lar onde falta mesmo é recursos, e para remover essa dificuldade o único recurso que vejo é o estabelecimento de banheiros de chuva nos grupos, que traria como consequencia immediata o asseio da pelle e onde os meninos se habituem ao uso do banho habito que adquirido não mais perdem. A instalação de banheiros pouca despeza acarreta e seu custeio pode e deve correr por conta da caixa escolar.*²⁴¹

Outro fator que demonstra uma preocupação ligada à questão higiênica foi a matrícula nos Grupos Escolares que somente se efetivava se a criança não sofresse de moléstia. Entre os documentos exigidos estava o atestado de vacina²⁴². Ao menor sinal de enfermidade o aluno deveria ficar em casa, como medida de prevenção.

O currículo demonstra ainda outra mudança da educação nesse início de século XX, o fim das aulas de ensino religioso nas escolas primárias, que em geral, serviam aos ensinamentos do cristianismo. Com a separação entre a religião e educação na Constituição de

²⁴⁰ Sobre as estratégias médicas arquitetadas ao espaço escolar do século XIX brasileiro, mais propriamente ao Rio de Janeiro, ver a obra de José Gonçalves Gondra, intitulada: Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e educação escolar na Corte Imperial, onde o autor delimita com riqueza de detalhes a presença da racionalidade medico-higiênica influenciando a educação do período. In: GONDRA, José G. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

²⁴¹ Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1913, Arquivo Público Mineiro, cód. SI-3460, sem numeração de páginas.

²⁴² A obrigatoriedade da vacinação se devia principalmente as epidemias frequentes na época e que atingiam, sobretudo, as crianças. A vacinação estava ligada também as novas atitudes da vida moderna, como as ideias médico-higiênicas, as quais tinham, na escola um de seus focos de prevenção.

1891, as escolas deveriam ser um espaço laico. A tentativa republicana de criar escolas públicas, principalmente os grupos escolares, laicas e com novos métodos pedagógicos foi fortemente defendida nos discursos dos políticos e de intelectuais. Em Minas Gerais, João Pinheiro foi um dos presidentes do estado que procurou seguir essa direção. Mas, mesmo com tantos decretos e leis, a Igreja Católica resistiu a essas mudanças e procurou, no período da República Velha, aumentar o número de fiéis e seu poder e influência na política. As alianças entre a Igreja Católica, os grandes fazendeiros e políticos manteve o poder da Igreja. Em Mariana os padres eram não só vereadores, como inspetores escolares, o que revela o forte caráter religioso local que contava ainda com uma forte Arquidiocese. Os discursos sobre a realização de uma educação laica existiram, mas essa não se concretizou. Muitos representantes da Igreja participavam das comemorações escolares fazendo-se notar muitas vezes com discursos proferidos nessas ocasiões, além de visitarem frequentemente as escolas e formarem as professoras. Em uma cidade conservadora, de caráter fortemente religioso, em que muitos dos funcionários do Grupo foram educados ou pelas freiras no Colégio Providência, ou pelos padres no Colégio do Seminário não era de se esperar uma realidade diferente. Os católicos conseguiram não só restabelecer o ensino da catequese, 1928 no espaço da escola primária pública em Minas Gerais como também conseguiram transformar o “Grupo Escolar Gomes Freire” em “Grupo Escolar Dom Benevides” no início da década de 1930.

Um currículo tão vasto precisava também preparar os alunos para falarem em público. Isso era alcançado através de exames rigorosos, avaliados por uma banca examinadora, que contava com pessoas externas ao ambiente escolar, e que geralmente, tinham importância no cenário local. A prova oral nesses exames se encarregava de prepará-los para falar em público.

A exigência nos padrões de avaliação levava muitas vezes a problemas que permanecem até hoje: o fracasso escolar e a exclusão. O índice de aprovação era baixo, e existiram alunos que fugiam durante os exames, como ilustra a ata dos exames do 4º ano do Grupo Escolar em dezembro de 1912 (ver ANEXO E). Pode-se perceber que concluíram o curso primário apenas 14 alunos, um foi reprovado, outro fugiu das provas e parte dos alunos não compareceu. O relatório das atividades de 1913, ano seguinte a esse, revelou que de 110

alunos matriculados nos dois primeiros anos, apenas 4 foram aprovados, com o agravante de serem os 4 serem aqueles que eram repetentes.

Rosa Fátima de Souza, em seu livro “Tempos de Civilização”²⁴³, evidenciou a contradição existente na escola pública nessa mudança do século XIX para o XX, em que ao passo que a escola buscava se universalizar, se constituía em uma instituição rigorosa que classificava e selecionava os alunos. Assim os exames seguiam essa linha rigorosa e através de provas escritas, orais e práticas buscavam afirmar o modelo educacional de excelência da escola pública e primária.

Outro fator de avaliação dos alunos era comportamento durante o ano letivo. Aqueles que se destacavam com “bom” comportamento eram premiados. Essa premiação acontecia no início do ano letivo, a fim de despertar nos alunos em curso o desejo de alcançarem o prêmio, como vemos abaixo,

Resolvi [o diretor] de acordo com o Snr. Inspector escolar distribuir os certificados para a ocasião da abertura das aulas conjuntamente com o prêmio da caixa aos alumnos que se distinguiram visando bem impressioná-los logo no começo do ano.

Para patentear a nota de comportamento dos alumnos que tiveram boa, recorri-me a eleição dando ampla liberdade aos alunos votantes que eram somente os aprovados sahido eleitos em 1º lugar José B. Fonseca e Cecília dos Santos. Os eleitos tem de fato um comportamento irreprehencível e por serem protegidos da caixa produziu optima impressão a merecida distinção de que foram alvo por parte de seus colleguinhas.²⁴⁴

Um último item a ser destacado do currículo são as comemorações escolares. Advindas do século XIX procuraram agregar valores republicanos. Através dos mitos e símbolos, transmitiam a história nacional baseada em grandes heróis. Previstas no Regulamento da Instrução Pública de Minas Gerais, e também de outros estados, era um momento de evidenciar os Grupos Escolares, com a divulgação das ações republicanas e dos símbolos da República (bandeira, escudo e hino). Aconteciam com certa frequência, e por reunirem a comunidade escolar, tornavam-se uma oportunidade de exaltação não somente da escola, mas das autoridades presentes.

No Programa do ensino primário que deveria ser seguido pelos Grupos Escolares mineiros, o Decreto n. 1947 – de 30 de setembro de 1906, estava prescrito que o

²⁴³ SOUZA, Rosa Fátima de. **Tempos de Civilização**. 1998, p.240-245.

²⁴⁴ Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1913, Arquivo Público Mineiro, cód. SI-3460, sem numeração de páginas.

ensino de História do Brasil do primeiro ano deveria ensinar as “*festas nacionais, que se comemoram no povoado*” e na disciplina de Instrução Moral e Cívica, do quarto ano, deveria ser ensinado os “*dias de festa nacional e estadual*”. As festas deveriam não só ser promovidas como fiscalizadas pelos inspetores. O Regulamento do Ensino Primário que se refere a instituição dos Grupos Escolares, Decreto n.1.960 de 16 de dezembro de 1906, traz no Art.194 que os inspetores escolares deveriam “§18^o. *Promover, de acordo com os professores, festas escolares, nas grandes datas nacionais e para solenizar os exames do fim do ano*”. No Relatório das atividades do Grupo Escolar de Mariana de 1911, o diretor relata ter cumprido o decreto

*Tenho cumprido esta parte do regulamento, para cuja execução tenho tido alguma dificuldade por falta de música, a ponto de ser preciso organizar orquestra com os próprios alunos e, com o fim de remover essa dificuldade, solicito a V. Excia., a exemplo de outros grupos, se digne ordenar a remessa de um piano, ou, a exemplo dos grupos de S. Paulo, a instrumentada para uma banda que será mantida sem ônus para o Estado.*²⁴⁵

No Relatório das atividades de 1913 fica ainda mais claro o objetivo das festas escolares, que segundo o discurso do diretor José Ignácio deveriam “*incutir na infância o amor a Patria, as letras e estimular lhes o sentimento do bello e do civismo*”. Além disso, acabavam engrandecendo o patrono do Grupo, Gomes Freire, e difundindo a idéia de que o acesso a escolarização só foi possível, graças a ação de um indivíduo, o que não relaciona a ação enquanto um direito social.

As festas escolares no Grupo de Mariana se tornaram também um local propício para os políticos discursarem, pois reuniam toda a comunidade escolar, as famílias, as pessoas “gradas” da sociedade, as autoridades e a imprensa, reafirmando a identidade da escola e o seu valor social,

*O dia 7 de setembro foi condignamente festejado pelos alumnos deste grupo, com festejos que deixaram profunda impressão na população pelo cunho patriótico que se revestiram e cujo programa constou de 2 partes distinctas, sendo 1, durante o dia dedicada as árvores, e a outra, durante a noite a gloriosa data. Ao meio dia, em ponto, no pateo que serviu de recreio para os meninos, houve cerimônia do plantio das árvores em presença dos alumnos, de compacta massa popular, das principais autoridades civis e eclesiásticas*²⁴⁶

²⁴⁵ Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1911. Arquivo Público Mineiro, cód.SI-3407, sem página numerada.

²⁴⁶ Relatório do Grupo Escolar de Mariana de 1913. Arquivo Público Mineiro, cód.SI-3460, sem página numerada.

A decoração do espaço, os trabalhos manuais dos alunos, as personalidades presentes, a programação, a premiação de alunos, as apresentações culturais, os discursos das autoridades, os cânticos, se constituíam em um grande conjunto de ritos e de representações instaurados com a “nova” cultura escolar. As festas pomposas foram necessárias para fazer não só propaganda da escola pública, mas para consagrar valores como: o culto à pátria, à escola, à ordem social vigente, à moral e aos bons costumes. As comemorações escolares, seja nas festas de encerramento do ano letivo, ou nas comemorações cívicas eram uma característica comum as escolas graduadas. As principais datas cívicas comemoradas eram: 21 de Abril consagrando o mártir da República – Tiradentes; 7 de setembro, em comemoração a Independência do Brasil; 15 de novembro, em comemoração à Proclamação da República e 19 de novembro em comemoração à Bandeira Nacional, como ilustra o trecho abaixo,

21 DE ABRIL- A gloriosa data que relembra os percursores da nossa independência, resumidos no grande martir Joaquim José da Silva Xavier- o Tiradentes-, teve aqui a mais significativa consagração com a expressiva festa, promovida pela diretoria, corpo docente e alunos do Grupo Escolar <<Dr. Gomes Freire>>²⁴⁷

Festa da Bandeira- realizou-se no dia 19 do corrente com toda solenidade no Grupo Escolar <<Dr. Gomes Freire>>, a festa comemorativa da instituição da bandeira nacional. Com a presença do diretor, corpo docente, alunos do estabelecimento e de numerosos assistentes foi hasteado ao meio dia, na fachada do edifício, o pavilhão nacional.²⁴⁸

As celebrações contemplavam ainda temas variados que vão desde “Festas das Aves” (festa com apresentações literárias), a comemoração da “Descoberta da América” e “Promulgação da Constituição Mineira” como aconteceu em junho de 1930, onde foram prestadas homenagens a Mario Casasanta, aos professores, inspetores, e no encerramento são dadas *“calorosas vivas a Constituição Mineira, ao Presidente Antônio Carlos, ao Dr. Francisco Campos, ao Dr. Mario Casasanta e ao professorado mineiro.”*²⁴⁹

Independente do motivo aconteciam os discursos de praxe, tanto de autoridades, como de membros do Grupo Escolar que discursavam em prol dos ideais republicanos. Como fez o professor José Pedro Claudino dos Santos na comemoração a Festa da Bandeira em 19 de novembro de 1914. Seu discurso ensinava as crianças a *“amar a pátria, honrá-la pelo trabalho e pela inteligência”*.

²⁴⁷ O Germinal, 17 de abril de 1915.

²⁴⁸ O Germinal, 29 de novembro de 1915.

²⁴⁹ Jornal O Cruzeiro, Mariana, 2 de julho de 1930.

As festas contavam com a exibição da Banda “União 15 de Novembro”²⁵⁰ que executava os hinos patrióticos

A banda musical ‘União 15 de Novembro’ que demorou a comparecer, chegou ainda á tempo de fazer ouvir as belas harmonias do seu escolhido repertorio, despertando em todas as almas esses vagos estremecimentos que produzem as musicas bem inspiradas, e que são como que as vibrações nervosas do próprio artista que primeiro os sentiu.

Ao assumir o Snr. Arcebispo a presidência [da Caixa Escolar Dr. Gomes Freire], os alumnos cantaram um bonito hynno.

*S. Exc. O Snr. Arcebispo convidou a nova directora eleita da caixa a tomar posse dos seus cargos, o que se fez solenemente*²⁵¹

A festa de encerramento do ano letivo e a premiação dos alunos era um ponto alto, ansiosamente esperado por todos, muito especialmente pelos alunos que seriam premiados e seus familiares. Era importante também para os políticos, pois, tais festas, permitiam aos mesmos discursarem a comunidade marianense,

*Ótima foi a impressão recebida por todos os assistentes da festa escolar, realizada a 8 do corrente no Paço Municipal de Mariana, com a presença das altas autoridades civis e eclesiásticas, da arquidiocese, municipalidade, magistério e foro.*²⁵²

Nestas solenidades o público presente era grande e variado como mostra o jornal “O Germinal”. Ao descrever uma dessas festas ocorrida em 1914 destacou “*notamos de passagem a presença de todo o illustrado e zeloso corpo docente do Grupo e um grande numero de alumnos, muitas e distintíssimas Senhoras e Senhorinhas representantes de respeitáveis famílias de nossa urbs e innumeros cavalheiros da nossa sociedade*

A Câmara durante o período estudado contribuiu frequentemente para a realização das festas desde o primeiro momento como aponta o livro de despesas da Câmara de junho de 1910, “*Importâncias pagas, a Francisco Fonseca da Trindade proveniente de festejos da inauguração do Grupo Escolar, despesas com o almoço ao clero que serviu na missa, prontificou canteiros, etc. Portaria de 2 de junho de 1910*” total gasto: 200.000. Ainda com a inauguração do Grupo foram pagos “*a Antônio Gomes, proveniente de 15 dúzias de fogos por ocasião da festa de inauguração do Grupo Escolar a razão de 5.000 a dúzia port^a de 9 de Março*” total gasto: 75.000.

²⁵⁰ Fundada em 1901 pelos governantes republicanos da cidade, sob a liderança de Gomes Henrique Freire de Andrade.

²⁵¹ Jornal O Germinal, Mariana, 20 de março de 1914.

²⁵² O Germinal, 20 de março de 1914.

As comemorações escolares não são uma invenção do Grupo, também fizeram parte do cotidiano das Escolas Isoladas, ainda que em menor proporção. São, na verdade, uma herança do século XIX em que as festas escolares começaram a se tornar comum no Brasil. Foram encontrados apenas dois relatos dentre todos os documentos analisados e conseguimos identificar a mesma intenção das realizadas nos Grupos, a promoção da República e a construção da memória nacional, o que relaciona a prática das festas escolares a um período que antecede a criação do Grupo Escolar em Mariana, mas que nesse tornou-se um ótimo instrumento para a divulgação dos ideais republicanos pela visibilidade alcançada pelo Grupo Escolar na sociedade marianense. Para ilustrar, o trecho de um relato sobre uma festa realizada na escola isolada de Furquim em 1907,

Vida Municipal

Não passou despercebido neste districto a memoravel data de 21 de Abril consagrada ao heróico Tiradentes e aos precusores da nossa independência. Promovida pela distincta e intelligente professora da cadeira do sexo feminino, D. Maria Paulina effectuo-se , n'aquelle festivo dia, uma sessão civica no salão escolar, onde se fizeram ouvir diversos allusivos ao acto e cantaram hymnos patrioticos.

Primeiramente, formado imponente prestito, dirigiram-se todas as alumnas incorporadas e decentemente uniformisadas, tendo a frente a respectiva professora, a casa do cap. Antonio Vicente Ferreira, zeloso inspector escolar, que foi vivamente saudado pelos alumnas, que cantaram harmoniosos hymnos.

Em seguida e na mesma ordem dirigiram-se a residência do rvd. Pe. José Caetano de Faria, vice presidente da Camara Municipal dessa cidade e um sincero amigo e impulsionador da instrucção n'aquelle districto e ahí cantaram o hymno a Tiradentes, pronunciando por occasião, a alumna Joaquina Toledo de Souza eloquente discursos analogo aos festejos do dia, enaltecendo as virtudes civicas do proto-martyr da nossa liberdade.

4. Considerações Finais

Nas considerações finais é importante observar se o que se pretendeu fazer no início da dissertação foi cumprido ao término do terceiro capítulo. Nesse sentido o trabalho precisava apresentar a história fundadora do Grupo Escolar observando em que se diferenciou das Escolas Isoladas sob responsabilidade da Câmara da cidade. Com base nos documentos encontrados é possível fazer poucas comparações e chegar a estes resultados ou conclusões.

A fundação, os professores, os alunos, o prédio, o currículo e outras questões ligadas ao Grupo Escolar estiveram no centro da discussão, mas ainda não se aprofundou a comparação com as chamadas Escolas Isoladas.

O Grupo Escolar garantia a qualidade no ensino através dos rigorosos exames realizados com os alunos, em que os mesmos deveriam ao final do ano, responder oralmente, a uma banca composta por autoridades locais, a perguntas sorteadas sobre os mais diferentes temas aprendidos ao longo do curso. Sendo posteriormente, não só aprovados ou reprovados como também classificados, para que os melhores fossem premiados. Era preciso ensinar a falar em público e garantir que os alunos com boas condições financeiras dessem continuidade aos estudos. Observou que uma parcela de alunos pobres frequentou o Grupo com o auxílio da Caixa Escolar. Essa lhes providenciava uniforme, merenda e material, no entanto o diretor do Grupo chegou a relatar a dificuldade em manter muitos desses alunos frequentes, pois, segundo ele, *“os mais precisados são justamente, os que menos merecem, n’elles fallecem quase sempre todo o sentimento de nobreza e estimullo, devido ao meio em que nasceram e vivem, infelizes voltados desde cedo, ao sacrificio da mendicidade²⁵³”*. O diretor garantiu que os alunos mais pobres só iam as aulas em busca de merenda e uniforme e que depois não mantinham a frequência. Na verdade as Escolas Isoladas públicas, assim como antes da fundação do Grupo, mantiveram os alunos de famílias pobres²⁵⁴, como mostrou os trechos dos relatórios e correspondências. Como exemplo o relato de uma professora do distrito de Camargos *“os alumnos são pobres e se sacrificam muito para frequentar a escola,*

²⁵³ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-3460

²⁵⁴ Não foi possível identificar a procedência social dos alunos pelos mapas e listas de frequência. Nenhuma ficha de matrículas de alunos das Escolas Isoladas de Mariana foi encontrada, e como observados para outras localidades, essa apresenta os nomes dos pais, local de trabalho dos mesmos, e endereço da residência. As conclusões foram baseadas nos relatórios de inspeção e correspondência de professores.

*eles vem e voltam todos os dias a pé*²⁵⁵”. O Inspetor Arthur Mourão registrou que “*houve falta de frequência [nos distritos de Mariana em geral] pela indiferença dos pais quanto a educação dos filhos, pela falta de meio de subsistência do lugar*”²⁵⁶. As conclusões são difíceis, pois, os mapas das escolas não dão pistas sobre a origem dos alunos. Procuramos por alguns nomes, mas não foi encontrada relação direta. De acordo como os documentos, a maioria dos alunos que tinham elevada condição financeira, antes da fundação do Grupo, pagavam professores particulares, estudavam nas escolas particulares ou iam se preparar fora da cidade, retornando para cursar o ensino secundário²⁵⁷. Esse último, geralmente, era cursado no Seminário ou no Caraça,

*O Seminário de Mariana (1750) e o Colégio do Caraça (1822) constituem marcos como educandário para a juventude em Minas Gerais. Desde a sua fundação o Seminário de Mariana ministrava o ensino clássico, com aulas de gramática, filosofia e latim acrescentando-se progressivamente outras cadeiras como Retórica e Poética*²⁵⁸.

Diferentemente das Escolas Isoladas, o Grupo situava-se no centro da área urbana, professores normalistas, alunos uniformizados, separados por séries, dispondo de material didático e um amplo espaço físico. Já as Escolas, continuavam com várias séries e com um único professor para atender aos diferenciados alunos. Muitas vezes, funcionando em locais improvisados e com escasso material didático.

A dualidade entre os dois também se disseminou com a idéia de que as Escolas Isoladas eram para os que viviam nos campos e o Grupo Escolar para os que viviam na cidade.²⁵⁹ A cidade de Mariana tinha muitos distritos e freguesias que concentravam grande parte da população, e mantinham as características de uma economia agrária e distante das preocupações educacionais. Para uma pequena parcela da população que vivia na área urbana o Grupo Escolar, para as demais, quando possível, as Escolas Isoladas.

A diferenciação quanto às Escolas Isoladas foi também observada nos meios de comunicação. As descrições, matérias nos jornais e fotografias encontradas, referiam-se em maioria ao Grupo Escolar, como se esse fosse a única forma de ensino primário e público da

²⁵⁵ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-2902, sem numeração de página.

²⁵⁶ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-886, p.50.

²⁵⁷ Atualmente a doutoranda Fabiana da Silva Viana, pesquisa “Educação, sociedade e cultura (Mariana 1800-1850), na Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação do Prof. Luciano Mendes Faria Filho, com previsão de defesa em 31/08/2012.

²⁵⁸ NEVES, Leonardo Santos; VEIGA, Cynthia Greive. **Ensino Secundário em Minas Gerais**. p.315

²⁵⁹ SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização**. 1998, p.90.

cidade. O que não é verdade já que as Escolas Isoladas continuaram a existir apesar de em número menor, e se somados, os alunos das escolas isoladas, com certeza, ultrapassariam os 370 alunos matriculados no Grupo Escolar em 1911²⁶⁰. A criação do Grupo não alterou muito o quadro das Escolas Isoladas nesses primeiros anos de funcionamento (1909-1915), pois, na verdade, foram as Escolas da área urbana que se reuniram no mesmo. Ou seja, as quatro escolas urbanas que existiam²⁶¹. Identificamos que até mesmo na área urbana as escolas foram criadas depois de 1909, como uma escola feminina criada pelo Colégio Providência que funcionaria anexa a Escola Normal, e outra masculina urbana criada em 1912²⁶².

Quanto ao método verificamos que as Escolas Isoladas de Mariana utilizavam o mútuo, contava com ajuda dos alunos considerados mais inteligentes para ensinar aos demais. Não foram identificados castigos físicos nos documentos encontrados, a punição era: repreensão, privação de recreio, suspensão e expulsão. No Grupo Escolar também não foi identificado castigos, os alunos eram punidos da mesma forma. Já o método utilizado se diferiu das Escolas Isoladas. Ao invés do ensino mútuo, o que consta nos documentos é o método intuitivo,

Segundo o método intuitivo “o ensino deve partir de uma percepção sensível. O princípio da intuição exige o oferecimento de dados sensíveis à observação e a percepção do aluno”(…)Caetano de Campos o tomou como base da organização das escolas-modelos e dos grupos escolares na reforma da instrução pública paulista empreendida na última década do século XIX²⁶³.

A fim de estimular a observação dos alunos aconteciam as excursões, já ilustradas, que levavam os alunos do Grupo a aulas em horário extra, das diferentes matérias.

Quanto ao ensino religioso, o catecismo foi mantido no currículo das Escolas Isoladas, mesmo extinto do ensino primário público desde a Constituição de 1891. Embora não estivesse presente no quadro de disciplinas do Grupo Escolar, a religião se fazia presente através de seus funcionários e professores, devido a formação cristã da maioria. Mariana ainda contou com o agravante de sediar uma importante arquidiocese e de levar a frente o

²⁶⁰ Arquivo Público Mineiro, cód. SI-3407

²⁶¹ Arquivo Público Mineiro, cód. SI- 853

²⁶² Arquivo Público Mineiro, cód. SI- 872 (A correspondência é uma reclamação da professora, de que a escola recém criada necessita de material para o seu funcionamento. O documento não explicita o motivo de sua criação.)

²⁶³ SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. 2008, p.140.

movimento que culminou na volta do ensino religioso, em 1928, no espaço da escola primária pública, em todo o estado de Minas Gerais. Em 1929 a assembléia legislativa de Minas Gerais aprovou uma lei que determinava o ensino religioso nas escolas públicas do estado, prevendo a frequência facultativa as aulas, sem fazer alusão a nenhuma religião em particular.

Quanto à administração, observamos que nas Escolas Isoladas toda a responsabilidade ficava a cargo do professor: guardar o material das aulas, preencher a escrituração e manter a limpeza do local das aulas. Já o Grupo contava com a administração de um diretor e um corpo de funcionários que o auxiliavam na manutenção da organização e no bom funcionamento do Grupo. A fiscalização também era diferenciada, antes da fundação do Grupo acontecia de forma mais descentralizada e de âmbito local (municipal e distrital). Já com o Grupo, a fiscalização não só se intensificou como se tornou mais centralizada, a fim de garantir a homogeneização dos trabalhos em Minas Gerais, concentrando as decisões na Secretaria do Interior do estado.

O prédio era bem diferenciado, enquanto as Escolas funcionavam na casa dos próprios professores, o Grupo contava com uma ampla estrutura e com condições adequadas de ventilação e iluminação. O currículo também se diferenciou. O do Grupo era mais amplo e contava com aulas de trabalhos manuais, aulas de canto, excursões, muitas festas que envolviam a comunidade, evoluções militares e exercícios físicos. Uma formação mais completa que as Escolas Isoladas, que muitas vezes estavam preocupadas em ensinar a ler, escrever e realizar as quatro operações matemáticas. Esses e outros fatores, como a formação dos professores, faziam com que o ensino ministrado no Grupo Escolar fosse de qualidade superior ao das Escolas Isoladas pública. Os professores que lecionavam no Grupo haviam cursado o ensino Normal, enquanto nas Escolas Isoladas a maioria não obtinha essa formação.

Diante de tantas diferenças está o problema da educação de qualidade promovida pelo Grupo Escolar, estar restrita a uma minoria de alunos e manter o caráter excludente da educação. A mudança do regime político fez com que muitos republicanos discursassem em prol de que o grande contingente de analfabetos precisava ter acesso à educação para que a nação alcançasse o progresso. Mas, a herança política elitista e o sistema econômico excludente, subordinado aos interesses do capital internacional não estavam de acordo com esse projeto de formar os “cidadãos” da República, de garantir-lhes escola. Mesmo passados 21 anos da Proclamação da República, só existia um Grupo Escolar na

cidade e que pelas péssimas condições de seu prédio quase deixou de funcionar, como já foi apontado anteriormente. Ao retroceder um pouco do ano de 1909 pudemos observar que a Câmara de Mariana não tomou grandes iniciativas com relação a educação, e que mesmo o estado de Minas Gerais promulgando a lei que deu origem aos Grupos Escolares, em 1906, o de Mariana só foi criado três anos depois. O pensamento da elite política da época que ocupava cargos importantes na Câmara municipal não ficou claro, por não encontrarmos documentos escritos pelos mesmos que falassem de educação. O que se constatou foi que nas atas e documentos encontrados, o tema *instrução pública*, pouquíssimas vezes apareceu.

O primeiro capítulo traçou um panorama geral do contexto econômico, político e social do Brasil, enfatizando o estado de Minas Gerais, o segundo capítulo apresentou a legislação referente a educação nas Escolas Isoladas, e como elas estavam organizadas no município de Mariana. Já o terceiro discutiu a educação nos Grupos Escolares de Minas Gerais e a instalação do modelo em Mariana. O contexto histórico encontrado foi de um país atrasado no regime de modernização, devido à escravidão, as concepções. Uma sociedade agrária, que recém aboliu a escravidão, não contava com tecnologias, não objetivava a educação por considerá-la de pouca utilidade. Mesmo assim a educação nos discursos era referida pelos intelectuais e políticos como aquela que acabaria com os males e promoveria o progresso e a modernização. Daí, os Grupos Escolares terem sido criados como espaço para a formação do cidadão, sua adequação moral e preparação do homem para o convívio em sociedade. Mas, como discutido anteriormente, a Constituição de 1891, incumbiu aos estados a promoção da educação primária, e as reformas no ensino aconteceram segundo a condição financeira de cada um. Na verdade a Constituição promulgada em 1891 não tinha um projeto elaborado para a educação primária, e, no entanto, exigia que eleitores soubessem ler e escrever. O governo federal delegou a promoção da educação primária pública aos estados, daí, os projetos para a educação serem de âmbito estadual e não federal. Dependiam das condições e políticos da região, como foi o caso de Mariana e de tantas outras localidades.

Na introdução foi proposto relacionar o particular (o Grupo Escolar de Mariana) ao geral (contexto de Minas Gerais e do país). O Grupo, na cidade de Mariana reproduziu os discursos da educação republicana, a preocupação com as questões higienistas e os entraves para a concretização de uma educação laica, e também foi parte constitutiva do geral, já que apresentou características comuns a outros Grupos Escolares. Ao mesmo tempo

os professores, o diretor, os inspetores, os políticos da cidade fizeram com que o Grupo possuísse suas singularidades.

Este trabalho não pretende concluir o estudo sobre o Grupo Escolar de Mariana, não só por acreditar que existem lacunas a serem preenchidas, como por entender que a história está sempre sendo reconstruída pelos homens de seu tempo. As conclusões aqui expressas mostram aspectos que julguei importante destacar da pesquisa, e que consegui analisar dentro de minhas limitações, esperando que sirvam como ponto de partida para novos estudos.

REFERÊNCIAS

Arquivo Eclesiástico da Cúria Metropolitana de Mariana

O Germinal, 12 de novembro de 1912

O Germinal, 28 de fevereiro de 1914

O Germinal, 09 de março de 1914

O Germinal, 20 de março de 1914

O Germinal, 26 de março de 1914

O Germinal, 3 de dezembro de 1914

O Germinal, 13 de dezembro de 1914

O Germinal, 13 de janeiro de 1915

O Germinal, 17 de abril de 1915

O Germinal, 27 de Abril de 1915

O Germinal, 23 de Junho de 1915

O Germinal, 29 de novembro de 1915

O Germinal, 24 de outubro de 1916

O Germinal, 27 de fevereiro de 1934

O Germinal, 28 de fevereiro de 1934

O Cruzeiro, Mariana, 2 de julho de 1930

O Cruzeiro, Mariana, 2 de agosto de 1930

Minas Geraes (órgão oficial dos poderes do estado), Belo Horizonte, 10 de agosto de 1907

Arquivo Público Mineiro

Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, Lei N. 41 – de 3 de agosto de 1892, Art. 32, § 12.

Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, Lei N. 41 – de 3 de agosto de 1892, Título I, Cap. II.

Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, Lei N. 41 – de 3 de agosto de 1892, Art. 332.

Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, Lei N. 41 – de 3 de agosto de 1892, Art. 84.

Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, Lei n. 439- de 18 de setembro de 1906

Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais , Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Minas Gerais. Decreto nº 1.969/1907, Art. 17º e 34º

Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, Decreto n.2572, de 06 de julho de 1909

Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, Regulamento Geral da Instrução do Estado, decreto nº 3.191/1911

Mapa das Escolas Isoladas de Mariana dos anos 1886 e 1887, IP-178

Mapa das Escolas Isoladas de Mariana dos anos 1888 e 1889, IP-76

Mapa das Escolas Isoladas de Mariana dos anos 1890 e 1891, IP-80

Mapa das Escolas Isoladas de Mariana dos anos de 1904 e 1905, SI-834

Mapa das Escolas Isoladas de Mariana do ano de 1906, SI-835

Correspondência de uma Escola Isolada de Mariana 1893, IP-2/2, Cx.12

Correspondências de Escolas Isoladas de Mariana, SI-733

Correspondência inspetor de Mariana em 1894, SI-733

Correspondência Escola Isolada do distrito de Camargos pertencente à Mariana, SI-2902

Correspondência Escola Isolada do distrito de Barra Longa pertencente à Mariana, SI-2910

Correspondência Escola Isolada do distrito de Sumidouro pertencente à Mariana em 24 de novembro de 1907, SI-2902

Pedido de licenças de professores, SI-3512

Correspondência do Grupo Escolar de Mariana de 1909, SI-2977

Correspondência do Grupo Escolar de Mariana de 1910, SI- 2873

Correspondência do Grupo Escolar de Mariana de 1910, SI-3025

Correspondência do Grupo Escolar de Mariana de 1911, SI 3440

Correspondência do Grupo Escolar de Mariana de 1912, SI-3025

Correspondência do Grupo Escolar de Mariana de 1913, SI 3440

Correspondência do Grupo Escolar de Mariana de 1913, cód. SI- 3811

Correspondência do Grupo Escolar de Mariana de 1914, SI-3440

Correspondência do Grupo Escolar de Mariana de 1914, SI- 3831

Correspondência do Grupo Escolar de Mariana de 1914, SI-3512

Correspondência do Grupo Escolar de Mariana de 1915, SI-3512

Relatórios de inspeção das escolas dos distritos e freguesias pertencentes à Mariana, SI-886.

Relatório de inspeção das escolas dos distritos e freguesias pertencentes à Mariana de 28 de abril de 1894, SI-663

Relatório de inspeção de 10 de setembro de 1907, SI-2816

Relatório do Secretário do Interior ao Presidente do Estado em 1908

Relatório do Inspetor do distrito de Barra Longa pertencente à Mariana, em 1911 SI-3811

Relatório das atividades de 1913, SI-3460

Relatório das atividades de 1911, SI-3407

Lista de matrículas nas Escolas Isoladas cidade de Mariana em 1890, cód. IP-75

Acervo Escola Estadual Dom Benevides

Livro de Registro de atas de exames, termos de visitas, termos de instalação do “Grupo Escolar Dr. Gomes Freire”

Livro do Inventário Geral

Arquivo da Câmara Municipal de Mariana

Resolução N. 5, de 27 de dezembro de 1892, Regulamento No. 1 da Instrução Pública Municipal - códice 156

Ata da reunião da Câmara de 1895- cód.329, p.37(verso)

Ata da reunião da Câmara de 21 de setembro de 1897- cód.329, p.118(verso)

Ata da reunião da Câmara de 25 de junho de 1901- cód. 235, p. 35

Livro de Orçamentos da Câmara Municipal 1892

Despesas de abril de 1910, cód-231

Despesas de março de 1910, cód.231

Despesas de junho de 1910, cód.231

Atas da reunião da Câmara de 1908, cód.235

Center for Research Libraries- Global Resources Network

Mensagem do presidente do Estado de Minas Gerais em 1906

Mensagem do presidente do Estado de Minas Gerais de 1922

Bibliografia

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização.** LPH: Revista de História. Mariana, 5 (5):88-111, 1995.

BARBOSA, R. **Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares de Instrução Pública.** In: Obras Completas de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1947. v.X.

BEIGUELMAN, Paula. **O encaminhamento político do problema da escravidão no Império.** In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil monárquico – reações e transações (1822-1889), Tomo II, 3º volume. Rio de Janeiro: BERTRAND, 2004, p. 189-219.

BINZER, Ina von. **Os meus romanos: alegrias e tristezas de uma educadora alemã no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 6a. ed., 1994.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR., Amarílio. **Casas de bê-á-bá e colégios jesuíticos do século 16.** *Em Aberto*, Brasília, v. 21, n. 78, p. 33-57, dez. 2007. p.52

_____, Marisa; FERREIRA JR., Amarílio. **História, Epistemologia Marxista e Pesquisa Educacional Brasileira.** *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, vol 30, n. 107, p. 489-511, maio/ago. 2009

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** Trad: Carmem C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreira Pinto Cacaís, Renzo Dini, João Ferreira. 11ªed. vol I. Editora UNB. 1998.

BORGES, Vera Lúcia Abraão. **As medidas de reformas acerca da instrução pública primária em Minas Gerais: 1892 a 1898.** In: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_103.html

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e Educação: a organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893- 1971.** São Carlos: Brasília: EdUFSCar, INEP, 2002.

CANNABRAVA, Alice P. **A grande propriedade rural.** In: História geral da civilização brasileira; Tomo I, v.2. A época colonial: administração, economia, sociedade/ por Aziz N Ab'Saber...[et al.]; introdução geral Sérgio Buarque de Hollanda- 11ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Dos Governos Militares a Prudente - Campos Sales.** In: BORIS, Fausto (dir.). História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano—estrutura de poder e economia (1889-1930), Tomo III, 1º volume. Rio de Janeiro: BERTRAND, 2004.

CARONE, Edgard. **A República Velha (Instituições e classes sociais)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

_____, Edgard. **A República Velha (evolução política)**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. (Coleção temas brasileiros; v.4)

_____, José Murilo. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3ª edição. São Paulo Companhia das Letras, 1997.

_____, José Murilo de. **Um antídoto contra a bestialização republicana**. [entrevista a Carlos Haag], In: Pesquisa Fapesp, nº115, São Paulo, set. de 2005. p.12 a entrevista na íntegra pode ser consultada em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/?art=2819&bd=1&pg=1&lg=>

_____, José Murilo. **Cidadania no Brasil- o longo caminho**. 11ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTANHA, André Paulo. **O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 11, p. 169-195, 2006.

COMENIO, Juan Amos, 1592-1670. **Didactica magna**: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. Joaquim Ferreira Gomes (Trad.). Lisboa: Fundacao Calouste Gulbenkian, 1957.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 6ªed. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1999. (biblioteca básica)

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania republicana e educação: Governo provisório do mal. Deodoro e congresso constituinte de 1890- 1891**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____, CURY, Carlos R. Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. São Paulo: Cortez, 1984.

_____, Carlos R. Jamil. **A educação e a Primeira Constituinte Republicana**. In: FÁVERO, Osmar. (org) A educação nas Constituintes Brasileiras (1823- 1988). Campinas: Autores Associados, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora da UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder- Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: 2000. Ed. Globo/ Publifolha, vol I e II; 10ª ed.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; GONÇALVES, Irlen Antônio. **Processos de escolarização e obrigatoriedade escolar: o caso de Minas Gerais (1835-1911)**. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (orgs). *A Infância e sua educação: materiais práticas e representações [Portugal e Brasil]*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____, Luciano Mendes de. **A escola no movimento da cidade: os grupos escolares em Belo Horizonte**. In: Educação em revista: cidade e educação BH ano 100. N^o 26, dez/97 Belo Horizonte, MG: UFMG-FE.

_____, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30: Historiografia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **O Espaço Urbano de Mariana: sua formação e suas representações**. In: Termo de Mariana – História e Documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora nacional, 2004. p. 185

GONDRA, José G. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Rosana Areal . **Capital e interior: manifestações em prol da instrução pública em Ouro Preto e Uberabinha (MG) nos anos iniciais da República brasileira**. In: VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2008, Porto. Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 7, 2008.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **O município e a educação em Minas Gerais: a implementação da instrução pública no início do período republicano**. *Anais*, IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 07 a 10 de maio de 2007, 15 p.

GRUNENVALDT, José Tarcisio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2005.

GUILHERME, Willian Douglas; Carvalho, Carlos Henrique de; Gonçalves Neto, Wenceslau. **A EDUCAÇÃO NO IDEÁRIO REPUBLICANO DE PROGRESSO EM UBERABINHA, MG (1888-1930)**. *Anais*, IV Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 07 a 10 de maio de 2007.

HARRIS, T. L.; HODGES, R. E. (Org.). **Dicionário de alfabetização: vocabulário de leitura escrita**. Tradução de Beatriz Viégas-Faria. Porto Alegre: Ed. ARTMED, 1999.

HILSDORF, M. L. **História da Educação Brasileira: leituras**. São Paulo: Thomson, 2003.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. **A mineração: antecedentes luso-brasileiros**. In: História geral da civilização brasileira; Tomo I, v.2. A época colonial: administração, economia, sociedade/ por Aziz N Ab'Saber...[et al.]; introdução geral Sérgio Buarque de Hollanda- 11ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p.228-258.

_____, Sérgio Buarque de. **As colônias de parceria**. In: BORIS, Fausto (dir.). História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico- reações e transações. Tomo II, vol.3. 7ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MANOEL, Ivan A. **Igreja e educação feminina (1889-1919): uma face do conservadorismo**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

MARTÍNEZ, Silvia Alicia; BOYNARD, Maria Amelia de Almeida Pinto. **Uso da Imprensa Periódica como estratégia de divulgação e reivindicação de novas práticas de escrita no estado do RJ**. In: www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/

MOACYR, Primitivo. **A Instrução e as províncias: subsidios para a historia de educação no Brasil (1834-1889 -das Amazonas ás Alagoas**. Vol. 1, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre : Editora Nacional, 1939.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____, Jorge. **A educação na Primeira República**. In: FAUSTO, Boris (dir.). História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano – sociedade e instituições (1889-1930), Tomo III, 2º volume. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

NEVES, Leonardo Santos. VEIGA, Cynthia Greive. **Ensino Secundário em Minas Gerais: a construção de uma cultura pedagógica no Império**. In: Anais do 3º Congresso Brasileiro de História da Educação. Eixo 3.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Schola Mater: a antiga escola normal de São Carlos 1911-1933**. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

_____, Paulo, BUFFA, Ester. **Instituições escolares: por que e como pesquisar?** Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil.** In: In: FAUSTO, Boris (org). História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano - Estrutura de poder e economia (1889-1930) volume 1, 8ª edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

PETRONE, Maria Tereza Schorer. **Imigração.** In: BORIS, Fausto (dir.). História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano – sociedade e instituições (1889-1930), Tomo III, 2º volume. Rio de Janeiro: BERTRAND, 2004.

PIRES, Maria do Carmo. **Termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas freguesias no século XVIII.** In: *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal.* Ouro Preto: Editora UFOP, 2008.

PRADO, Caio Jr. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRADO, Maria Lígia Coelho; CAPELATO; Maria Helena Rolim. **A borracha na economia brasileira da Primeira República.** In: BORIS, Fausto (dir.). História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicana – estrutura de poder e economia (1889-1930), Tomo III, 1º volume. Rio de Janeiro: BERTRAND, 2004

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **O coronelismo numa interpretação sociológica.** In: FAUSTO, B. (dir.) História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1975, tomo III, vol. I.

RAMOS, Frederico Antônio. **A Transição do trabalho Escravo para o livre em Mariana (1850-1888).** Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Ano: 2004.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes. **Projeto Nacional e Escolarização: A transição para a República e suas primeiras décadas.** In: MORAIS, Christiani Cardoso; PONTES, Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida. História da Educação: Ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão Veredas.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil.** 2.ed.rev e ampl.- Campinas: Autores Associados, 2008. (Coleção memória da educação)

_____, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** 18.ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2009. – (Coleção Educação Contemporânea)

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1970. p.293.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização: a implantação da escola primaria graduada no Estado de São Paulo (1890-1910).** São Paulo: UNESP, 1998.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. **A não-infância: a criança como mão-de-obra em Mariana (1850-1900)**. Tese de doutorado defendida em 2007, no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Universidade de São Paulo.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos Escolares: Cultura Escolar Primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

VIEIRA, Rosa Maria. **O Juiz de Paz: do Império a nossos dias**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2002.

WIRTH, John D. **O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937**. Trad. Maria Carmelita. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

_____, John. **O Poder dos Estados. Análise Regional**. In: BORIS, Fausto (dir.). História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano – estrutura de poder e economia (1889-1930), Tomo III, 1º volume. Rio de Janeiro: BERTRAND, 2004.

YAZBECK, Lola (coord.). **Sementes da Inclusão: Grupos Escolares de Juiz de Fora 1907-2007**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007.

Anexo A- Tabela 1 – Tabela de distribuição da produção científica sobre Grupos Escolares por Região Brasileira

REGIÃO	TOTAL
Centro-Oeste	Zero
Norte	Zero
Nordeste	02
Sudeste	21
Sul	02
TOTAL	25*

*o total poderá mudar a partir de uma análise mais detalhada, pois existem trabalhos que não encontrados no site da capes pelo assunto “Grupo Escolar” e há outros que ainda não estão disponíveis no site.

Anexo B- Tabela 2 – Tabela de distribuição das produções por instituição e programa

UF	INSTITUIÇÃO	Nº	Programa de Pós-Graduação
BA	Universidade do Estado da Bahia	1	Educação
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	3	Educação
	Universidade Federal de Uberlândia	3	Educação
SC	Universidade Federal de Santa Catarina	1	Educação
PR	Universidade Federal do Paraná	1	Educação
SE	Universidade Federal de Sergipe	1	Educação
SP	Universidade Federal de São Carlos	1	Educação
	Universidade Metodista de Piracicaba	2	Educação
	Universidade de São Paulo	3	Educação
	Pontifícia Universidade Católica de SP	3	Linguística Aplicada
	Universidade São Marcos	1	Educação
	Universidade de Sorocaba	2	Educação
	Universidade Estadual de Campinas	1	Educação
	Universidade Católica de Santos	2	Educação

Anexo C (Figura 7- Regulamento nº1 de Instrução Pública da cidade de Mariana)

Artigo 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Manda, por tanto a todos aquelles a quem o conhecimento da mesma resolução pertencer, que a cumprão tão inteiramente como n'ella se contém; fazendo-a o Secretario da Camara publicar e correr.

Paeo da Camara Municipal da Cidade de Mariana 17 de Dezembro de 1892.

O Presidente da Camara Municipal

~~Castano Camillo de Almeida Gomes~~

N'esta Secretaria foi publicada a presente resolução aos 17 dias do mez de Dezembro de 1892

Secretario da Camara Municipal

José Americo da Silva

Regulamento n.º 1.º da
instruções publica municipal.

O Sr. Sr. Castano Camillo de Almeida Gomes, Presidente e Agente Executivo da Camara Municipal da Cidade de Mariana, cumprindo o disposto no artigo 7.º da Resolução n.º 5 de 27 de Dezembro de 1892, organizou e manda que seja publicado e cumprido o seguinte regulamento:

Artigo 1.º Serão creadas pela municipalidade as escolas que forem necessarias nos diferentes districtos do municipio, attendendo-se em cada localidade a população escolar e a renda arrecadada.

S. Unico

Será suspenso o ensino onde a frequen-

- Artigo 2.^o As escolas municipais poderão ser mistas.
- Artigo 3.^o Os edificios das escolas deverão ser situados, quando possível, no centro da povoação e ter acomodações sufficientes para a frequência dos alumnos e residência do professor ou professora.
- Artigo 4.^o Todo serviço escolar é confiado a um professor ou professora, immediatamente responsavel por quanto diz respeito ao estabelecimento e sujeito a indenizar o valor dos objectos que lhe forem entregues e que deteriorarem-se por culpa ou negligencia sua.
- Artigo 5.^o A povoação onde tiver de funcionar a escola, dará a casa necessaria para a mesma e a mobilia indispensavel, sendo os livros, classes e demais utensilios fornecidos pela Camara.
- Artigo 6.^o Os livros serão utilizados apenas durante os exercicios e depois entregues ao professor ou professora para serem guardados.
- § Unico Uma vez feito o fornecimento destes livros não será renovado senão dois annos depois, salvo caso de augmento de alumnos.
- Artigo 7.^o Os livros adoptados nas escolas serão escolhidos pela Camara de accordo com o parecer de uma Commissão.

Da escripturação escolar

- Artigo 8.^o Em cada escola haverá se seguintes li-

livros abertos numerados e rubricados pelo
Superintendente da Instrução pública mu-
nicipal e escripturados pelo professor
ou professora:

- 1 Livro de matrícula
- 1 Livro de inventario
- 1 Livro de ponto diario
- 1 Livro de termo de exames

Artigo 9.º No livro de matrícula se escreverá o
nome do alumno, data da matrícula,
residência, idade, naturalidade, nome
e residência do pae tutor ou protetor
do alumno e bem assim o grau de ins-
trução que recebeu, data da habilitação
e qual o motivo; em uma caza espe-
cial sobre a rubrica (Observações) o professor
ou professora escreverá o que occorreu de
mais notavel a respeito dos alumnos.

Artigo 10.º A matrícula estará aberta durante todo
anno lectivo.

Artigo 11.º No livro de inventario se escreverá a
relação de todos objectos existentes na
escola dados pela municipalidade.

Artigo 12.º No livro de ponto diario o professor
escreverá os nomes dos alumnos qua-
r dando a ordem da matrícula e as
faltas de frequencia á escola em ca-
zas correspondentes aos dias uteis de
cada mes.

Artigo 13.º No livro de termo de exames serão huma-
das as actas dos exames escriptos e oitadas.

Artigo 14.º O professor ou professora manterá em
fidei-jumta e boa ordem a escriptura
das actas.

Da matricula

13

Artigo 15.º São condições para matricula: idade de 6 annos no minimo e 16 no maximo, ter sido vaccinado, não soffrer de moléstias contagiosas ou repugnantes.

5.º Único Se depois de matriculado algum alumno for affectado de uma moléstia, o professor despenhal-o-ha de comparecer as aulas e communicará a pessoa encarregada da educação do referido alumno.

Artigo 16.º O alumno matriculado que faltar as aulas durante quinze dias consecutivos e sem participacão justificada, será eliminado da matricula, ficando salvo o direito de recurso para o Agente Executivo Municipal, que decidirá como for de justiça, ouvindo o professor e o inspector municipal.

Do professor e Inspector municipal

Artigo 17.º Incumbe ao professor:
 Dar aos alumnos pela sua conducta constantes exemplos de moralidade e applicacão, ser solícito em dar bons conselhos e inspirar-lhes os sentimentos de honra, amor a patria e as leis, manter a ordem e a regularidade na escola, fazer-se amado dos discipulos, esforçar-se pelo adiantamento d'elles, tratal-os com outra distincão que não seja a do merito, e

14
 cada um e encios dos professores, pa-
 ra poder o mesmo receber os respectivos
 vencimentos.

Systema disciplinar

Artigo 20.º As unicas penas admittidas de que
 os professores poderão uzar são: 1.º re-
 prehensão - 2.ª privação de reuio -
 3.ª - retenção ate meia hora depois
 de findo os trabalhos, 4.º - expulsão
 por um dia, 5.º expulsão definitiva,
 e esta ultima penalidade haverá
 recurso para o Agente executivo Mu-
 nicipal.

Das Serias

Artigo 21.º O anno escolar principiará a 15 de
 Janeiro e terminará em 15 de De-
 zembro.

Artigo 22.º São feriados, alem dos dias de festa
 nacional e estadual, os domini-
 gos, quintas feiras e os dias san-
 tificados do costume e de domini-
 go de Ramos a domingo da Ressurreição.

Do ensino

Artigo 23.º O ensino nas escolas municipais
 constará: de instrucção civica e
 moral, leitura e escripta, noções
 de gramatica portugueza e ca-

cathecismo, noções de arithmetica
inclusive as quatro operações fac-
ções e systema metrico, noções de
historia do Brazil e Minas, noções
geraes de geographia especialmen-
te a do Brazil e Minas.

Artigo 24.º

Os trabalhos escolares começarão
as nove horas e meia e termina-
rão as duas da tarde, havendo
ao meio dia recreio de meia hora.

Os exames escolares

Artigo 25.º

Nos tres dias anteriores ao encerra-
mento dos trabalhos escolares terao lugar
os exames dos alumnos, versando
sobre as materias estudadas du-
rante o anno lectivo.

Artigo 26.º

Haverão tres examinadores nomeados
pelo Agente Executivo Municipal
entre as pessoas mais habilitadas
da localidade sendo uma Dito
o Presidente dos exames.

Nomeação e Remissão dos professores e Inspectores

Artigo 27.º

Os professores e inspectores serao no-
meados pelo Agente Executivo Mu-
nicipal ao qual compete fixar
se ordenados dos professores sendo
gratuito o cargo de Inspector.

Artigo 28.º

A nomeação de professores realis-

rá sobre pessoa de reconhecida honra
diz e moralidade e com sufficiente ins-
truccão a juizo do Agente Executivo
Municipal e informaçãõ do Juiz de
Paz do districto a quem ovirá o
Agente Executivo.

§ unico

Para provimento do cargo de ins-
pector observar-se-há tanto quanto pos-
sivel o disposto n'este artigo.

Parte penal

Artigo 29.º

No caso de infracções das disposições
contidas no presente regulamento con-
forme a gravidade da falta, ficam
os professores sujeitos as seguintes penas
impostas pelo Agente Executivo Munici-
cipal: 1.º Advertenciaõ, 2.º multa de
50000 a 200000 milreis, 3.º suspensãõ
do exercicio e vencimentos de 8 a
30 dias 4.º demissãõ.

§ unico

Os inspectores s' serão sujeitos as
penas de advertenciaõ e demissãõ.

Disposições geraes

Artigo 30.º

A Camara Municipal poderá re-
compensar com a quantia de 500000
milreis aos professores que no decur-
so de um anno mostrar aptidão e
apresentar maior numero de alumnos

Artigo 31º

destinatos

Os professores passarão diariamente revista de acção aos alumnos e obrigat-os-hão a lavar as mãos e o rosto quando não hajam feito etc. etc.

Artigo 32º

No caso de molestias provadas que obrigue os professores por mais de 15 dias a interromper os trabalhos escolares, poderá o Agente Executivo nomear um substituto interino, que vencerá metade do ordenado do professor durante o tempo da ausência deste.

§ Unico

O mesmo se observará no caso de licença dos professores.

Artigo 33º

As licenças aos professores serão concedidas: pelo Superintendente até 30 dias, pelo Agente Executivo até 90 dias, com metade do ordenado, e após este ultimo prazo sem ordenado algum.

§ Unico

Os professores que gozarem de licença consecutiva por mais de um anno perderão o lugar.

Artigo 34º

Hão-se creadas neste municipio cinco escolas, quatro de sexo masculino, sendo uma no Bom Sucesso districto da Barra Longa, uma no Monte Vidis districto do Urd' do Fuzquin, uma em Miguel Rodrigues, districto de Chatoirim de Brumado, uma

16

em Palmiras, districto do Turquim e
 uma de seis freguesias no Morro de
 Sant. Anna, districto desta Cidade,
 com o ordenado de seis centos mil reis
 creado em 1.ª de Junho de 1892, pela verba Obras pu-
 blicas, multas e ramentos e districtos

Artigo 35.º

As primeiras nomeações para o provei-
 mento d'estas cadeiras, serão feitas
 livremente pelo agente executivo Mu-
 nicipal, dentre os candidatos que
 lhe parecerem mais capazes e que
 tenham ja dado provas de idoneidade
 professional. As vagas que posterior-
 mente se derem, serão preenchidas
 mediante concurso.

Artigo 36.º Revogam-se as disposições em contrario.
 Mando, portanto, a todos aquelles a quem o conhe-
 cimento e execução da presente regulamentação per-
 tencer que o cumpram e façam cumprir, todo
 inteiramente como nelle se contém, foyendo o Se-
 cretario da Camara publicar e esticar.

Paes da Camara Municipal da Cidade Mariana
 23 de Janeiro de 1893.

Guilherme Camillo de Almeida

N'esta Secretaria foi publicada a presente regula-
 mentação aos 23 dias do mez de Janeiro de 1893.

Secretario Jose Antonio da Silva

Anexo D (Tabela 6- Horários e Disciplinas nos Grupos Escolares)

Horário do 1º Ano dos Grupos Escolares (1907-1911)

HORAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
10h	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
10h25min	Aritmética	Escrita	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética
10h50min	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
11h	Língua Pátria	Aritmética	Língua Pátria	Escrita	Língua Pátria	Língua Pátria
11h25min	Geografia	Geografia	Escrita	Geografia	Escrita	Escrita
11h50min	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos
12h15min	História do Brasil	Língua Pátria	Instrução Moral e cívica	Aritmética	História do Brasil	Aritmética
12h40min	Escrita	Escrita	Aritmética	Língua Pátria	Aritmética	Geografia
13h5min	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
13h15min	Aritmética	Aritmética	Leitura	Leitura	História natural física e higiene	Leitura
Até 14h	Leitura	Leitura	Trabalhos	Escrita	Leitura	Trabalhos

Fonte: Decreto nº1.947- 30/09/1906

Horário do 2º ano dos Grupos Escolares (1907-1911)

HORAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
10h	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
10h25min	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética
10h50min	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
11h	Língua Pátria	Geografia	Língua Pátria	Geografia	Língua Pátria	Língua Pátria
11h25min	Geografia	Escrita	Escrita	Escrita	Escrita	Escrita
11h50min	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos	Exercícios Físicos
12h15min	História do Brasil	Língua Pátria	Instrução Moral e Cívica	Língua Pátria	História do Brasil	Geografia
12h40min	Escrita	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética
13h5min	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
13h15min	Aritmética	Aritmética	Leitura	Leitura	História natural física e higiene	Leitura
Até 14h	Leitura	Leitura	Trabalhos	Escrita	Leitura	Trabalhos

Fonte: Decreto nº1.947- 30/09/1906

Horário do 3º ano dos Grupos Escolares (1907-1911)

HORAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
10h	Leitura	Aritmética	Leitura	Leitura	Leitura	Aritmética
10h25min	Aritmética	Escrita	Aritmética	Escrita	Aritmética	Aritmética
10h50min	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
11h	Geografia	Geografia	Língua Pátria	Geografia	Língua Pátria	História do Brasil
11h25min	História	História do Brasil	História do Brasil	História do Brasil	História Natural, Física e Higiene	Escrita
11h50min	Ex.Físicos	Ex.Físicos	Ex.Físicos	Ex.Físicos	Ex.Físicos	Ex.Físicos
12h15min	Língua Pátria	Língua Pátria	Instrução Moral e Cívica	Língua Pátria	História do Brasil	Geografia
12h40min	Geometria e Desenho	Aritmética	Geometria e Desenho	Aritmética	Aritmética	Geometria e Desenho
13h5min	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
13h15min até 14h	Trabalho	Trabalho	Trabalho	Trabalho	Trabalho	Trabalho

Fonte: Decreto nº1.947- 30/09/1906

Horário do 4º ano dos Grupos Escolares (1907-1911)

HORAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
10h	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
10h25min	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética	Aritmética
10h50min	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
11h	Geografia	Geografia	Geografia	Geografia	Geografia	Geografia
11h25min	História do Brasil	Língua Pátria	História do Brasil	História do Brasil	Língua Pátria	História do Brasil
11h50min	Ex.Físicos	Ex.Físicos	Ex.Físicos	Ex.Físicos	Ex.Físicos	Ex.Físicos
12h15min	Aritmética	Desenho e Geometria	Instrução Moral e Cívica	Aritmética	Geometria e Desenho	Aritmética
12h40min	Geometria e Desenho	Escrita	Escrita	Geometria e Desenho	Escrita	História Natural, Física e Higiene
13h5min	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
13h15min	Língua Pátria	Língua Pátria	Língua Pátria	Língua Pátria	Língua Pátria	Língua Pátria
até 14h	Escrita	História do Brasil	Geometria e Desenho	História Natural, Física e Higiene	Instrução Moral e Cívica	Geometria e Desenho

Fonte: Decreto nº1.947- 30/09/1906

Anexo E (Ata de exames)

Livro 25- Livro de visita de inspetores

Acervo Escola Estadual Dom Benevides

p.27

“Acta de exames

Aos 2, 3, 4, 5 e 6 dias do mez de dezembro de mil novecentos e dose, n'esta cidade de Marianna do Município de Marianna d'este Estado de Minas Gerais, presentes no edificio em que funciona o Grupo Escolar o Snr. Inspector escolar Dr. Francisco Leocádio de Araújo, o Snr. supplente do Inspector escolar e presidente da banca examinadora Cel. Joaquim Affonsa Rodrigues de Moraes, os examinadores Pharmaceutico Jacyntho de Godoy e José Ignácio de Sousa e os respectivos professores Dona Albertina Guedes e Ercília Jacinta Ferreira de Mesquita as 7 horas da manhã, a portas abertas, o referido inspector e o presidente da meza do sexo feminino assumindo as presidencias das mezas examinadoras declararam que como representantes do Governo do Estado iam proceder os exames dos alumnos dos quatro annos matriculados no mencionado Grupo, começando pelas provas escritas, como determina o Regulamento em seus artigos 246, 247 e 248 e, em seguida ordenaram aos respectivos professores procedessem a chamada dos alumnos acima referidos. Feito isto verificaram acham-se presentes 7 alumnas e 11 alumnos.

Postos na urna os pontos de Lingua Pátria em nº os 10, chamada a alumna mais moça Adelina Bethonico foi sorteada o nº 7 (descripção do edífio do Grupo), chamdo o alumno mais moço José Pedro dos Santos. José sorteado o mesmo nº do das meninas sendo começado a prova escripta a qual compareceram todos os 18 alumnos dos 4^s annos, em banca separadas, foi dada esta prova seu logar no mesmo dia, com as mesmas formalidades a escripta de Aritmética, a chamando-as na urna 15 pontos, foi sorteado o nº 1^o para as meninas (problemas sobre as quatro operações) e o nº 5 para os meninos (juros simples), findo esta prova. Teve logar, no dia immediato, com as mesmas formalidades as provas escritas de Geographia achando-se na mesma 12 pontos e tendo sido sorteado para as meninas o ponto nº 7 (situação geographica, aspecto physico e clima de Minas Gerais), e para os meninos o nº 11 (produto de exportação de Minas Gerais); finda esta prova, teve logar, no mesmo dia, com as mesmas formalidades a prova escripta de História do Brazil e achando na mesma 10 pontos, foi sorteado para as meninas o nº 5 (descoberta da América e Colombo) e para os meninos o 7 (Presidente de Minas).

Terminadas as provas escriptas acima referidas as comissões examinadoras apóz a classificação dos mesmos, deu começo aos oraes ditados esses materias e mais de geometria, história natural, moral e cívica e leitura.

A prova oral de cada disciplina era feita individualmente tirando cada alumno a porção que era chamada, um ponto a sorte sobre o qual descorria.

Terminadas que foram todas as provas os presidentes das comissões, depois de conferirem com os examinadores, publicaram o seguinte resultado:

Approvados plenamente os alumnos Altair Stello de Guimarães (grao 9), Adelina dos Reis Bethomico (grao 8), Francisca Soares Marcis (grao 8) Josephina de Soares Chaves (grao 8) Joanna de Padua Coelho (grao 7) Semirames da Conceição Santos (grao 6) José Celso dos Santos (grao 8) Euclides José de Sant'Anna (grao 7) Bernardo Antônio Soares (grao 7) João Alphonsus de Guimaraes (grao 7) Francisco de Paula Oliveira Loyola (grao 6) José Godoy (grao 6) Jovelino Augusto Gomes (grao 6) e simplesmente José Teixeira Chaves (grao 8); reprovados, Carmindo Paulo de Cmz, Francisco Luis Gomes e Augusta Ribeiro; fugiu das provas José Peixoto de Moraes. Aos alumnos acima referidos e que concluíram o curso primário mandaram os presidentes das mezas que se expedissem os certificados das aprovações em exame final de accordo com o que dispõe o Regulamento vigente. Em seguida declararam encerrados os trabalhos dos exames, mandaram lavrar a presente acta que vai assinada pelas comissões examinadoras e determinavam se estrahisse d'ella uma copia que depois de certificada pelas comissões examinadoras, seria pelo respectivo director enviada à Secretaria do Interior.”

assinatura dos presidentes, examinadores e do director do Grupo.

Anexo F (Regulamento de 1906, Reforma do ensino primário de Minas Gerais)

Norma: LEI 439 1906 **Data:** 28/09/1906 **Origem:** LEGISLATIVO

- Ementa:** AUTORIZA O GOVERNO A REFORMAR O ENSINO PRIMÁRIO, NORMAL E SUPERIOR DO ESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
- Observação:** NÃO FOI FEITO VIDE NA LEI 428, DE 30/8/1906, NÃO IMPLANTADA POR SUA ANTERIORIDADE À CONSTITUIÇÃO DE 1947.
- Fonte:** PUBLICAÇÃO - COLEÇÃO DAS LEIS E DECRETOS DE MINAS GERAIS - 28/09/1906 PÁG. 20 COL. 1
- Indexação:** AUTORIZAÇÃO, EXECUTIVO, REFORMA, ENSINO PRIMÁRIO, ENSINO NORMAL. DISPOSITIVOS, OBRIGATORIEDADE, GRATUIDADE, FUNCIONAMENTO, ENSINO PRIMÁRIO, ESCOLA ISOLADA, GRUPO ESCOLAR, ESCOLA NORMAL, ESCOLA MODELO. DISPOSITIVOS, COMPETÊNCIA, EXECUTIVO, ORGANIZAÇÃO, ESTABELECIMENTO DE ENSINO, ENSINO PRIMÁRIO, REFERÊNCIA, ANO LETIVO, MATRÍCULA, FERIADOS, QUANTIDADE, ALUNO, FREQUÊNCIA ESCOLAR, PENA DISCIPLINAR, EXAME ESCOLAR. DISPOSITIVOS, POSSIBILIDADE, CRIAÇÃO, CURSO TÉCNICO, ENSINO PRIMÁRIO, GRUPO ESCOLAR. DISPOSITIVOS, NOMEAÇÃO, DESIGNAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, EXERCÍCIO, PERDA, CARGO PÚBLICO, CONCESSÃO, PRÊMIO, VENCIMENTOS, DISPOSIÇÃO, PROFESSOR PRIMÁRIO, ESTABELECIMENTO DE ENSINO, ENSINO PRIMÁRIO. POSSIBILIDADE, EXECUTIVO, SUPRESSÃO, ESCOLA ISOLADA, LOCALIDADE, ORGANIZAÇÃO, GRUPO ESCOLAR. DISPOSITIVOS, EXECUTIVO, CONCESSÃO, GRATUIDADE, CONTINUIDADE, ENSINO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, ESTUDANTE CARENTE, ENSINO PRIMÁRIO. DISPOSITIVOS, FUNCIONAMENTO, ORGANIZAÇÃO, ENSINO NORMAL. POSSIBILIDADE, EXECUTIVO, ANEXAÇÃO, CURSO SUPERIOR, ESCOLA NORMAL, ESCOLA MODELO. DISPOSITIVOS, FISCALIZAÇÃO, ESTABELECIMENTO DE ENSINO, MUNICÍPIOS, ESCOLA PARTICULAR. DOTAÇÃO, VERBA, ORÇAMENTO, SECRETARIA DO INTERIOR, OBJETIVO, INSTALAÇÃO, PRÉDIO ESCOLAR, AQUISIÇÃO, LIVRO DIDÁTICO, MATERIAL ESCOLAR, MÓVEIS, ESTABELECIMENTO DE ENSINO, ENSINO PRIMÁRIO.
- Catálogo:** ESTABELECIMENTO DE ENSINO.

Texto**Atualizado:**

Autoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do Estado e dá outras providências.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Governo de Minas Gerais autorizado a reformar o ensino primário e normal do Estado, de modo que a escola seja um instituto de educação intelectual, moral e física.

Art. 2º - A reforma será feita sobre as bases da presente lei.

Art. 3º - O ensino primário – gratuito e obrigatório – será ministrado em:

I – Escolas isoladas;

II – Grupos escolares;

III – Escolas-modelo anexas às escolas normais.

Art. 4º - O Governo empregará os esforços possíveis para a difusão do ensino em todos os núcleos de população.

Art. 5º- Serão adotadas medidas adequadas e eficazes para que a instrução primária se torne realmente obrigatória, determinando- se a idade escolar e isenções.

Art. 6º - Ao Governo incumbirá:

I – determinar a graduação das escolas, a duração do curso primário e a mais conveniente divisão do ensino;

II – organizar o programa escolar, adotando um método simples, prático e intuitivo;

III – estabelecer:

1º- as condições da matrícula;

2º - o dia escolar;

3º - os feriados;

4º - o máximo de alunos de cujo ensino se poderá ocupar um professor;

5º - a frequência mínima necessária para conservação de uma escola;

6º - as penas disciplinares;

7º - a época e o processo dos exames.

Art. 7º - Aos grupos escolares e às escolas-modelo dar-se-á a organização mais adaptada aos intuítos de sua instituição.

Parágrafo único – Nos grupos escolares poderá ser criado o ensino técnico primário.

Art. 8º - Os professores primários poderão ser efetivos, adjuntos e substitutos.

Art. 9º - Os professores efetivos e adjuntos, que devem ser normalistas, serão nomeados pelo Presidente do Estado, e os substitutos, na forma determinada em regulamento.

Art. 10 – Nos lugares onde forem organizados os grupos escolares de que trata esta lei, poderá o Governo suprimir tantas escolas isoladas quantas as de que constarem os respectivos grupos, ficando em disponibilidade com metade dos vencimentos o professor da escola suprimida, que não for aproveitado para essa organização, até que lhe seja designada nova cadeira onde deva ter exercício.

Parágrafo único – Se não aceitar a cadeira que lhe for designada, perderá o professor as vantagens da disponibilidade ativa, medida que se estende ao professor em disponibilidade, que aceitar qualquer comissão do Governo estadual ou federal.

Art. 11 – Além dos casos já previstos em lei, também perderá a cadeira o professor cuja incapacidade moral ou física para o exercício do cargo ficar verificada em processo regular, na

forma prevista do regulamento.

Art. 12 – É vedado ao professor o exercício de profissão de que resulte prejuízo para o ensino, sob pena de perda do emprego.

Art. 13 – Devem ser adotadas disposições regulamentares tendentes a darem aos professores estímulo na sua aplicação ao estudo e incentivos para o cumprimento de seus deveres, já classificando-se as escolas de modo que se estabeleça o acesso na carreira do magistério primário, já conferindo-se prêmios aos que apresentarem anualmente maior número de alunos que completem o curso e sejam aprovados em todas as matérias do programa escolar.

Art. 14 – Os alunos pobres que mais se distinguirem no curso primário pela inteligência, bom procedimento e assídua aplicação, terão a proteção do Governo para serem admitidos gratuitamente, quer no Ginásio Mineiro, quer nos ginásios equiparados.

Parágrafo único – O Governo poderá ainda promover a educação profissional, quer dentro, quer fora do território nacional, de alunos pobres que revelarem decidida aptidão para as artes mecânicas ou para as belas artes.

Art. 15 – O ensino normal do Estado será ministrado em:

I – escola normal-modelo na Capital;

II – escolas normais regionais.

Art. 16 – Às escolas normais, cujo fim é formar bons professores, dar-se-á uma organização completa para que os alunos adquiram as qualidades pedagógicas indispensáveis aos que se destinam ao magistério público.

Art. 17 – Logo que julgar oportuno, poderá o Governo:

I – fundar a escola normal-modelo na Capital, podendo anexar-lhe um curso superior;

II – restabelecer o ensino normal estadual de acordo com as necessidades da instrução pública.

Art. 18 – A direção, administração e inspeção do ensino público compete ao Presidente do Estado por meio do Secretário do Interior, devendo ser regulada a fiscalização administrativa e técnica do modo que for mais conveniente para que seja real, constante e eficaz.

Art. 19 – A fiscalização do ensino por parte do Estado estender-se-á também aos estabelecimentos e escolas particulares e municipais.

Art. 20 – Os estabelecimentos equiparados às escolas normais do Estado, mantidos por particulares ou por associações, entrarão anualmente para o tesouro do Estado, em prestações trimestrais ou semestrais, com a quota de 2:000\$, destinada ao custeio do serviço de fiscalização dos mesmos, para o que o Governo expedirá as precisas instruções, nas quais deverá ser consignada a exigência de adoção dos mesmos programas das escolas normais do Estado, bem como a de serem providas as cadeiras vagas pela forma consignada em regulamento para as do Estado, e outras que forem julgadas convenientes a bem do ensino.

Parágrafo único – A inobservância das disposições regulamentares referentes aos estabelecimentos de ensino equiparados às Escolas Normais determinará a suspensão ou

anulação das regalias e vantagens de que os mesmos gozem.

Art. 21 – Da data da publicação desta lei em diante não poderá o Governo do Estado conceder a qualquer estabelecimento de ensino, mantido por particulares, por associações ou municipalidades, as regalias de equiparação às Escolas Normais do Estado.

Art. 22 – Para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação popular sob o tríplice aspecto físico, intelectual e moral, o Governo empregará os meios possíveis para serem as escolas instaladas em edifícios apropriados e providas de livros didáticos, mobília e todo o material de ensino prático e intuitivo.

Parágrafo único – O Governo escolherá o plano dos edifícios escolares e o modelo da mobília, e adotará ou fará organizar livros que auxiliem o professorado na educação da infância.

(Vide art. 138 da Lei nº 2610, de 8/1/1962.)

(Vide art. 1º da Lei nº 6421, de 30/9/1974.)

(Vide Lei nº 8503, de 19/12/1983.)

Art. 23 – Para o fim determinado no artigo antecedente, será consignada uma verba especial no orçamento anual das despesas da Secretaria do Interior.

Art. 24 – Os professores da Escola Normal-modelo, das Escolas Normais reorganizadas, dos grupos escolares e de escolas isoladas, bem como os funcionários que sejam criados para a execução desta lei, terão os vencimentos que o Governo lhes marcar em tabela provisória, até que sejam fixados pelo Congresso Legislativo Mineiro.

Art. 25 – O Governo do Estado poderá aproveitar os lentes e professores em disponibilidade, quer no serviço do magistério, quer no de fiscalização do ensino, perdendo as vantagens da disponibilidade ativa o professor que não aceitar a designação que for feita para qualquer desses serviços, uma vez que os vencimentos do cargo para que for aproveitado sejam iguais ou superiores aos que percebia quando foi posto em disponibilidade.

Art. 26 – Os funcionários de qualquer categoria, a que se referem os arts. 1º e 2º da Lei nº 428, de 30 de agosto de 1906, são os estaduais.

Art. 27 – Logo que for possível, será organizado o fundo escolar instituído pela Constituição Política do Estado de Minas Gerais.

Art. 28 – Para a execução desta lei fica o Governo autorizado:

I – transferir escolas de um município para outro, de acordo com as necessidades da instrução pública;

II – reformar o conselho superior de instrução pública, de acordo com as necessidades desse ramo de serviço público;

III – expedir regulamentos parciais, se julgar conveniente;

IV – fazer as necessárias operações de crédito, caso não sejam suficientes as verbas consignadas no orçamento do Estado.

Art. 29 – Fica também o Governo do Estado autorizado a reorganizar a Escola de Farmácia, podendo criar novas cadeiras e distribuir as matérias do curso do modo que julgar mais conveniente aos interesses do ensino, para o que poderá elevar a três os dois anos do curso dessa Escola, respeitados os direitos dos lentes atuais.

Art. 30 – Esta lei entrará em vigor desde a data de sua publicação.

Art. 31 – Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencerem, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

O Secretário de Estado dos Negócios do Interior a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte, aos 28 de setembro de 1906, décimo sétimo da República.

João Pinheiro da Silva
Manoel Thomaz de Carvalho Britto

Selada e publicada nesta Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte, aos 29 de setembro de 1906. –O diretor, Edmundo da Veiga.

APÊNDICE 1- Lista dos trabalhos encontrados:

1. Irlen Antônio Gonçalves, com a tese **Cultura Escolar, Prática e Produção dos Grupos Escolares em MG (1891-1918)**, defendida em 2004, procurou “compreender o processo de produção da escola primária em Minas Gerais que se configurou na passagem da organização do modelo escolar das Escolas Isoladas para o modelo escolar dos grupos escolares. A partir dessa referência o tempo da pesquisa foi delimitado entre a última década do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, especificamente entre os anos de 1891 a 1918”²⁶⁴
2. Dilma Maria Andrade Oliveira, com a tese **Legislação e Educação: o ideário reformista do ensino primário em Sergipe na Primeira República- 1889 a 1930**, defendida em 2004, procurou “discutir a gênese da instrução pública republicana no Estado de Sergipe, no período compreendido entre 1889 a 1930, também denominado de Primeira República ou República Velha.”
3. José Luis Simões, com a tese **Escolas para as elites, cadeia para os vadios: relatos da Imprensa Piracicabana (1889-1930)**, defendida em 2005, procurou mostrar “a presença de negros, imigrantes pobres e ciganos como principais protagonistas nos noticiários de violência da imprensa Piracicabana na República Velha. Além disto, apresenta evidências de que o espaço escolar era privilégio de uma parcela ínfima da população, as elites que controlavam o poder político e econômico na cidade.”
4. Elizabeth Figueiredo de Sá Poubel e Silva, com a tese **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)**, defendida em 2006, procurou compreender a implantação dos primeiros grupos escolares em Mato Grosso. O olhar se desloca das reformas educacionais e da história institucional e recai sobre a história da infância. Pretende perceber como este modelo escolar foi organizado para formar o futuro cidadão “desejável” para atuar na sociedade, inquirindo a cultura escolar que nela surgiu e as representações concorrentes de infância, presentes na sociedade mato-grossense. O período delimitado, de 1910 a 1927, refere-se ao tempo que vigorou o Regulamento da Instrução Pública Primária de 1910, responsável pela introdução deste modelo institucional no Estado.”
5. Paulo de Nóbrega, com a tese **Poder Oligárquico, Nacionalização de Imigrantes e Ensino Público: modernização do ensino primário em Santa Catarina**, defendida em 2006, procurou “verificar como a expansão da Escola Pública Catarinense, na Primeira República, pôde contribuir para a “adesão” das populações dos municípios às concepções de mundo e aos interesses das lideranças políticas locais e estaduais ou, numa terminologia gramsciana, como pôde contribuir para o processo de hegemonia – para a subordinação das classes subalternas à

²⁶⁴ o texto entre aspas foi retirado do resumo feito pelo pesquisador que consta no site da CAPES. O mesmo será feito com os demais pesquisadores citados abaixo.

- direção política e cultural das oligarquias dirigentes ao longo do período em estudo. Investigou as políticas de modernização da instrução primária pública, especialmente nas décadas de 10 e 20 do século XX.”
6. Paulo Rogério Stella, com a tese **Ordem? Qual Ordem? A circulação de valores em um arquivo de correspondências de um Grupo Escolar (1905-1911)**, defendida em 2006, procurou fazer um “estudo discursivo de seis Livros de Registro da Correspondência da Escola Complementar e Grupo Escolar de Itapetininga. Os livros contêm no total 648 cartas registradas por amanuenses da escola durante o período de 1905 a 1911.”
 7. Rita de Cássia de Souza, com a tese **Não Premiarás, Não Castigarás, Não Ralharás... dispositivos disciplinares em Grupos Escolares de Belo Horizonte (1925-1955)**, defendida em 2006, procurou apresentar os dispositivos disciplinares utilizados nos Grupos Escolares de Belo Horizonte num período em que a cidade foi denominada “capital pedagógica do Brasil”, com Reformas Educacionais baseadas no movimento escolanovista.
 8. Rogéria Moreira Rezende Isobe, com a tese **Educação e civilização no sertão: práticas de constituição do modelo escolar no triângulo mineiro (1906-1920)**, defendida em 2008, procurou “analisar o processo de constituição do modelo escolar em Minas Gerais engendrado com a Reforma educacional de 1906. Focaliza o Triângulo Mineiro buscando apreender as lutas de representações e as ações dos sujeitos escolares na interlocução com outros agentes e instituições sociais envolvidas no movimento de produção do modelo escolar no período de 1906 a 1920.”
 9. Denise Gomes de Barros Rosa, com a dissertação **Gênese da Educação Escolar em Botucatu (1860-1915)**, defendida em 2004, buscou “reconstituir o processo de criação de escolas na cidade de Botucatu, entre os anos de 1860 a 1916. O marco inicial dessa cronologia, a década de 1860, é determinado por dar-se nessa data a criação das primeiras "aulas" na cidade; o final, o ano de 1916, é marcado pela inauguração do novo prédio da Escola Normal.”
 10. Maricilde Oliveira Coelho, com a dissertação **Proclamar cidadãos: moral e civismo nas escolas públicas paraenses (1890-1910)**, realizou “uma pesquisa histórica sobre as táticas e estratégias utilizadas pelo governo republicano paraense para alcançar a formação moral e cívica do aluno da escola primária paraense nas duas primeiras décadas após a proclamação da república.”
 11. Rogéria Moreira Rezende Isobe, com a dissertação **Moldando as práticas escolares: um estudo sobre os relatórios de inspeção técnica do ensino no triângulo mineiro (1906-1911)**, defendida em 2004, tratou “da Inspeção Técnica do Ensino (ITE) instituída com a Reforma educacional mineira de 1906. Focaliza os Relatórios dos inspetores que atuavam nas

- escolas primárias da região do Triângulo Mineiro no período de 1906 a 1911.”
12. Jardel Costa Pereira, com a dissertação **Grupo Escolar de Lavras: produzindo uma instituição modelar em Minas Gerais (1907-1918)**, defendida em 2005, discorreu “sobre a educação pública primária mineira, no período que vai dos primeiros anos ao final da segunda década do século XX, quando houve a afirmação de uma nova forma escolar no Estado de Minas Gerais.”
 13. Maria Genaina de Almeida Ribeiro Reder, com a dissertação **Ensino público primário em Guarulhos: as Escolas Isoladas na Primeira República**, defendida em 2005, analisou “a história da educação primária em Guarulhos, como dado da identidade local. O período estudado é o da Primeira República, com ênfase em 1926, quando foi inaugurado o primeiro Grupo Escolar do Município.”
 14. Crislane Barbosa de Azevedo, com a dissertação **Cultura Escolar e Civilização: Grupos Escolares em Sergipe (1911 / 1930)**, defendida em 2006, pesquisou “o processo de instalação dos Grupos: “Modelo” (1911), “Central” (1911), “General Siqueira” (1913), “Barão de Maroim” (1917), “General Valladão” (1918), “Manoel Luiz” (1924), “José Augusto Ferraz” (1925) em Aracaju; “Coelho e Campos” em Capela (1918); “Gumercindo Bessa” em Estância (1923); “Olimpio Campos” em Neópolis (1923); “Vigário Barroso” em São Cristóvão (1923); “Sílvio Romero” em Lagarto (1923); “Fausto Cardoso” em Simão Dias (1924); “Severiano Cardoso” em Boquim (1924); “Coronel João Fernandes” em Propriá (1924).”
 15. Cristina de Almeida Valença, com a dissertação **Civilizar, Regenerar e Higienizar: a difusão dos ideais da Pedagogia Moderna por Helvécio de Andrade 1911-1935**, defendida em 2006, teve “como objetivo analisar a contribuição de Helvécio de Andrade para a difusão dos princípios de modernização da instrução pública sergipana nas três primeiras décadas republicanas.”
 16. Geraldo Gonçalves de Lima, com a dissertação **O Grupo Escolar Honorato Borges em Patrocínio – Minas Gerais (1912 -1930) : ensaios de uma organização do ensino público primário**, defendida em 2006, realizou “uma investigação realizada sobre a História das Instituições Escolares e está relacionada à criação, implantação e organização do Grupo Escolar Honorato Borges, localizado na cidade de Patrocínio – MG. Este Grupo Escolar é considerado a primeira escola da rede oficial implantada na cidade. O recorte temporal utilizado no desenvolvimento da pesquisa abrange a criação do Grupo Escolar, ocorrida em 1912 e vai até 1930, quando é concluída a obra do atual prédio.”
 17. Lausane Corrêa Pykosz, com a dissertação **A higiene nos grupos escolares curitibanos: fragmentos da história de uma disciplina escolar (1917-1932)**, defendida em 2007, “investigou historicamente a disciplina escolar Higiene nos grupos escolares de Curitiba, no

- período entre 1917 e 1932, evidenciando as relações entre escolarização e higiene, a concepção da disciplina, seus conteúdos e as motivações de seus propositores para sua criação. Além disso, buscou-se investigar o tempo destinado a essa disciplina entre as práticas escolares, bem como a estrutura interna da Higiene e seus conteúdos específicos, partindo das noções de cultura escolar e história das disciplinas escolares.”
18. Mozart de Araújo Junior, com a dissertação **Grupo Escolar e Espaço Arquitetônico: um estudo sobre os dispositivos materiais de produção da escola graduada (1893-1917)**, defendida em 2007, procurou “estudar a construção dos Grupos Escolares na cidade de São Paulo entre 1893 e 1917, período esse identificado pela construção de quatro edifícios escolhidos para essa análise e que encontra-se inserido ao período da Primeira República do Brasil.”
 19. Najar Roberto Porcel, com a dissertação **República e educação: as imagens arquitetônicas e jornalísticas do Grupo Escolar "Barão de Monte Santo" (Mococa-SP)**, defendida em 2007, procurou analisar “o edifício do Grupo Escolar "Barão de Monte Santo", atualmente Escola Estadual "Barão de Monte Santo", projetado e construído no início do século XX, na cidade de Mococa, Estado de São Paulo e as possíveis relações entre o período republicano e educação.”
 20. Rosângela Maria C. Guimarães, com a dissertação **Templo do Bem: o Grupo Escolar de Uberaba, na escolarização republicana (1908-1918)**, defendida em 2007, teve como “objeto da investigação uma escola primária pública mineira, o Grupo Escolar de Uberaba, primeira instituição desse gênero na cidade.”
 21. Rosicléia Aparecida Lopes de Faria, com a dissertação **Da educação moderna a formação do cidadão republicano: implantação da escola pública em Patos de Minas, MG (Grupo Escolar Marcolino de Barros, 1913-1928)**, defendida em 2007, buscou “traçar as discussões e implicações em torno da instrução pública primária em Patos de Minas – MG, no período compreendido entre 1913 e 1928, tendo o Grupo Escolar Marcolino de Barros como referencial.”
 22. Maisa de Almeida Braga, com a dissertação **Grupo Escolar Dr. Cesário Bastos : memórias da escola e da cidade**, defendida em 2008, procurou “resgatar a memória, o cotidiano e a experiência escolar do alunado tanto quanto as relações da escola com as famílias às quais pertenciam os alunos do Grupo Escolar Dr. Cesário Bastos. O período escolhido para a referida pesquisa se apresenta entre os anos de 1900 a 1950”
 23. Marcio Brasil, com a dissertação **O Grupo Escolar Visconde de São Leopoldo e a escolarização de Vila Macuco durante a Primeira República**, defendida em 2008, buscou analisar “documentos do cotidiano do Grupo Escolar Visconde de São Leopoldo no período

- de gestão de seu primeiro Diretor, José Olivar da Silva (1915-1935), visando contribuir para a compreensão da escolarização da infância em Vila Macuco, bairro operário da cidade de Santos/SP, durante a Primeira República.”
24. Léia de Cassia Langnor e Sousa, com a dissertação **A Educação Pública de Itapeva - SP: da gênese ao Grupo Escolar Coronel Acacio Piedade (sec. XIX e XX)**, defendida em 2008, procurou “levantar a história do Grupo Escolar Coronel Acácio Piedade, anteriormente denominado Grupo Escolar de Faxina, seu papel na formação cultural - educacional da cidade e suas ligações com as questões políticas e socioeconômicas envolvidas em âmbito regional, de 1900 a 1918.”
25. Fernanda Cristina Campos da Rocha, com a dissertação **A Reforma João Pinheiro nas práticas escolares do Grupo Escolar Paula Rocha/Sabará**, defendida em 2008, buscou “investigar e compreender a implementação da Reforma João Pinheiro a partir dos impasses dos alunos em concluir o primário em quatro anos e da grande retenção no 1º ano do curso, no Grupo Escolar Paula Rocha, da cidade de Sabará, entre 1907 e 1916.”

APÊNDICE 2- Gomes Henrique Freire de Andrade²⁶⁵

Gomes Henrique nasceu em Mariana - MG em 03 de janeiro de 1865, filho de Antônio Gomes Freire de Andrade e de Maria Augusta Lebet Freire de Andrade. Sua descendência remonta a Antônio Gomes Freire de Andrade (Conde de Bobadela) que administrou a Província de Minas Gerais a partir de 1735 até 1763, por parte de pai, que era filho de Gomes Freire de Andrade - Coronel do Exército (Regimento de Minas) e Barão de Itabira. Ficou órfão de pai quando criança, permanecendo sobre os cuidados de sua mãe que, apesar das limitações financeiras, esmerou-se em formar seus dois filhos – um em Medicina e outro em Direito.

Iniciou seus estudos no Seminário de Mariana, dando continuidade no Liceu Mineiro de Ouro Preto, cursando as disciplinas necessárias à admissão no curso superior. Daí seguiu para a Escola de Medicina do Rio de Janeiro, onde defendeu com louvor a tese sobre “raiva hidrofóbica” e colou grau em 19 de janeiro de 1888, sendo escolhido como orador da turma na formatura ocorrida em fins de 1887, que curiosamente, teve escolhida como patronesse de sua turma a Princesa Izabel.

Desprovidos dos necessários recursos financeiros, durante o curso atuou como jornalista. Tal posição favoreceu o contato com o ambiente das agitações republicanas que assolavam o Rio de Janeiro, influenciando-o, profundamente, no caminho político seguido desde então. Ainda acadêmico de Medicina, recebeu um convite para ocupar uma cadeira de deputado na Assembléia Provincial, que recusou sob justificativa de reservar suas colaborações para o novo regime.

De volta a Mariana para exercer sua profissão, casou-se com Maria do Carmo Breyner Freire de Andrade, com a qual teve três filhos. Em paralelo, iniciou sua carreira política de sucesso, elegendo-se deputado aos 26 anos. Foi um dos signatários da Carta Constitucional de Minas Gerais de 15 de junho de 1891 e um dos que, em 6 de dezembro de 1893, apoiaram a candidatura de Bias Fortes para a presidência do Estado de Minas Gerais. Em 1900, com mais 13 companheiros, fundou o jornal que inicialmente chamou-se *Rio Carmo* e que, em 1905, passa a ser intitulado *O Germinal*.

²⁶⁵ As informações contidas neste apêndice são os resultados da iniciação científica “Grupo Escolar de Mariana: instrução e política”, realizada na Universidade Federal de Ouro Preto nos anos de 2007-2008, sob a orientação da Prof. Dra. Rosana Areal de Carvalho e Financiada pelo CNPq.

Num movimento de influência múltipla, de um lado o avanço do Partido Republicano com o crescimento do número de filiados de um lado; de outro lado e a eleição de Gomes Freire como vereador da Câmara Municipal de Mariana em 1905, resultou na sua indicação para o posto de presidente da Câmara e Agente Executivo, dando início a uma vasta e intensa trajetória política. Elegeu-se Senador em Minas, para as 5ª, 6ª e 7ª legislaturas (1907 a 1918). Em virtude de sua eleição para Deputado Federal, 9ª legislatura, renunciou ao restante do mandato de Senador Estadual, dedicando-se inteiramente à cadeira de Deputado Federal entre os anos de 1915 e 1917.

No desempenho desses cargos políticos e do forte vínculo com João Pinheiro, então Presidente do Estado, representou Minas Gerais no 3º Congresso da Instrução Secundária que ocorreu na Bahia, em 1918, defendendo lá as propostas educacionais republicanas. O relacionamento entre Gomes Freire e João Pinheiro teve origem em Ouro Preto, ainda capital da Província, onde este montou sua banca de advocacia. Dessa relação próxima e amiga, credita-se a influência para as futuras iniciativas de Gomes Freire em torno da implantação de uma educação aos moldes republicanos.

Há que se considerar que Gomes Freire residia e atuava profissionalmente na região de Mariana e Ouro Preto que, até 1894, era Capital da Província. Certamente, pode-se atribuir a esse ambiente tão propício as importantes alianças políticas firmadas então e o forte vínculo com o Partido Republicano Mineiro (PRM).

Gomes Freire que manteve amizade e relações política com João Pinheiro até a morte deste em outubro de 1908. Os periódicos relataram inúmeras visitas de João Pinheiro à casa de Gomes Freire, deixando clara a fidelidade política mútua. O texto de “O Germinal” de 27 de dezembro de 1914, que lançou a candidatura de Gomes Freire para Deputado Federal, trouxe o trecho que afirmava estar o mesmo “filiado as doutrinas philosophicos- sociais e as formulas administrativas do imortal João Pinheiro da Silva, em cuja a fileira sempre militou com entusiasmo e lealdade sincera desde as eras academicas emanado pela identidade de ideais republicanos”

Não só a carreira política mas os atendimentos médicos de Gomes Freire também obtiveram sucesso e alcançaram repercussão positiva na cidade e na vizinhança. Ele chegou a ser contratado como médico da “Compania das Minas de Passagem” de Mariana, propriedade de ingleses, além de atender em consultório próprio. Seus atendimentos também privilegiavam pessoas sem condições financeiras e crianças carentes do Grupo Escolar, das

quais não eram cobradas as consultas, o que indica uma postura preocupada com sua função social.

O respeitado médico e político foi professor da Escola de Farmácia de Ouro Preto por mais de 30 anos, ministrando a disciplina de “Higiene e Microbiologia”. No início dos anos 30, Gomes Freire abandonou a política e passou a residir em Belo Horizonte, onde faleceu em 1938.

Essa mudança pode ser atribuída a alguns fatores, incluindo os de ordem política: a Revolução de 30 alterou profundamente o jogo das forças políticas, limitando o espaço de atuação do grupo liderado por ele. Acrescente-se a isso o apoio da Igreja Católica, na figura de Dom Helvécio, na derrubada da facção republicana então no poder.

No círculo de suas amizades pode-se destacar Alphonsus de Guimaraens, que além de fazer referências a Gomes Freire em algumas de suas poesias, também foi colaborador em *O Germinal*. Na biografia escrita pelo neto do escritor Guimaraens Filho encontram-se dois capítulos dedicados a esta amizade, dos quais destaca-se o trecho:

Pode dizer-se que teu grande amigo em Mariana foi o médico Dr. Gomes Freire de Andrade. Letrado, sensível, chefe político, professor, senador, interessado em tua vida, de tocante solicitude. Nos versos humorísticos que viria a escrever em Mariana há dois sonetos que falam do Dr. Gomes, como era familiarmente chamado²⁶⁶.

Como presidente do jornal – *Rio Carmo*, depois *O Germinal*, Gomes Freire dele se utilizou como porta-voz do diretório político do Partido Republicano de Mariana para defesa da nova forma de governo – a República. O caráter intencional do jornal ficou explícito, e reafirmado, no exemplar do dia 25 de dezembro de 1901, nos dizeres que declara ter *Rio Carmo*:

nascido para a defeza do povo, há sido a nossa divisa o lemma conhecido semper impendere vero, e sem animosidades, e sem armar aos applausos de quem quer que seja, por nossa vez se só temos applaudido na justa proporção em que se nos permite censurar, quando se az preciso.

mas ha, sobretudo, um pensamento politico mais elevado que nos domina é este a defeza intransigente da Republica, a luta pela sua regeneração.

²⁶⁶ GUIMARAENS FILHO, Alphonsus de. **Alphonsus de Guimaraens no seu ambiente**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Departamento Nacional do Livro, 1995. p.200

A estrutura do periódico dividia-se em 4 partes. A primeira parte geralmente tratava de temas referentes à República. A segunda trazia notícias da cidade, visitas ilustres, notas de falecimento e cumprimentos aos aniversariantes. As demais se revezavam entre anúncios, trechos de romances e boletins comerciais. Ainda encontrava-se em suas páginas: fábulas, poemas, agradecimentos, fofocas (conhecidas por “gazetilha”), pedidos, cumprimentos, etc. Era, para a época, um veículo de circulação de novas idéias e pontos de vista a fim de combater “*os inimigos da República, defendendo na medida de nossas forças o nosso ideal propaganda*”.²⁶⁷

O jornal procurou trazer informações da educação local de forma a promovê-la e associá-la às ações dos republicanos. Essa valorização acontecia na publicação de matérias sobre a construção de prédios, reformas, visitas ilustres aos estabelecimentos de ensino, destaque de professores e alunos, parabenização aos alunos que conseguiam se formar, descrição e valorização das festas escolares e prestação de contas da Caixa Escolar.

Outra iniciativa de Gomes Freire foi a criação da Sociedade Musical “União 15 de Novembro”, em 1901, uma clara homenagem à Proclamação da República. A banda era presença garantida nas datas cívicas, quando percorria a cidade tocando os hinos patrióticos. Apresentava-se, praticamente, em todas as atividades públicas, fossem elas políticas, religiosas ou escolares.

²⁶⁷ Rio do Carmo, Mariana, 3 de Janeiro de 1902.

APÊNDICE 3- José Ignácio de Sousa²⁶⁸

José Inácio de Sousa, primeiro diretor da escola, nasceu em 1º de janeiro de 1876, filho legítimo de Joaquim Ignácio de Sousa e de D. Hypolita Carolina de Sousa. Segundo sua neta, Miracy Barbosa de Sousa Gustin²⁶⁹, tratava-se de uma família judaica que, fugindo da perseguição inquisitorial, teria se instalado no Sul de Minas, na cidade de Coqueiral.

Aos 20 anos de idade, no dia 14 de outubro de 1895, matriculou-se no 1º ano do curso farmacêutico da Escola de Farmácia de Ouro Preto. Essa escola podia fornecer dois diplomas, o de farmacêutico, aos que cursavam três anos e o de bacharel em ciências naturais e farmacêuticas, aos que cursavam o 4º ano e defendiam tese. José Ignácio não se formou como bacharel e durante o período em que foi aluno do curso de Farmácia obteve resultados razoáveis nas provas práticas, orais e escritas necessárias à sua formação. Concluiu o curso em 1898; passando a exercer a profissão de farmacêutico na cidade de Mariana.

Permaneceu em Mariana, em virtude de dois casamentos com mulheres de famílias locais, até final dos anos 10 do século XX, quando se deslocou para Ituiutaba e, posteriormente, para Uberlândia. Em Ituiutaba e Uberlândia, cidade em que permaneceu até o seu falecimento (1954), não mais exerceu a profissão de farmacêutico, mas sim desenvolvendo atividades vinculadas à educação.

Aos 35 anos de idade assumiu a diretoria do Grupo Escolar de Mariana, a indicação de seu nome para a direção da escola abre um leque de reflexões e perguntas se nos basearmos nos critérios estabelecidos pelo Regulamento de 1911. Não sendo um professor de carreira, teríamos a segunda opção – cidadão com destacado serviço prestado à educação. A única informação de que se tem – fornecida por Miracy B. S. Gustin – é de que ele já atuava como professor de Português antes de assumir a direção do Grupo Escolar. Segundo ela, o gosto pela leitura e as ações indigenistas, o acompanharam durante toda vida. José Ignácio teria redigido um dicionário de tupi-guarani e sido membro do Serviço de Proteção Indígena – SPI.

²⁶⁸ As informações contidas neste apêndice são os resultados da iniciação científica “Grupo Escolar de Mariana: instrução e política”, realizada na Universidade Federal de Ouro Preto nos anos de 2007-2008, sob a orientação da Prof. Dra. Rosana Areal de Carvalho e Financiada pelo CNPq.

²⁶⁹ Neta de José Ignácio, entrevistada em 02 de fevereiro de 2007, em sua sala de trabalho no prédio da Faculdade de Direito da UFMG.

O que já ficou constatado é que José Ignácio desenvolvia uma intensa atividade política: era membro do Partido Republicano Municipal e em 1902 organizou o diretório do partido do distrito de São Domingos, município de Mariana. Foi eleito vereador da Câmara Municipal de Mariana em 15 de setembro de 1905. Em todas essas atividades a companhia de Gomes Henrique Freire de Andrade se fez constante.

O relacionamento com Gomes Henrique Freire de Andrade iniciou-se na Escola de Farmácia, onde este era professor. À época da inauguração da escola, Gomes Henrique era Agente Executivo Municipal e Presidente da Câmara Municipal de Mariana. José Ignácio fazia parte de um grupo político liderado por Gomes Freire. Em prol dos ideais republicanos, esse grupo atuava em várias frentes, incluindo um jornal – O Germinal, uma agremiação musical – União 15 de Novembro – e o Grupo Escolar.

O jornal “O Germinal” apresenta José Ignácio como “companheiro”, no exemplar de 3 de janeiro de 1902, tem-se “A 1º do corrente completou mais um anno de existência o nosso intemerato e abnegado companheiro, o pharmaceutico José Ignácio de Souza” . Além disso o periódico traz trechos que demonstram a proximidade entre ele e Gomes Henrique,

3 de janeiro encontro na casa de Gomes Freire, a banda União 15 de Novembro tocou músicas dedicadas a Gomes Freire. Trecho: “A’s 2 horas foi servida opipara ceia [...]. Durante a mesma foram levantados vários brindes: (...) o do nosso companheiro pharmaceutico José Ignácio de Sousa que saudou o Dr. Gomes Freire em nome da União 15 de Novembro.”²⁷⁰

²⁷⁰ Rio Carmo, Mariana, 12 de janeiro de 1902. p.1